

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Natali Esteve Torres

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO E A  
LÓGICA UTILITARISTA DO CAPITAL**

Santa Maria, RS  
2023



Natali Esteve Torres

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO E A LÓGICA  
UTILITARISTA DO CAPITAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fabiane Adela Tonetto Costas

Santa Maria, RS  
2023



**NATALI ESTEVE TORRES**

**PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO E A LÓGICA  
UTILITARISTA DO CAPITAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito para a obtenção do título de **Doutora em Educação.**

Aprovada em 31 de março de 2023:

---

**Profª Drª Fabiane Adela Tonetto Costas, Doutora (UFSM)  
(Presidente/Orientadora)**

---

**Profª Drª Apoliana Regina Groff, Doutora (UFSC)**

---

**Profª Drª Maria Helena Michels, Doutora (UFSC)**

---

**Profª Drª Laura Senna Ferreira, Doutora (UFSM)**

---

**Profª Drª Luciélem Chequim da Silva, Doutora (UFSM)**

Torres, Natali Esteve  
Pessoas com deficiência no mercado de trabalho e a  
lógica utilitarista do capital / Natali Esteve Torres.-  
2023.  
157 p.; 30 cm

Orientadora: Fabiane Adela Tonetto Costas  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Educação, RS, 2023

1. Pessoas com deficiência 2. mercado de trabalho 3.  
capacitismo 4. adoecimento 5. educação especial I.  
Costas, Fabiane Adela Tonetto II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, NATALI ESTEVE TORRES, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Tese) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

*Dedico essa tese a todos os trabalhadores com deficiência que vivenciam as duras  
penas da exploração do trabalho.*





## AGRADECIMENTOS

Valter Hugo Mãe, escritor que admiro, diz em uma das suas obras que amar é uma proibição de estar só, agradeço a quem esteve comigo, me apoiando e incentivando quando nem eu mesma acreditei que seria possível finalizar, com vocês eu vivenciei o amor e o companheirismo na vida, toda minha gratidão

À minha querida orientadora, Fabiane, por confiar em mim, me apontar os caminhos e me fortalecer durante todos esses anos.

À Universidade Federal de Santa Maria, pela formação na qual hoje exerço minha profissão e finalizo minha trajetória formativa acadêmica.

Aos meus pais, por sempre acreditaram e me incentivaram, mesmo nos momentos mais difíceis.

À minha tia Lorena, que ainda na infância me possibilitou sonhar com a universidade em um contexto em que isso não era possível pra mim.

À minha irmã, Isadora, em quem confio a vida e todo meu trabalho, pelas inúmeras conversas, leituras, discussões e afeto.

Ao Apolo, por me chamar pra viver, ele que nada sabe sobre pesquisas e ciência, mas sabe tudo sobre amor.

Ao meu companheiro Pedro, pelo amor, carinho e apoio constante, por me acalmar e me fazer sorrir quando tudo parecia desmoronar.

À Ana, pela amizade, carinho, companheirismo na ciência e na vida.

À Beatriz, pelo afeto, troca e companheirismo tornando mais leve a jornada de trabalho e a vida.

Aos meus queridos alunos do colégio de aplicação por todo carinho, abraços e momentos felizes que me fazem acreditar e lutar por um mundo mais justo.

Aos meus camaradas, pela formação política e dedicação na busca por uma nova sociedade.

Por fim, agradeço à banca pela leitura e apontamentos no trabalho, desde a qualificação e todas as contribuições nele realizadas.



Para os que Virão

Como sei pouco, e sou pouco,  
faço o pouco que me cabe  
me dando inteiro.  
Sabendo que não vou ver  
o homem que quero ser.

Já sofri o suficiente  
para não enganar a ninguém:  
principalmente aos que sofrem  
na própria vida, a garra  
da opressão, e nem sabem.

Não tenho o sol escondido  
no meu bolso de palavras.  
Sou simplesmente um homem  
para quem já a primeira  
e desolada pessoa  
do singular - foi deixando,  
devagar, sofredamente  
de ser, para transformar-se  
- muito mais sofredamente -  
na primeira e profunda pessoa  
do plural.

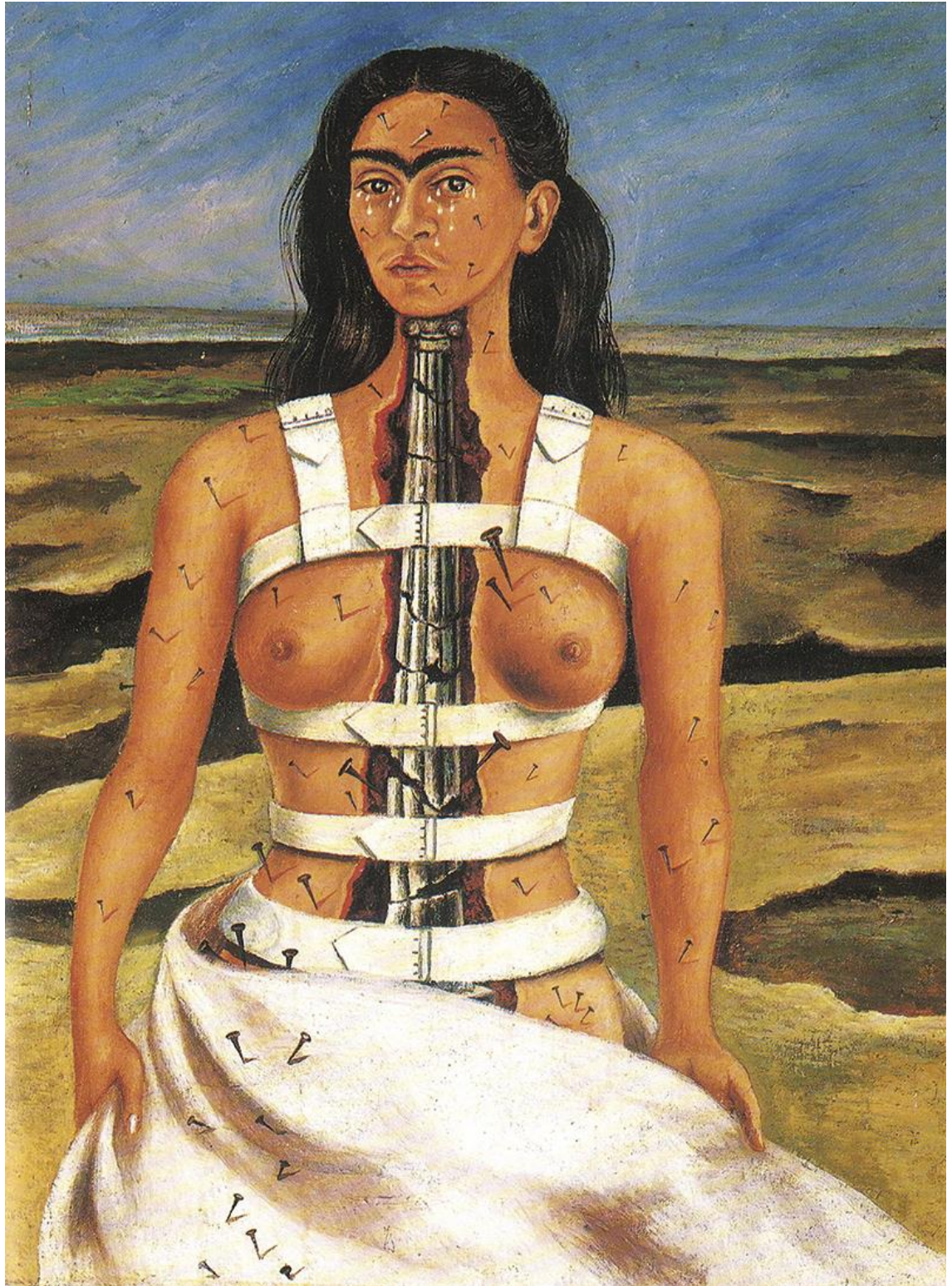
Não importa que doa: é tempo  
de avançar de mão dada  
com quem vai no mesmo rumo,  
mesmo que longe ainda esteja  
de aprender a conjugar  
o verbo amar.

É tempo sobretudo  
de deixar de ser apenas  
a solitária vanguarda  
de nós mesmos.  
Se trata de ir ao encontro.  
(Dura no peito, arde a límpida  
verdade dos nossos erros.)  
Se trata de abrir o rumo.

Os que virão, serão povo,  
e saber serão, lutando.

Thiago de Mello (1926)





Frida Kahlo, A coluna partida, 1944



## RESUMO

### PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO E A LÓGICA UTILITARISTA DO CAPITAL

AUTORA: Natali Esteve Torres

ORIENTADORA: Fabiane Adela Tonetto Costas

Entendendo as relações de trabalho como estruturantes dos modos de vida e a sociedade organizada a partir da luta de classes, buscou-se compreender como se caracteriza o processo de acesso de pessoas com deficiência, egressas de cursos da Educação Superior, ao mercado de trabalho e seus desdobramentos, para responder a questão central destacada buscamos identificar as rotas de acesso ao mercado de trabalho desse grupo, analisar as barreiras em relação ao ingresso no mercado de trabalho e por fim, conhecer e compreender os enfrentamentos de pessoas com deficiência em suas atividades laborais. Efetuou-se inicialmente a construção do referencial teórico, subdividido em três etapas. A primeira delas, abordando as concepções de trabalho a partir da perspectiva marxista. O segundo capítulo apresenta as concepções relacionadas a educação e as políticas públicas de educação destinada às pessoas com deficiência e por fim, na terceira parte, buscou-se realizar um levantamento do histórico das pessoas com deficiência além de apresentar os dados atuais desse grupo no Brasil. Na sequência, realizou-se o Estado do conhecimento com o intuito de verificar o que vem sendo produzido na área através de uma busca na biblioteca de teses e dissertações, no qual foram analisados 14 trabalhos. Como metodologia desenvolveu-se uma pesquisa amparada no materialismo histórico dialético, no qual pessoas com deficiência, formadas em diferentes cursos e instituições de Educação Superior, foram entrevistadas. Ao todo foram 14 entrevistas utilizadas no decorrer da pesquisa. A análise dos dados se deu mediante a criação de núcleos de significação, metodologia de análise, que assim como as concepções sobre deficiência presentes no texto, estão fundamentadas a partir da Teoria Histórico Cultural. Foram trabalhados quatro grandes temas: a acessibilidade e o capacitismo no curso de formação; pessoas com deficiência no mercado de trabalho e a lógica utilitarista do capital; a precarização e o adoecimento no mercado de trabalho e por fim, a lógica que impõe a culpabilização e individualização do adoecimento construindo a deficiência secundária. Apontou-se ainda que em decorrência dos grandes temas trabalhados há um aumento no processo de adoecimento e empobrecimento desse grupo.

**Palavras-chave:** Pessoas com deficiência. Mercado de trabalho. Adoecimento. Capacitismo.





## **ABSTRACT**

### **DISABLED PEOPLE IN THE LABOR MARKET AND THE UTILITARIAN LOGIC OF CAPITAL**

**AUTHOR:** Natali Esteve Torres  
**ADVISOR:** Fabiane Adela Tonetto Costas

Understanding labor relations as structurants of the ways of life and society being organized by class struggle, it was aimed to understand how the access process to the labor market of people with disabilities, former students of higher education courses and its unfoldings are characterized. In order to answer the main question raised, we sought to identify the access routes to the labor market for this group, to analyze the barriers regarding labor market entry and, at last, to get to know and understand the challenges faced by people with disabilities in their labor activities. First, the construction of the theoretical framework was carried out, subdivided into three stages. The first one, approaching the conceptions of labor from a Marxist perspective. The second chapter presents the conceptions related to education and the public policies on education aimed at people with disabilities and, finally, in the third part, it was sought to carry out a survey on the history of people with disabilities in addition to presenting the current data of this group in Brazil. Then, the state of knowledge was conducted with the purpose of checking what has been produced in the area through a search in the theses and dissertations library, in which 14 papers were analyzed. A research supported by dialectical historical materialism was developed as methodology, in which people with disabilities, graduated in different courses and institutions of higher education, were interviewed. Altogether, 14 interviews were used throughout the research. The data analysis took place through the creation of nuclei of meaning, an analysis methodology, which as well as the conceptions about disability present in the text, are based on the Cultural-historical Theory. Four major themes were addressed: accessibility and ableism in the graduation course; disability in the labor market and the utilitarian logic of capital; precarization and illness in the labor market and, finally, the logic that imposes the blaming and individualization of illness, building up secondary disability. It was also pointed out that as a result of the major themes worked on, there is an increase in the process of illness and impoverishment of this group.

**Keywords:** Disabled People. Labor Market. Illness. Ableism.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Indicadores do mercado de trabalho segundo os tipos de deficiência .....	44
Figura 2 – Indicadores do mercado de trabalho por condição de deficiência .....	45
Figura 3 – Pessoas por classes de rendimento domiciliar segundo os tipos de deficiência .....	46
Figura 4 – Nível da ocupação da população de 10 anos ou mais .....	59
Figura 5 – Mapeamento - idade .....	80
Figura 6 - Mapeamento - gênero .....	81
Figura 7 – Mapeamento – identidade étnico racial.....	81
Figura 8 – Mapeamento – acesso a universidade pela reserva de vagas	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 9 – Mapeamento - deficiência .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 10 – Mapeamento – acessibilidade .....	81
Figura 11 – Mapeamento – atividade remunerada após a formação .....	82
Figura 12 – Mapeamento – trabalho formal .....	82
Figura 13 – Mapeamento – trabalho atual .....	82
Figura 14 – Mapeamento – trabalho na área de formação .....	83
Figura 15 – Mapeamento – formato do trabalho .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
Figura 16 – Mapeamento – motivos de não estar trabalhando .....	83
Figura 17 – Mapeamento – deficiência .....	84
Figura 18 – Mapeamento – deficiência adquirida .....	84
Figura 19 – Mapeamento – conhecimento da legislação.....	85
Figura 20 – Mapeamento – envolvimento com trabalho doméstico .....	85
Figura 21 – Mapeamento – trabalho formal .....	85
Figura 22 – Mapeamento – área de formação .....	85
Figura 23 – Mapeamento – vínculo sindical .....	86
Figura 24 – Mapeamento – trabalho não remunerado .....	86
Figura 25 – Mapeamento – acessibilidade no trabalho .....	87
Figura 26 – Mapeamento – estudante trabalhador.....	87
Figura 27 – Mapeamento – pós graduação .....	87
Figura 28 – Mapeamento dos entrevistados - gênero .....	91
Figura 29 – Mapeamento dos entrevistados - deficiência .....	91
Figura 30 - Mapeamento dos entrevistados - identidade étnico racial.....	92
Figura 31 - Mapeamento dos entrevistados - idade.....	92

Figura 32 - Mapeamento dos entrevistados - reserva de vagas.....	92
Figura 33 - Mapeamentos dos entrevistados - atividade remunerada.....	93
Figura 34 - Mapeamento dos entrevistados - trabalho formal.....	93
Figura 35 - Mapeamento dos entrevistados - situação atual.....	93
Figura 36 - Mapeamento dos entrevistados - vínculo empregatício.....	94
Figura 37 - Mapeamento dos entrevistados - trabalho na área de formação.....	94
Figura 38 - Mapeamento dos entrevistados - vínculo sindical.....	94

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Seleção do corpus de pesquisa.....	50
Quadro 2 - Lista de trabalhos selecionados para leitura na íntegra .....	51



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>25</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.1. OBJETIVO GERAL.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>31</b>
3.1. TRABALHO E SOCIEDADE, O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO; .....	31
3.2. A EDUCAÇÃO DO CAPITAL: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS .....	34
3.3. DEFICIÊNCIA, CONTEXTO E ATUALIDADE .....	40
<b>4 REVISÃO DA PRODUÇÃO E ALGUMAS DELIMITAÇÕES.....</b>	<b>49</b>
4.1. MUNDO DO TRABALHO E MERCADO DE TRABALHO: ALGUMAS DELIMITAÇÕES.....	55
4.2.PRIMEIRO EIXO - INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO .....	56
4.3.SEGUNDO EIXO - EXPERIÊNCIAS SOBRE DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE GÊNERO E/OU MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA .....	58
4.3 TERCEIRO EIXO - EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EGRESSAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	62
4.4 QUARTO EIXO - RELAÇÃO ENTRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E MERCADO DE TRABALHO FUNDAMENTADA NO MATERIALISMO HISTÓRICO .....	64
<b>5 MÉTODO .....</b>	<b>67</b>
5.1 O LÓCUS E OS PARTÍCIPIES DA INVESTIGAÇÃO .....	71
5.2 OS INSTRUMENTOS .....	72
5.3 AS TÉCNICAS .....	73
5.4 OS PARTÍCIPIES.....	78
<b>5.4.1 Mapeamento dos participantes .....</b>	<b>80</b>
<b>5.4.2 Caracterização dos participantes .....</b>	<b>888</b>
<b>5.4.3 A constituição dos núcleos de significação .....</b>	<b>955</b>
<b>6 ANÁLISE DOS DADOS</b>	
<b>6.1. POLÍTICAS INCLUSIVAS E EXCLUSÃO: ACESSIBILIDADE E AS LIMITAÇÕES INSTITUCIONAIS .....</b>	<b>999</b>
6.2 CAPACITISMO NO MERCADO DE TRABALHO E A LÓGICA UTILITARISTA DO CAPITAL .....	1088
6.3 PRECARIZAÇÃO E ADOECIMENTO, INTERFACES DO EMPOBRECIMENTO DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA .....	12222
6.4 RESIGNAÇÃO E CULBILIZAÇÃO – O CONVENCIMENTO E A INDIVIDUALIZAÇÃO DO ADOECIMENTO .....	1377
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>14343</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>1477</b>





## 1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Início esta escrita anunciando a impossibilidade de me colocar como pesquisadora descolada de um cenário de tragédia e descaso com a vida humana, tragédia política e social, de retirada de direitos e agudização no processo de exploração da força de trabalho, de um número de mortes que, durante boa parte do tempo de meu doutoramento a cada dia que retomava esta escrita, aumentava consideravelmente.

Fui trabalhadora durante toda minha formação, filha da classe trabalhadora, militante, dividi minhas horas de vida entre o trabalho formal, que garante minha subsistência, o trabalho político que garante o futuro da minha classe e a escrita desta tese, na qual desejo que, como o poema que abre esse trabalho: por pouco saber e pouco ser, foi o pouco que me coube, me doando por inteira.

Do ponto de vista formativo, aproximo-me do meu objeto de estudo a partir do curso de Licenciatura em Educação Especial na Universidade Federal de Santa Maria. Cursar Educação Especial, assim como muitas das licenciaturas, nos leva a compreender a deficiência deslocada do contexto histórico e social dessas pessoas e as políticas públicas de Educação Especial como se fossem alheias aos interesses do capital. A trajetória que tracei até a concepção de mundo que possuo hoje e os delineamentos de pesquisa aqui apresentados são frutos das inúmeras trocas no meu grupo de pesquisa, GEPEIN<sup>1</sup>, da minha atuação política e da minha experiência profissional enquanto professora de Educação Especial.

Em 2016, realizei minha pesquisa de dissertação de mestrado em educação, na qual questiono como a Educação Superior possibilita a autonomia de mulheres/acadêmicas com deficiência nos aspectos sociais, culturais e políticos. Ancorada em uma perspectiva freiriana do conceito de autonomia e de uma metodologia qualitativa, foi possível observar uma série de mudanças em diferentes áreas na vida das estudantes com deficiência no contexto estudado.

Tais mudanças proporcionaram um maior grau de autonomia na vida de todas as participantes da pesquisa, seja no sentido físico da independência, como locomoção, movimentos de morarem sozinhas, serem responsáveis pelas tomadas de decisões sobre suas vidas, aprendizagens, processos de consciência de seus lugares na estrutura social e o reconhecimento das barreiras que se colocavam dificultando suas trajetórias, seja de gênero, de classe, étnica racial ou da própria condição da deficiência.

---

<sup>1</sup> Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia da Educação e Educação Inclusiva registrado no Diretório de Grupos do CNPq: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5970826749505102](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5970826749505102)

O encerramento do estudo deu-se com a narrativa das estudantes que, após olharem para suas trajetórias de vida, seu ingresso na sua instituição, seus percursos formativos que ainda estavam acontecendo, olham para o futuro e narram como se imaginam após a formação. Chamo atenção que todas as respostas destacaram o ingresso no mercado de trabalho e a atuação em suas áreas de formação como seu principal objetivo após a conclusão de seus cursos.

Diante das problemáticas já consideradas nos processos formativos de mulheres com deficiência (TORRES, 2018; TORRES; COSTAS, 2021), o ingresso no mercado de trabalho pode representar ainda a tomada de consciência em relação à posição dentro do modo de produção capitalista e a condição de exploração. Parte dessa ideia foi discutida ainda em seus percursos formativos, ancorada em Hooks (2000), porém, estava relacionada ao reconhecimento de opressões de gênero. No mundo do trabalho, a relação salarial apresenta outras nuances dessa tomada de consciência, de pertencimento de classe e noção dos processos de exploração.

Paralelo a isso, vivenciamos o crescimento de pesquisas e produções teóricas de cunho identitário, nas quais a opressão, reconhecida a partir da identidade, inicia e finda em si mesma, sem o movimento da particularidade em relação à totalidade, é comum cairmos em armadilhas da denúncia e da representatividade como saídas imediatistas sem levar em conta a necessária ação coletiva que compreende as opressões a partir de um movimento histórico dialético.

De acordo com apontamentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, o número de estudantes com deficiência vem crescendo exponencialmente nas últimas décadas. Em 2010, o registro era de 19.818 estudantes com deficiência matriculados. Atualmente, dos 8,6 milhões de estudantes matriculados na Educação Superior em 2019 (pública e privada), 48,52 mil são pessoas com deficiência. Esse número representa 0,56% do total. Em relação a 2018, quando a pesquisa de mestrado foi realizada, são aproximadamente 5 mil novos alunos com deficiência que fazem graduação, de acordo com o Censo da Educação Superior de 2019, o número de matrículas em cursos de graduação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em 2019 é de 48.520 estudantes, o que representa 0,56% em relação ao total de matrículas em cursos de graduação. Em relação ao tipo de deficiência desses estudantes, há uma predominância de estudantes com deficiência física, sendo 16.376 estudantes, seguidos dos estudantes com baixa visão (13.906), deficiência auditiva (6.569), deficiência intelectual (4.177), cegueira (2.598), surdez (2.556), entre outras deficiências e transtornos.

Em paralelo, também houve crescimento, não tão expressivo, no mercado de trabalho formal. De acordo com dados de 2018 da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), dos 46,63 milhões de pessoas com carteira assinada, 486 mil são ocupados por pessoas com deficiência, representando um aumento de mais de 40 mil pessoas em relação ao ano de 2017. Dessas pessoas, o grupo mais expressivo são as deficiências físicas, que representam 47,3% dos cargos ocupados, 19,66% são deficiências múltiplas, 19,60% deficiência visual e 18,9% deficiência intelectual.

Obviamente, esses dados não refletem a realidade social brasileira, país cujo número de trabalhadores na informalidade cresceu significativamente nos últimos anos, chegando ao recorde de 41% da população, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por trabalho informal, entende-se o exercício da venda da força de trabalho sem vínculos empregatícios, registros na carteira de trabalho e direitos trabalhistas.

Antunes (2020) destaca que a interrelação entre a crise econômica e a pandemia representa uma tragédia para a classe trabalhadora em dimensões grandiosas no caso brasileiro, uma vez que vivenciamos desde sempre formas intensas de exploração do trabalho e precarização. Amplificam-se, assim, as alienações, coisificações, opressões de gênero, raça e etnia em busca da expansão e reprodução do capital.

Desse modo, diante de um cenário de crise econômica e de um grupo marcado pelo empobrecimento e falta de direitos básicos como saúde e educação, aprofundando os estudos realizados ao longo do mestrado, questiono: **diante de um sistema que exclui em massa e inclui por meio de processos seletivos e precarizados, como se caracteriza o processo de acesso de pessoas com deficiência, egressas de cursos da Educação Superior, ao mercado de trabalho?**

Evidencio a mudança que no decorrer da pesquisa me levou substituir mulheres com deficiência por pessoas com deficiência. Entendendo que a questão de gênero é inerente à questão de classe social e historicamente se configura como uma opressão a partir da divisão sexual do trabalho e da constituição da família mononuclear burguesa, mesmo observando a experiência de homens e mulheres trabalhadores e trabalhadoras com deficiência, a questão de gênero, assim como étnico racial não seria negligenciada visto que elas são partes estruturantes da sociedade de classes.

Algumas questões geradoras e mobilizadoras na produção de dados serão: Quais as rotas de acesso ao mercado de trabalho de pessoas com deficiência? Existem barreiras que se colocam em relação ao ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho? Quais são elas?

Quais os critérios elaborados pelo mercado para absorver o grupo pesquisado? Quais os enfrentamentos de pessoas com deficiência em suas atividades laborais?

Assim, como objetivo geral da pesquisa, busquei compreender como se caracteriza o processo de acesso de pessoas com deficiência, egressas de cursos da Educação Superior, ao mercado de trabalho. De forma específica meus objetivos desdobram-se em: Compreender as rotas de acesso ao mercado de trabalho de pessoas com deficiência; analisar as barreiras em relação ao ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e conhecer e compreender os enfrentamentos de pessoas com deficiência em suas atividades laborais.

Este trabalho está organizado apresentando inicialmente o referencial teórico no qual me amparei para tecer as discussões aqui presentes subdivididas em três subcapítulos: 1) Trabalho e sociedade: o modo de produção capitalista e a organização do trabalho; 2) Educação e trabalho: perspectivas epistemológicas e 3) Pessoa com deficiência, contexto histórico e atualidades.

No primeiro subcapítulo, busco apresentar as concepções sobre como se estrutura a sociedade de classes e como acontecem as relações de trabalho alienado e venda da força de trabalho no modo de produção capitalista. Ainda brevemente, aponto as transformações do mundo do trabalho provocadas a partir da crise do modelo fordista, as políticas neoliberais e a uberização do trabalho.

No segundo subcapítulo, discuto trabalho e educação, buscando apresentar o caráter da educação no modo de produção capitalista, assim como os apontamentos importantes que são basilares na análise deste estudo, como a concepção vigostskiana de deficiência e a discussão sobre as políticas inclusivas e exclusão sob uma perspectiva marxista.

Dando continuidade, no terceiro tópico apresento brevemente a historicidade das pessoas com deficiência e como as relações sociais com esse grupo se alteram a partir das mudanças históricas e culturais. Também foi possível abordar os dados atualizados em relação a essa população no Brasil, trazendo números que exemplificam a condição de empobrecimento, dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, saúde e educação.

Após a delimitação teórica, estão os apontamentos sobre o que vem sendo pesquisado em relação aos temas aqui propostos. Os procedimentos adotados para essa busca também estão sinalizados no percurso metodológico, assim como as escolhas dos descritores. Na materialidade da escrita, foram selecionados 26 trabalhos (teses e dissertações) que foram lidos na íntegra com o intuito de compreender de que modo os temas pesquisados estão sendo analisados pela comunidade científica.

O levantamento da produção na área foi realizado ainda no período do projeto com o intuito de justificar o ineditismo da proposta. Cabe destacar que a busca de pesquisas evidenciou que, isoladamente, os temas possuem uma certa atenção da comunidade científica brasileira, porém, ao realizarmos a busca dos descritores de forma articulada, ainda são poucas pesquisas encontradas. Cabe ainda a menção de que há uma predominância de pesquisas que observam o campo da deficiência, principalmente da Educação Especial, a partir de experiências isoladas, deslocadas do seu contexto histórico social legitimando uma concepção individualista da deficiência e da sua compreensão social deslocada da sociedade de classes.

O percurso metodológico que se ancora em Netto (2011), Minayo (2020) e Vigotski (ano) está na sequência do referencial, momento em que apresento também algumas características do materialismo histórico dialético, buscando apontar as relações presentes entre particularidade e totalidade na relação e análise com o objeto pesquisado.

Ainda na etapa de apresentação do método de pesquisa, discuto de forma mais técnica alguns apontamentos em relação aos procedimentos de pesquisa, instrumentos e construção de dados e a técnica de análise denominada núcleos de significação, que, a partir do conceito de significado e sentido produzido dentro da Psicologia Histórico-Cultural, me instrumentalizou para realizar as análises das entrevistas realizadas pelos participantes.

Dando início ao processo de análise, apresento, inicialmente, os dados levantados no questionário prévio, que tinha por objetivo encontrar os sujeitos de pesquisa e mapear as demandas de acessibilidade para entrevista e realizar o agendamento desta. Logo após, apresento os participantes que concederam as entrevistas, cujas falas estão destacadas no decorrer do trabalho.

As entrevistas gravadas e transcritas resultaram em quatro núcleos de significação. O primeiro deles trata sobre as experiências vivenciadas no curso de formação, os impactos da falta de acessibilidade e do capacitismo institucional na vida dos participantes. Dando sequência, o segundo núcleo de significação discute o capacitismo vivenciado no mercado de trabalho pelos participantes a partir da lógica utilitarista do capital, apresentando o capacitismo como estrutural uma vez que a organização do modo de produção é pautada por um ideal de utilidade dos corpos, segregando o corpo que não corresponde a esse ideal.

O terceiro núcleo, apesar de reunir os relatos cujos sentidos envolvem o adoecimento desses trabalhadores, é um capítulo que se relaciona com os demais, nesse sentido discuto a precarização e o adoecimento vivenciado pelos participantes como uma interface do empobrecimento dessa população.

Por fim, o último capítulo das análises aborda a resignação e culpabilização produzida pela sociabilidade do capital e o conseqüente convencimento da individualização do adoecimento das pessoas com deficiência tentando abordar como os impactos de uma sociedade utilitarista reflete na subjetividade desse trabalhador que de certo modo reproduz essa lógica.

Nesse sentido, nas considerações finais, busco sistematizar os dados encontrados e discutidos, a fim de responder a questão central de pesquisa, ciente das incompletudes e limitações impostas pelo tempo e condições intelectuais que foi possível alcançar durante o processo de realização deste estudo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 3.1. TRABALHO E SOCIEDADE: O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Diante de uma sociedade mercantil, organizada a partir do modo de produção capitalista, no qual políticas neoliberais produzem condições cada dia mais precárias e alienantes para a classe trabalhadora, faz-se necessário pensar o trabalho em articulação com a educação em um cenário de crise econômica e social.

Inicialmente, apresenta-se brevemente o conceito de trabalho para Marx (1952). Para o autor, o trabalho é um conceito historicamente determinado que indica a condição da atividade humana na economia política. Para ele, essa condição está diretamente ligada à propriedade privada dos meios de produção. Na economia política, a propriedade privada é estranha ao trabalhador, tornando-se para ele prejudicial e nociva, pois oculta a alienação, configurando-se como uma atividade completamente estranha ao homem e à natureza e, em consequência, à consciência e à vida (MARX, 2008; MANACORDA, 2007).

Marx (2008) refere-se ao trabalho, também, como atividade livre e consciente para explicitar a degradação com que essa atividade se encontra na economia política. De acordo com Manacorda (2007), Marx entendia que o trabalho coloca os indivíduos de uma determinada classe social em uma condição que só poderá ser eliminada pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho (alienado).

Trata-se, portanto, de uma concepção ambígua, pois, para Marx, ao mesmo tempo em que o trabalho representa tudo que o homem<sup>2</sup> é e tornou-se nessa relação com a natureza e as formas de satisfazer as necessidades humanas, também tem um caráter historicamente determinado, deixando o homem perdido de si mesmo. Está perdido por meio da divisão do trabalho, pois essa atividade tornou-se alienante, deixando de conhecer o próprio processo de trabalho e a relação homem/natureza.

Dessa condição histórica do trabalho alienado – no qual a atividade humana, rebaixada de fim a meio, de automanifestação a uma atividade completamente estranha a si mesma, nega o próprio homem – decorre uma situação de “imoralidade, monstrosidade, hilotismo dos operários e dos capitalistas”, pois o que em um é atividade alienada, é estado de alienação no outro, e uma potência desumana domina a ambos (MANACORDA, 2007, p. 42).

---

<sup>2</sup> Diversos autores que trabalham a partir de uma perspectiva marxista utilizam a palavra homem para referirem-se à humanidade. Sempre que empregada neste estudo, seja por citação direta ou referência a alguma obra, estará referindo-se a ambos os gêneros.

Em linhas gerais, para Marx (2008), Mészáros (2008) e Antunes (2020), o trabalho é a expressão desta contradição: afastamento do homem de si e resposta às necessidades humanas nessa manipulação do homem na natureza. Essas necessidades são fisiológicas e históricas, pois também surgem a partir das relações que o homem vai estabelecendo socialmente.

No modo de produção capitalista, a produção de bens não está voltada exclusivamente a atender às necessidades humano-sociais e gerar valor de uso, mas sim para gerar valor de troca e produzir lucro (MARX, 2011). Para que esse sistema se retroalimente, é necessário que sempre existam novas necessidades e, desse modo, duas estratégias são lançadas: a primeira delas é que, quanto menor a vida útil das mercadorias, mais rápido essa necessidade reaparece, e a segunda é a existência de cada vez mais mercadorias. Nesse contexto, a força de trabalho também é uma mercadoria - uma mercadoria diferente das outras, pois é a única que produz valor, como menciona Antunes (2020) - porque também passa a ser vendida para quem detém os meios de produção em troca do salário.

Assim, a expansão da estrutura de exploração com objetivo de lucro de acúmulo de capital é quase ilimitada, como aponta Antunes (2020), pois a produção que deveria atender as necessidades humanas está subordinada integralmente aos imperativos da autorreprodução do capital. O autor afirma que, entre muitas das consequências devastadoras, é possível citar “o desemprego monumental, a destruição ambiental, a “mercadorização” da vida e o incentivo diário a novas guerras e conflitos armados” (ANTUNES, 2020, p. 13).

Como a busca pelo lucro é o que impulsiona essa engrenagem, além da obsolescência programada, a venda da força de trabalho passa a ser mais descartável e supérflua, amplificando o valor de troca das mercadorias e, conseqüentemente, o lucro. Verificamos isso em larga escala na atualidade, com milhões de trabalhadores que vivem na informalidade, sem vínculo ou qualquer direito trabalhista, seja em aplicativos, empresas terceirizadas, etc. (ANTUNES, 2020).

Como forma de ampliação da lógica de exploração e acumulação, nas últimas décadas, o trabalho regulamentado, que era dominante no século XX, passou a ser substituído por diferentes modos de trabalho informal, terceirização e precarização, aplicando os mecanismos de extração de lucro e exploração, conforme apontam Durck e Antunes (2020).

Trata-se de uma hegemonia da “lógica financeira” que, para além de sua dimensão econômica, atinge todos os âmbitos da vida social, dando um novo conteúdo ao modo de trabalho e de vida, sustentados na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites. É a



lógica do curto prazo, que incentiva a “permanente inovação” no campo da tecnologia, dos novos produtos financeiros e da força de trabalho, tornando obsoletos e descartáveis os homens e mulheres que trabalham (DURCK; ANTUNES, 2015).

As transformações do processo produtivo se deram a partir da crise do fordismo atrelado ao avanço tecnológico e desenvolvimento de modelos alternativos ao fordismo e toyotismo, como o modelo japonês, criando um modelo de acumulação flexível. De acordo com Durck e Antunes (2015), esse modelo desenvolve uma estrutura produtiva baseada na desconcentração produtiva, ou seja, trata-se de uma estrutura mais horizontalizada que integra diversas empresas a partir da terceirização, reduzindo o tempo da produção e colocando o trabalhador em uma posição “multifuncional” e “polivalente”.

Esse formato provoca resultados alarmantes em relação ao trabalho, como, por exemplo, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a terceirização da força de trabalho nos mais diversos setores. Além disso, provoca também a derrota do sindicalismo autônomo e sua conversão num sindicalismo de parceria, mais fácil de negociação e menos conflitivo.

A tecnologia, portanto, nesse novo modelo, passa a apropriar-se das atividades intelectuais do trabalho e o trabalhador a interagir mais com plataformas digitais, máquinas, etc. Esse ciclo provoca a ampliação da terceirização e enfraquecimento das garantias trabalhistas, pois na acumulação flexível há uma tendência à informalidade e na informalidade tudo pode ser flexibilizado, seja jornada de trabalho, contratos, remuneração, maior rotatividade e menor acesso aos benefícios.

Com a ampliação global da terceirização, é imprescindível enfatizar que se amplia o processo de produção da mais-valia, especialmente (mas não só) no setor de serviços, decorrente da privatização de inúmeras empresas públicas que passam a ter o lucro como atividade central. Em um universo em que a economia está sob a hegemonia do capital financeiro e o processo de privatização é intenso, as empresas procuram ampliar seus altos lucros exigindo e transferindo aos trabalhadores a pressão pela intensificação do tempo de produção, pelo aumento das taxas de produtividade, pela redução dos custos de remuneração da força de trabalho e pela flexibilização crescente dos contratos de trabalho (DURCK; ANTUNES, 2015, p.31)

Dessa forma, se amplia a extração do lucro e intensifica o processo de exploração do trabalhador que, além de vivenciar um contexto de trabalho mais individualizado e sem garantias trabalhistas, está distante dos demais trabalhadores, imbuído de uma lógica trabalhista completamente individualizada e sem entidades representativas sindicais combativas.

Em síntese, a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil. E se constitui num fenômeno onipresente em todos os campos e dimensões do trabalho, pois é uma prática de gestão/organização/controle que discrimina, ao mesmo tempo

que é uma forma de contrato flexível e sem proteção trabalhista. É também sinônimo de risco de saúde e de vida, responsável pela fragmentação das identidades coletivas dos trabalhadores, com a intensificação da alienação e da desvalorização humana do trabalhador, assim como é um instrumento de pulverização da organização sindical, que incentiva a concorrência entre os trabalhadores e seus sindicatos. Além disso, a terceirização põe um “manto de invisibilidade” dos trabalhadores na sua condição social, como facilitadora do descumprimento da legislação trabalhista, como forma ideal para que o empresariado não tenha limites (regulados pelo Estado) no uso da força de trabalho e de sua exploração como mercadoria (DURCK; ANTUNES, 2015, p.31)

Franco e Ferraz (2019) afirmam que esse desenvolvimento de forças produtivas deu origem a um fenômeno que tomou proporções gigantescas, que atualmente chamamos de “uberização” do trabalho, termo de referência ao pioneirismo da empresa Uber em relação ao seu particular modelo de organização do trabalho. Essa empresa atua a partir de uma plataforma digital disponível para *smartphones* que conecta os clientes aos prestadores de serviços, sem qualquer vínculo empregatício. Dessa forma, os profissionais que atuam nos diversos aplicativos com a mesma lógica trabalham como profissionais autônomos para oferecer o serviço, detendo quase a totalidade dos meios de produção necessários à execução da atividade e assumindo todos os riscos.

Isso beneficia ainda mais as empresas, pois elas não necessitam contratar o trabalhador como empregado e investir nos meios físicos que constituem o capital constante, ampliando, consideravelmente, a extração de mais valia em relação às empresas tradicionais. Desse modo, o trabalhador subordinado a esse modelo, embora aparente possuir autonomia e liberdade, está condicionado à venda da sua força de trabalho para sua subsistência.

### 3.2. A EDUCAÇÃO DO CAPITAL: CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS

Em todas as concepções pedagógicas, mesmo que de forma implícita, a educação está diretamente relacionada ao trabalho, seja como instrumento da sociedade capitalista, fornecendo os conhecimentos necessários para legitimar e perpetuar os interesses dominantes, seja a partir de uma perspectiva em que se coloca como alavanca essencial para a realização de uma transformação social efetiva. Para Mészáros (2008), os vínculos entre educação e trabalho são tão fortes que, ao dizer onde está o trabalho em uma sociedade é possível dizer onde está a educação, de modo que o autor compreende estar a educação colocada como instrumento de legitimação e perpetuação do sistema na sociedade do capital.

Ao referir-se às disputas políticas entre correntes pedagógicas e às possíveis reformas educacionais levantadas por diferentes correntes, ele nos aponta as impossibilidades

de reformas em um sistema irreformável, pois a lógica do capital é incorrigível, uma vez que está sustentada por uma base de exploração que não pode ser alterada a menos que derrube a estrutura inteira, ou seja, todas as reformas pelas quais a educação passou em seu processo histórico estão diretamente atreladas às demandas do capital, que, ao se modificarem, provocam mudanças na educação formal e em suas instituições para atendê-las.

A educação, portanto, assegura que “cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema” (MÉSZÁROS, 2008, p. 44). A compreensão dessa dimensão se dá a partir do conceito de internalização dos interesses dominantes. Ele propõe que essa internalização atue nas pessoas assegurando os parâmetros reprodutivos gerais do sistema, legitimando a posição que lhes foi atribuída na hierarquia social e fazendo com que as expectativas das pessoas se tornem “adequadas” às formas de condutas que mais interessam ao capital.

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu - no seu todo - de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma de “internalização” (isto é, pelos indivíduos devidamente educados e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Para o autor, as instituições formais de educação possuem um papel importante nesse processo, pois mesmo que os indivíduos participem, por mais ou menos tempo dessas instituições formais, “eles devem ser induzidos a uma aceitação ativa dos princípios reprodutivos orientadores dominantes, adequados às suas posições na ordem social e de acordo com as tarefas reprodutivas que lhes foram atribuídas” (MÉSZÁROS, 2008, p. 44). Enquanto a internalização conseguir desempenhar sua função, a violência e a brutalidade do Estado podem ser relegadas a um segundo plano, embora em momento algum tenham sido abandonadas.

É importante destacar que, no modo de produção capitalista, a educação não atua como força ideológica primária de consolidação do capital, nem tampouco conseguiria sozinha fornecer uma saída radical e emancipadora. Assim, uma das suas funções principais, de acordo com Mézáros (2008, p. 45), implica buscar “produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz”. Desse modo, por melhores que sejam as intenções de pedagogias reformistas ou o ideal de indivíduo promovido em determinado tempo histórico, a educação só

conseguirá abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade quando pensar soluções essenciais e não soluções formais.

Para Mészáros, as soluções formais são basicamente sacramentadas por lei - a política de reserva de vagas, por exemplo - e elas podem ser completamente invertidas desde que a lógica do capital permaneça intacta, porquanto o que precisa ser pensado e alterado é “o sistema de internalização, com todas as suas dimensões, visíveis e ocultas” (MÉSZÁROS, 2008, p.47).

Para pensar, portanto, em uma solução essencial, Mészáros (2008) observa o objeto de centralidade da educação: a aprendizagem e, para isso, retoma Paracelso apresentando uma dimensão da aprendizagem como a própria vida. Nesse sentido, não precisa estar unicamente atrelada às instituições, nem a uma faixa etária específica, pois, segundo o autor, “ninguém passa dez horas no dia sem aprender nada” e, para o êxito de uma concepção de educação em uma perspectiva transformadora, faz-se necessário tornar o processo de aprendizagem consciente.

Corroborando com essa ideia, Gramsci (1957) argumenta que não há atividade humana em que se possa excluir uma atividade intelectual e, fora do trabalho, todo homem elabora atividades intelectuais que contribuem para manter ou mudar a concepção do mundo. Nessa perspectiva, todo homem contribui para a transformação do pensamento hegemônico visto que as elaborações não são exclusivamente para manter ou apenas para mudar o pensar, pois a manutenção e a mudança podem acontecer paralelamente e, no momento em que houver “uma grande elevação na intensidade de confrontos hegemônicos e antagônicos de uma dada concepção de mundo [...]” (MÉSZÁROS, 2008, p. 50), isso atrasará ou apressará uma mudança social significativa, ou seja, trata-se de uma mudança coletiva de pensamento coletivo.

Desse modo, pensando no processo de ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, destaca-se o movimento constante entre totalidade e particularidade que se faz necessário na reflexão sobre esses temas e seus entrelaçamentos. Sob a égide do objeto, está o modo de produção capitalista que se estende às diferentes relações, que são estabelecidas a partir dessa organização social e que tem como primazia a obtenção do lucro através da mais valia, historicamente encontrando nas pessoas com deficiência uma amplificação dessa exploração pelo trabalho.

A sociedade capitalista, portanto, de acordo com Marx (2012 *apud* FONTES, 1996), possui um caráter calcado na expropriação do trabalhador e a criação do desemprego. Se por um lado isso evidencia uma exclusão, visto que o processo de mercantilização da força de

trabalho impõe um formato de vida que exclui as formas anteriores, também representa uma inclusão nesse modelo econômico e sua sociabilidade.

Fontes (1997) afirma que se instaurando o processo de mercantilização e industrialização, surge uma sociabilidade adequada a esse sistema capaz de controlar e disciplinar a força de trabalho que está empregada e aquele grupo que estava fora do mercado formal, o exército industrial reserva. A autora afirma que nesse contexto a ideia de exclusão era pouco mencionada, ainda assim, poderia ser aplicada para alguns grupos sociais que não participavam do processo de proletarização, seja por incapacidade física ou outras questões diversas.

O que rege a inserção na vida social dentro da sociedade capitalista é pautado pela disputa e aperfeiçoamento. Um corpo útil dentro dessa sociedade é, portanto, um corpo capaz de responder a essa demanda de eficiência. Fortes (2019) afirma que quando falamos em um corpo deficiente partimos da premissa de que esse não seria um corpo eficiente aos olhos da sociedade utilitária moldada pelo capitalismo. Sendo assim, um corpo que não se localiza nas categorias de funcionalidade e utilidade demandadas pela sociabilidade.

Assim, o sistema econômico que invade a vida e que determina o que é perfeição e eficiência somente se sustenta diante da exclusão. Fortes (2019) afirma que um corpo que sente, que é criativo, que experimenta novas sensações e vivencia outras formas de visualizar e estar presente na realidade não é um corpo que esse sistema comporta. Assim, aos corpos diagnosticados com TEA, com deficiências físicas diversas, com deficiência intelectual resta a segregação.

Para pensar a deficiência a partir da base epistemológica adotada neste estudo, recorremos a Vigotski, que defende que o homem é eminentemente social, produto da experiência histórica acumulada em contato com a cultura, ou seja, o desenvolvimento humano está relacionado à experiência social. O autor, ainda em sua primeira fase de pesquisa, teceu críticas à visão individualista e biológica pela qual a deficiência era teorizada (BREITENBACH, 2018).

Nesse sentido, Gesser (2010) destaca que, na Teoria Histórico Cultural, a apropriação das experiências que o sujeito vai carregando ao longo do processo de aprendizagem e desenvolvimento é mediada pelos conhecimentos socialmente produzidos e acumulados no decorrer da história da humanidade. Os signos sociais são criados na e pela cultura em que o sujeito está inserido.

Assim, cabe destacar que o processo de apropriação desses signos sociais e dos seus respectivos significados não acontecem por mera determinação social. São as experiências

vivenciadas, no decorrer dos seus contínuos e constituintes processos de aprendizagem e desenvolvimento, que possibilitarão ao sujeito que ele se torne alguém com uma história de vida singular e também particular, fazendo com que signifique a si e ao mundo a partir da linguagem, fugindo de qualquer determinismo orgânico.

Para Vigotski (1997), os processos de desenvolvimento da pessoa com deficiência e os da pessoa com um desenvolvimento típico não são diferentes, conforme indicava o Modelo Biomédico, que se consolidou como mais legítimo no período do desenvolvimento industrial. Contudo, o que difere o desenvolvimento desses grupos é a experiência social e coletiva que as pessoas com deficiência experienciam, gerando incompletudes no desenvolvimento dos processos superiores.

Vigotski (1997), ao escrever sobre defectologia, apresentou os conceitos de deficiência primária e deficiência secundária. Embora tais estudos tenham sido revisitados com o passar do tempo, o autor estabelece basicamente que a deficiência primária diz respeito às questões orgânicas relacionadas à deficiência, enquanto a deficiência secundária versa sobre as implicações sociais em que a pessoa com deficiência está inserida.

Destaca-se ainda que o autor compreende trabalho a partir do materialismo histórico-dialético, conforme aponta Cenci (2012, p. 05) “em grande parte dos escritos de Vigotski predomina o trabalho entendido como atividade vital, o que não significa que ele ignore o caráter alienante deste”. Assim, analisando a categoria trabalho na obra do autor, ela é apresentada em seu caráter histórico e não natural, configurando-se no processo de desenvolvimento que possibilitou o homem tornar-se humano, sem desconsiderar o caráter alienante deste (CENCI, 2012).

Para o autor, é um erro entender a deficiência atrelada unicamente à questão orgânica, pois ela está relacionada a uma estrutura maior e complexa que envolve a compreensão da superestrutura e o reconhecimento, durante o desenvolvimento da pessoa com deficiência, do que é fundamental e do que é de ordem suplementar na vida da pessoa com deficiência, assim como o que é primário e o que é secundário, ou seja, é preciso reconhecer os condicionantes sociais que favorecem ou desfavorecem o desenvolvimento (VIGOTSKI, 1997)

Partindo do pressuposto de que a deficiência seria uma consequência social do defeito, Vigotski (2012) destaca a educação social como forma de compensar as consequências sociais do defeito, apresentando o que o autor denomina como compensação ou supercompensação.

Desse modo, a defectología indica que o “defeito” cria estímulos sociais e biológicos para compensação. Assim, existe uma reação, que considerando o organismo e a personalidade são fatos centrais e básicos, sem considerar, ingenuamente, que todas as dificuldades

relacionadas à deficiência podem ser superadas por meio da compensação. Acreditar nisso é o mesmo que acreditar que o organismo se curará de todas as enfermidades que lhe ocorrer. Para o autor, as tarefas de supercompensação do defeito são grandes, enquanto o fluxo compensatório é pobre e escasso. É preciso conhecer o caminho do desenvolvimento para traçar as melhores direções (VIGOTSKI, 1997).

Silva (2019) afirma que é preciso observar os diferentes tipos de comportamento humano, seja no trabalho, nas instituições escolares ou no âmbito familiar, no intuito de ampliar a qualidade das relações e experiências vivenciadas nesses espaços, pois é a partir dessas interações estabelecidas no meio social que acontecerão interferências diretas no processo de desenvolvimento. A autora, fundamentada em Vigotski (1997), aponta que o trabalho pode ser considerado um ponto chave para o desenvolvimento dos diferentes sujeitos.

Assim, acessar o mercado de trabalho pode representar uma experiência que amplie a qualidade das relações e oportunize o desenvolvimento das pessoas com deficiência, como também pode diminuir essas oportunidades (SILVA, 2019).

No contexto das políticas públicas relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência no Brasil, Garcia e Michels (2021) destacam que o uso do termo inclusão foi sendo incorporado nos discursos sem referência na objetividade da sociedade de classes, sendo utilizado como sinônimo de “afirmação de direitos, de reconhecimento de identidades e de respeito a diferenças” (GARCIA; MICHELS, 2021, p.3). Entretanto, ao analisar a materialidade, tais discursos estão filiados à adaptação de sujeitos à ordem social. Para as autoras, o termo foi mobilizado pela burguesia internacional, apropriado pela lógica liberal para manutenção da ordem, promovendo uma naturalização nas desigualdades sociais.

A ideia propagada pelas mídias e pelos discursos progressistas, que justificam as políticas inclusivas, parte da premissa de uma igualdade de oportunidades que não se materializa na realidade concreta, visto que não há igualdade de oportunidades em uma estrutura que perpetua desigualdades. Nesse sentido, as políticas visam minimizar problemas produzidos pelo próprio sistema econômico de forma isolada, fundadas em si mesmas, pois não exercem uma crítica à estrutura excludente. Como é o caso da educação inclusiva, em que a defesa da educação escolar para o público apoiado pela Educação Especial não teceu uma crítica ao projeto escolar atual que é permeado de classificações, hierarquizações, buscas pela padronização e propagação dos valores mercadológicos (GARCIA; MICHELS, 2021).

Ao se referir ao acesso de pessoas com deficiência ao mercado formal no Brasil, é possível mencionar duas políticas especificamente: a Lei 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e garante reserva de vagas no setor privado e a Lei

8112 de 1990, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, garantindo reserva de vagas nos concursos públicos federais. Conforme a legislação apontada, as proporções para empregar pessoas com deficiência são de acordo com o número de trabalhadores da empresa. Quando o empregador possui de 100 a 200 empregados, a reserva legal é de 2%; de 201 a 500, de 3%; de 501 a 1.000, de 4%. As empresas com mais de 1.001 empregados devem reservar 5% das vagas para pessoas com deficiência.

Silva (2019) destaca que ao ser incluída no mundo do trabalho a pessoa com deficiência pode se deparar com um processo emancipador ou enfrentar dificuldades que reduzam suas oportunidades, principalmente, considerando as políticas de inclusão que não passam de leis a serviço do mercado com viés voltado para a produtividade. Tais políticas, que absorvem boa parte das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, podem dificultar o acesso e a permanência das pessoas em no trabalho.

### 3.3. DEFICIÊNCIA, CONTEXTO E ATUALIDADE

Os primeiros registros históricos relacionados às pessoas com deficiência, geralmente, são apresentados retomando o aniquilamento decorrente de uma cultura fundamentada no misticismo e ocultismo. Silva (1987) afirma que, historicamente, a humanidade encontrou dificuldades em lidar com seus entes mais “fracos”, no sentido de sobrevivência, pois “anomalias físicas ou mentais, deformações congênitas, doenças graves e de consequências incapacitantes, de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria humanidade” (SILVA, 1987, p. 21).

Os gregos criaram o termo “estigma” para definir quaisquer sinais corporais que fugissem à norma, fossem eles extraordinários ou maus. As pessoas também eram marcadas no corpo para afirmarem sua condição de diferença, seja de escravo fugido, traidores ou marcas ritualísticas.

Conforme Platt (1999), durante a Idade Média, a ideia de deficiência e loucura estavam vinculadas com questões místicas. É comum que encontremos na literatura da época e nos registros que contam a história desses grupos que a deficiência está associada às questões místicas/religiosas. Pantano (2009), no que tange às pessoas com deficiência, como uma marca social e cultural dos povos, afirma:



Quando uma reflexão histórica é feita, as práticas dos espartanos de atirar do topo dos recém-nascidos do Monte Taygetus com afeições ou defeitos são geralmente mencionados. A análise desses casos mostra que eles devem ser malformações severas e identificáveis que requerem cuidados especiais para a sobrevivência, e que essas pessoas foram consideradas inaptas em um campo cultural que coloca a força física e a autodefesa acima de outras habilidades e valores. Naturalmente, não se trata de justificar essas decisões ou não, mas de mostrar que elas não obedeceram à crueldade; em vez disso, elas devem ser interpretadas como práticas de acordo com as concepções de seu contexto cultural, nas quais a deficiência era outra peça [tradução própria] (PANTANO, 2009, p. 75).

A afirmação de Pantano (2009) nos permite refletir como a concepção sobre grupos é histórica e cultural, sendo as formas de organização social determinantes em como tais relações foram estabelecidas.

É a partir da Idade Moderna - marcada pelo desenvolvimento industrial, quando se dá o fortalecimento das ciências naturais como fonte de verdade para explicar os fenômenos sociais e naturais - que a deficiência passa a ser observada no campo da medicina. Em paralelo, o desenvolvimento industrial reconfigurava a sociabilidade no sentido de exigir, para o trabalho assalariado, um corpo capaz de corresponder e executar tais tarefas. Assim, a pessoa com deficiência, em consequência, passa a ser uma pessoa que precisa ser tratada e/ou reabilitada, realizando essa desvinculação com o místico.

Ao mesmo tempo, a ascensão do cristianismo também representa um marco histórico na concepção desses grupos e, conseqüentemente, nas práticas desenvolvidas para com eles, pois a Igreja passa a condenar práticas discriminatórias e legitimar ações assistencialistas para com pessoas com deficiência. O olhar assistencialista para esse público ocasionou um período de forte institucionalização, gerando o surgimento de uma série de instituições de confinamento, orfanatos, asilos e manicômios. Pessoas pobres com alguma deficiência recebiam todo tipo de prática e eram alvo de tratamentos de toda ordem (WALBER; SILVA, 2006).

Diniz et al. (2007) afirmam que concepções, por muitos séculos, classificaram os corpos entre normais e patológicos, possuindo a legitimidade do Estado, pois o Modelo Biomédico oferecia elementos de objetividade e avaliação.

A partir de questionamentos que relacionam a deficiência às desigualdades sociais e aos elementos culturais que foram se constituindo no modo de produção capitalista, surge outra concepção que contesta a perspectiva médica, chamada de Modelo Social da Deficiência. Teóricos com deficiência física deram origem ao que ficou conhecido como *Disability Studies*. Gesser, Nuernberg e Toneli (2012, p. 529) afirmam que, em linhas gerais, trata-se do “rompimento de concepções sobre a deficiência que reduzem a compreensão do fenômeno às

lesões e aos impedimentos do corpo e objetiva uma virada conceitual ao incorporar questões sociais e políticas em sua análise".

Barnes (2009) afirma que a deficiência é muito mais produzida pelo sistema capitalista do que no âmbito individual e biológico. A autora afirma que a deficiência e a saúde são questões políticas, destacando que, tanto em países ricos quanto em países pobres, as causas principais das doenças agudas e crônicas e das deficiências no geral são a pobreza, os serviços de higiene urbana inadequados, a má alimentação, moradias precárias e mal localizadas, contaminações ambientais, acidentes industriais, tráfico, violência e guerra.

Ainda existindo uma parcela de deficiências consideradas congênitas ou biológicas, podemos pensar que um dos principais determinantes do desenvolvimento da pessoa com deficiência são as relações produzidas socialmente, como nos aponta Vigotski (1983), voltamos à esfera social como elemento essencial para se compreender essa categoria social estruturalmente.

O que rege a inserção na vida social dentro da sociedade capitalista é pautado pela disputa e aperfeiçoamento, um corpo útil dentro dessa sociedade é, portanto, um corpo capaz de responder a essa demanda de eficiência. Fortes (2019) afirma que, quando falamos em um corpo deficiente, partimos da premissa de que esse não seria um corpo eficiente aos olhos da sociedade utilitária moldada pelo capitalismo. Sendo assim, um corpo que não se localiza nas categorias de funcionalidade e utilidade demandadas pela sociabilidade.

Assim, o sistema econômico que invade a vida e que determina o que é perfeição e eficiência somente se sustenta diante da exclusão. Fortes (2019) afirma que um corpo que sente, que é criativo, que experimenta novas sensações e vivencia outras formas de visualizar e estar presente na realidade não é um corpo que esse sistema comporta. Assim, aos corpos diagnosticados com TEA, com deficiências físicas diversas, com deficiência intelectual resta a segregação.

De acordo com o estudo realizado pelo IBGE, publicizado em 2022, no Brasil há 17,2 milhões de pessoas com deficiência de 2 anos ou mais de idade, o que corresponde a 8,4% da população. A distribuição geográfica no País foi variada, com a maior proporção observada na Região Nordeste (9,9%), e a menor, na Centro-Oeste (7,1%).

É relevante destacar que a deficiência, de acordo com o estudo, se concentra em pessoas mais idosas: entre aquelas com 60 anos ou mais de idade, 24,8% tinham alguma deficiência, enquanto no contingente de 2 a 59 anos esse resultado correspondia a 5,1%, confirmando o quanto a deficiência é uma questão inerente à vida, sendo, portanto, uma questão coletiva.

As pessoas com deficiência também possuem o menor grau de instrução em todas as faixas etárias, conseqüentemente, os rendimentos per capita domiciliar também estavam reduzidos em relação a domicílios sem pessoas com deficiência. Como há uma concentração de idosos no número de pessoas com deficiência no Brasil (60%), parte dessa renda média familiar corresponde a um salário mínimo, recebido como aposentadoria ou pensão.

As barreiras relacionadas à educação das pessoas com deficiência vêm sendo alvo de políticas públicas há décadas, tornar as escolas aptas e recebê-los, promover a inclusão e permanência desses grupos nas escolas é um direito e está diretamente relacionado às condições de vida futura como inserção laboral, participação política, etc. De acordo com o que aponta o Censo Escolar 2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, as taxas de frequência escolar bruta e líquida também são marcadas entre as pessoas com e sem deficiência.

O indicador utilizado para análise representa a frequência bruta como a participação nas instituições de ensino, enquanto frequência líquida considera a adequação série/idade no sistema educacional. Observa-se um crescente quando se comparam os grupos de idade 4 a 5 anos, 6 a 14 e 15 a 17 anos presentes na escola, no caso dos adolescentes de 15 a 17 anos, apenas 72,4% daqueles com deficiência estavam na escola, contra 89,3% observado entre os sem deficiência.

O dado mais alarmante nas pesquisas relacionadas às matrículas escolares está no Ensino Médio, indicando que entre as pessoas de 15 a 17 anos de idade no ensino médio, considerando o percentual da população nessa faixa etária no Brasil, 37,0% de participação para as pessoas com deficiência e 65,5% para aquelas sem essa condição.

Outro indicador presente no estudo realizado em 2019 pelo INEP foi a taxa de conclusão do ensino médio das pessoas de 20 a 22 anos de idade, estimando-se taxas menores de conclusão para pessoas com deficiência do que para as pessoas sem deficiência. Adicionando-se os recortes por sexo e cor ou raça, os piores indicadores foram encontrados para os homens com deficiência de cor ou raça preta ou parda (34,0%). Em domicílios situados abaixo da linha de pobreza de US\$ 5,5 por dia, em 2019, apenas 20,6% dos homens e 42,4% das mulheres com deficiência de 20 a 22 anos de idade tinham concluído o ensino médio.

No quesito trabalho, o estudo utiliza alguns indicadores para avaliar a inserção das pessoas no mercado do trabalho, sendo um deles a taxa de participação. Esse indicador é calculado a partir da divisão da força de trabalho: pessoas ocupadas e pessoas desocupadas, com 14 anos ou mais e mostra a participação dessa população no mercado de trabalho. A taxa de desocupação corresponde no estudo ao efeito da interação dos que buscaram um trabalho

formal, mas não obtiveram sucesso, permanecendo ou se tornando o que o estudo chama de desocupado.

As pessoas com deficiência apresentaram, em 2019, taxas de participação (28,3%) e de formalização (34,3%) muito menores do que as das pessoas sem tal condição (66,3% e 50,9%, respectivamente), sendo a desocupação observada nesse contingente (10,3%) maior do que a verificada entre as pessoas sem deficiência (9,0%). Tal diferença de 1,3 ponto percentual, embora possa parecer pequena, é digna de nota, pois a desocupação é negativamente correlacionada com a idade, e as pessoas com deficiência são relativamente mais idosas do que as pessoas sem deficiência. Ao examinar os extremos da distribuição por idade, em 2019, verifica-se que a taxa de desocupação das pessoas com deficiência de 14 a 29 anos de idade era 25,9%, contra 18,1% para aquelas sem deficiência, enquanto para as pessoas com deficiência de 60 anos ou mais de idade a desocupação era 5,1%, ante 2,6% para as pessoas sem tal condição.

De acordo com o tipo de deficiência também se observaram diferenças, demonstrando a maior taxa de participação para as pessoas com deficiência visual (37,0%) em comparação com aquelas com deficiência mental (5,3%). Em relação ao trabalho formal, as pessoas com deficiência auditiva apresentaram o melhor indicador (40,4%), ao passo que o pior foi identificado para as pessoas com mais de uma deficiência (27,3%). As maiores taxas de desocupação foram registradas entre as pessoas com deficiências mental (12,4%) e visual (11,9%), enquanto as menores, entre aquelas com deficiência física nos membros superiores (8,9%).

Figura 1 – Indicadores do mercado de trabalho segundo os tipos de deficiência

**Indicadores estruturais do mercado de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, segundo os tipos de deficiência**

Tipos de deficiência	Taxa de participação (%)	Taxa de formalização (%) (1)	Taxa de desocupação (%)
Com alguma deficiência	28,3	34,3	10,3
Visual	37,0	32,1	11,9
Auditiva	28,0	40,4	9,4
Física (membros superiores)	17,9	34,9	8,9
Física (membros inferiores)	16,9	30,8	9,3
Mental	5,3	37,3	12,4
Mais de uma deficiência	12,9	27,3	10,9
Sem deficiência	66,3	50,9	9,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

(1) Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário e empregador.

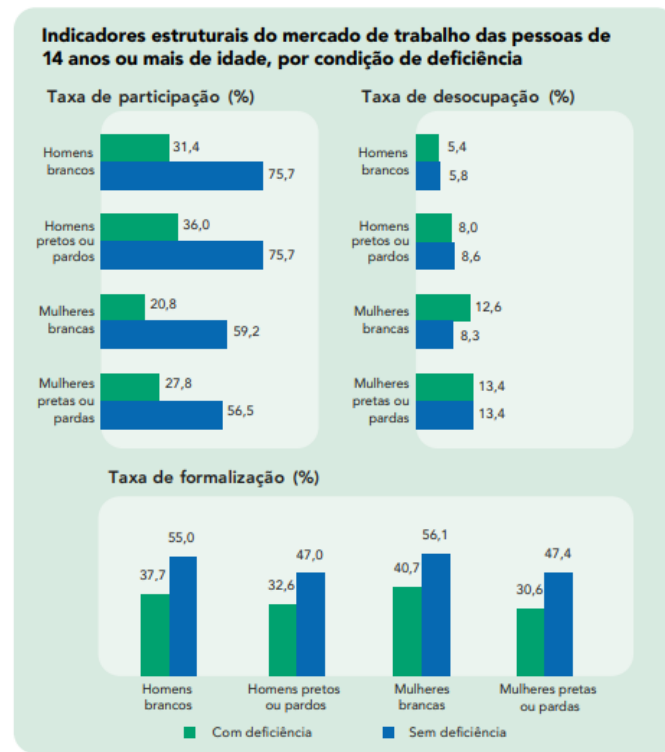
Fonte: IBGE, 2019.

As mulheres exibiram menores taxas de participação em relação aos homens, e esse dado foi maior nas mulheres que possuem alguma deficiência. A taxa de desocupação foi maior

para as mulheres do que para os homens, de um modo geral. Para as mulheres brancas, a condição de deficiência foi significativa, uma vez que 12,6% delas estavam desocupadas, enquanto a taxa correspondente àquelas sem deficiência foi 8,3%. Esse não foi o caso, porém, das mulheres de cor ou raça preta ou parda, dado que, para ambas as categorias (com e sem deficiência), a taxa de desocupação alcançou níveis elevados, da ordem de 13,4%.

Em relação à taxa de formalização no mercado de trabalho, a taxa foi maior para pessoas sem deficiência independente do recorte de gênero ou identidade étnico racial. Um fato que pode explicar esse fenômeno é como a política está estruturada, obrigando as empresas à contratação de acordo com o número de funcionários. Estima-se que os trabalhadores com deficiência dentro do mercado formal estejam absorvidos por essa política.

Figura 2 – Indicadores do mercado de trabalho por condição de deficiência



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

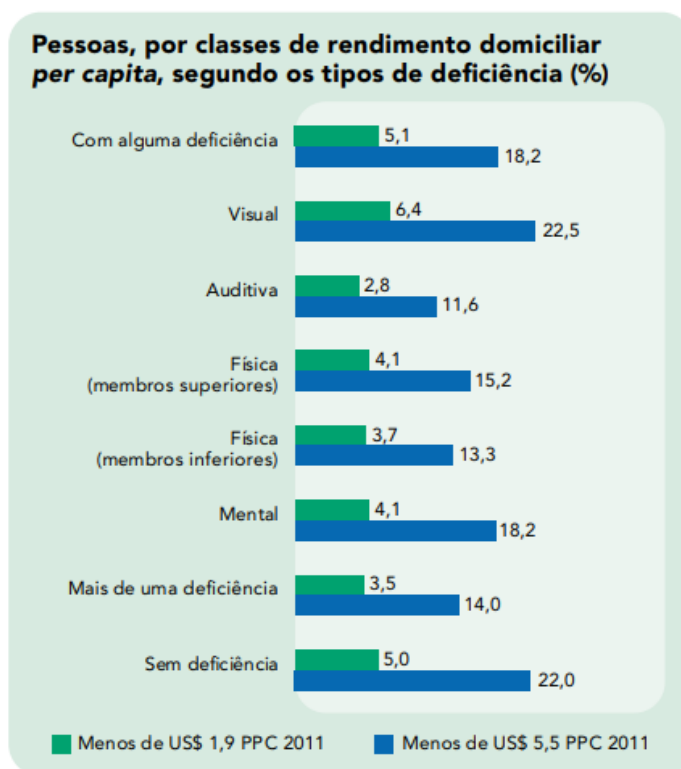
Fonte: IBGE, 2019.

O estudo também apontou que em relação aos rendimentos mensais do trabalho, em 2019, as pessoas com deficiência recebiam, em média, R\$ 1 639, o que representa cerca de  $\frac{2}{3}$  do rendimento das pessoas sem deficiência (R\$ 2 619), em 2019. Observou-se ainda que as pessoas com deficiência recebiam menores valores em todos os grupos de atividades econômicas e estavam mais concentradas naquelas com rendimentos médios relativamente menores, como Serviços domésticos, agropecuária, alojamento e alimentação.

Considerando que dentro da economia política é impossível desvincular a manutenção da vida dos rendimentos recebidos mensalmente, garantindo o acesso à moradia, alimentação, saúde, etc., destacamos alguns dados relacionados a esse ponto que permitem compreender a distribuição das pessoas com deficiência em relação à renda. As pesquisas realizadas pelo IBGE utilizam os demarcadores pobreza (US\$ 5,5 per capita por dia) e pobreza extrema (US\$ 1,9 per capita por dia), valor que em 2021 correspondia a uma renda per capita de R\$ 168 mensais.

Os dados revelaram que 5,1% das pessoas com deficiência estavam abaixo da linha de pobreza extrema, e 18,2%, abaixo da linha de pobreza. A quantidade de pessoas na pobreza variou, segundo os tipos de deficiência, destacando-se maior vulnerabilidade para aquelas com deficiência visual: 6,4% estavam na pobreza extrema, e 22,5%, na pobreza, valores que representaram as maiores proporções dentre os tipos investigados.

Figura 3 – Pessoas por classes de rendimento domiciliar segundo os tipos de deficiência



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saúde 2019.

Fonte: IBGE, 2019.

As condições de moradia com acesso a bens e serviços essenciais, tais como saneamento e acesso domiciliar à Internet também são consideradas relevantes para medir o bem-estar da população nas pesquisas nacionais. Em termos de condições de saneamento, as pessoas com deficiência se mostraram com mais carências, pois 58,2% delas tinham acesso simultâneo a

serviços de esgotamento sanitário, água por rede geral e coleta de lixo em 2019, contra 62,4% para aquelas sem deficiência. Demonstra-se-, assim, que, além de a deficiência secundária ser intensificada, tendo maiores impactos na vida das pessoas, o contexto social de desigualdades também produz deficiências, seja pelas condições de trabalho, acesso a bens e serviços, como alimentação básica e até mesmo o saneamento básico.

São nítidas as condições de desigualdades sociais enfrentadas por essa população no contexto brasileiro, fatores como educação e trabalho estão diretamente relacionados entre si assim como o empobrecimento dessas famílias que possuem uma ou mais pessoas com deficiência.





### 3 REVISÃO DA PRODUÇÃO E ALGUMAS DELIMITAÇÕES

A narrativa de literatura produzida neste estudo foi realizada a partir do Repositório de Teses e dissertações da Capes nos últimos seis anos (2016 - 2022) com os seguintes descritores: **pessoa com deficiência** combinada com mercado de trabalho/ trabalho/ mundo do trabalho/ gênero/ Educação Superior e **mulheres com deficiência**<sup>3</sup> combinadas com mercado de trabalho/ trabalho/ mundo do trabalho/ gênero e Educação Superior em estudos disponíveis de forma pública e gratuita.

Foram observadas pesquisas filtradas a partir dos descritores mencionadas e que estivessem disponíveis de forma pública e integral em plataformas digitais. Para melhor compreensão do processo, elaborou-se um quadro (Quadro 2) apresentando a palavra-chave com suas respectivas combinações, seus resultados em número de trabalhos encontrados e o número de trabalhos selecionados para leitura integral, após leitura do título e resumo.

A partir da busca inicial, foram selecionados o total de 26 trabalhos para leitura integral. Durante a leitura, elaborou-se o fichamento de todas as pesquisas com os principais apontamentos que podem vir a corroborar com esse estudo. O fichamento desses trabalhos gerou um documento extenso que, neste momento, não caberia ser apresentado, mas que pode ser revisitado no decorrer da pesquisa.

Portanto, para fins didáticos, teceu-se algumas considerações em relação aos apontamentos destacados nos trabalhos lidos, buscando relacioná-los com os eixos mencionados na metodologia deste estudo: **Pessoa com deficiência no mundo/mercado de trabalho; Experiências sobre deficiência na perspectiva dos estudos de gênero e/ou Modelo Social da Deficiência; experiências de pessoas com deficiência egressas da Educação Superior e, por fim, pesquisas que observaram esses assuntos à luz do materialismo histórico-dialético.**

Em relação aos eixos mencionados, foi possível verificar:

---

<sup>3</sup> A escolha dos descritores se deu em um momento da pesquisa em que as participantes seriam apenas mulheres com deficiência, no decorrer do estudo, ampliou-se a participação para todas pessoas com deficiência formadas em algum curso de ensino superior. Mesmo diante da ampliação X% das participantes das entrevistas foram mulheres, considerando essa prevalência, mantiveram-se os descritores da busca realizada em 2021 sendo feita uma atualização com os mesmos descritores no ano de 2022.

Quadro 1 – Seleção do corpus de pesquisa

Palavras chaves combinadas na busca		Tipo de Documento	Número de Trabalhos Encontrados	Número de Trabalhos Selecionados
Pessoa com Deficiência	Mundo do trabalho Mercado de trabalho	Dissertação	78	19
Pessoa com Deficiência	Mundo do trabalho Mercado de trabalho	Teses	24	4
Mulheres com Deficiência	Mundo do trabalho Mercado de trabalho	Dissertação	4	0
Mulheres com Deficiência	Mundo do trabalho Mercado de trabalho	Teses	1	0
Pessoa com Deficiência	Mundo do trabalho	Dissertações	5	1
	Gênero			
Pessoa com Deficiência	Mundo do trabalho	Teses	1	0
	Gênero			
Pessoa com Deficiência	Ensino Superior Educação Superior	Dissertação	12	0
	Gênero			
Pessoa com Deficiência	Ensino Superior Educação Superior	Teses	9	2
	Gênero			
Número de trabalhos selecionados: 26				

Fonte: elaborado pela autora.

Segue, no quadro 2, tabela organizativa dos trabalhos e em que eixos temáticos eles estão selecionados para leitura na íntegra:

Quadro 2 - Lista de trabalhos selecionados para leitura na íntegra

Trabalho e autor	1º EIXO Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho	2º EIXO Experiências sobre deficiência na perspectiva dos estudos de gênero e/ou modelo social da deficiência	3º EIXO Experiências de pessoas com deficiência egressas da educação superior	4º EIXO Discussão sobre mundo do trabalho e PCD fundamentada no materialismo histórico dialético
A pessoa com deficiência e o mercado de trabalho Por LOPES, Stefano Máximo (2019)	X			
Experiências de pessoas com deficiência no trabalho: o papel e a importância da família Por AUGUSTO, Maria Ângela Rossini (2020)	X			X
A inclusão socioeconômica das pessoas com deficiência no mercado de trabalho : políticas públicas desenvolvidas no estado de Santa Catarina por WENSING, Guilherme Beckhäuser (2019)	X			
Pessoa com deficiência e mercado de trabalho: um olhar sobre as empresas de Viçosa-MG por MESSIAS, Eliane Pereira(2018)	X			
Estudo sobre acesso e permanência no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual	X			X

por BORGES, Karla Janaine de Moraes (2019)				
Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: relendo a desigualdade e a busca da isonomia por HEIDRICH, Leila 2016	X	X		
Avaliação da lei de cotas como instrumento de inserção de jovens com deficiência no mercado de trabalho no Ceará por ARAÚJO, Thaynah Barros de (2018)	X			X
O sentido do trabalho para pessoas com deficiência adquirida por GALVAO, Mariana Fernandes Gomes (2017)	X			X
Indicadores de estresse, depressão e qualidade de vida em pessoas com deficiência sem vínculo de trabalho por STEVANATO, Daniele(2019)	X			
Egressos universitários com deficiência e inserção no mercado de trabalho competitivo por PINHEIRO, Maíra Dal'Maz (2019)	X	X	X	
A pessoa com deficiência no mundo do trabalho: discurso e atividade por GREGIO, Leticia Amoroso (2016)	X			
Pessoas com deficiência e inclusão no mercado de trabalho : um estudo sobre lei de cotas, conflitos e cont(r)atos por CARDOSO, Laísa Mangela Gomes(2017)	X			

Trajetórias de mulheres com deficiência: do ensino superior ao mercado de trabalho sob o olhar do gênero por ALVES, Ana Paula Ribeiro (2018)	X	X	X	X
A inclusão de pessoas com deficiência em empresas de São Luís-MA por PEREIRA, Cristiano Viegas (2018)	X			
A discriminação do trabalhador com deficiência e a lei de cotas: um estudo à luz da (des)colonialidade por ELSNER, Larissa de Oliveira (2020)	X	X		
Sentidos e significados do trabalho para servidores públicos com deficiência: um olhar a partir de trajetórias de vida e trabalho por PERES, Amanda Grasiela da Luz (2016)	X	X		
Educação profissional de pessoas com deficiência: política e produção acadêmica, no Brasil, pós Lei 8.213/1991 por OLIVEIRA, Fábila Carvalho de (2018)	X	X		
Perspectivas de futuro profissional das pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas por LAMONIER, Elisângela Leles (2018)	X	X	X	
Desafios da inclusão das pessoas com deficiência no trabalho: contribuições de uma experiência por NAVAS, Paula Márcia Gomes (2019)	X	X		

In/exclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho no estado do Pará por ASSIS, Suelen Tavares Godim de (2017)	X	X		X
Processos de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho : a apropriação da Solução Assistiva no Contexto das Organizações Brasil-Espanha por PEREIRA, Ana Cristina Cypriano (2017)	X		X	
Tirando certas limitações, eu me vejo uma pessoa normal: o exercício da classificação social e o mercado de trabalho. por LIMA, Márcia de Lourdes Bezerra dos Santos. (2018)	X			X
A educação superior para o mundo do trabalho: perspectivas de pessoas com deficiência Por MIRANDA, Bruna da Silva Ferreira (2019)	X		X	
Trajetórias de mulheres com deficiência: do ensino superior ao mercado de trabalho sob o olhar do gênero Por VITÓRIO, Janaína Damásio (2017)	X	X	X	X
Mulheres com deficiência no ensino superior: tendências a partir de trajetórias no contexto da universidade Por MELO LOPES, Flávia Augusta Santos (2018)		X	X	X
Deficiência, raça e gênero: análise de indicadores educacionais brasileiros			X	

Por PEREIRA, Michelle Melina Oleica Del Pino Nicolau (2016)				
---	--	--	--	--

Fonte: elaborado pela autora

Após o tabelamento realizado e, de acordo com os dados acima, foi possível perceber que a maior prevalência de estudos buscou observar o ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e suas experiências em detrimento de suas intersecções com os demais temas propostos, sejam eles: a relação com a educação, a concepção de deficiência a partir do Modelo Social e suas intersecções de gênero, identidade étnico racial, geração etc., assim como foi denotado um baixo número de pesquisas que entendem o trabalho de pessoas com deficiência a partir do materialismo histórico-dialético.

#### 4.1. MUNDO DO TRABALHO E MERCADO DE TRABALHO: ALGUMAS DELIMITAÇÕES

Antes de iniciar as discussões sobre o primeiro eixo, faz-se necessária a diferenciação entre mundo do trabalho e mercado de trabalho, ambas palavras utilizadas na busca. Embora, muitas vezes, na realização de uma revisão de literatura escolhamos palavras que são sinônimos para que os filtros das plataformas selecionem o maior número de pesquisas possíveis abrangendo a temática, é importante destacar que tais palavras-chaves não representam a mesma coisa, nem são sinônimas. Porém, compreendeu-se que ambas poderiam direcionar a pesquisas que abordassem discussões tanto em relação à deficiência e ao mundo do trabalho, na perspectiva emancipatória, quanto em relação ao acesso ao mercado de trabalho no modo de produção capitalista.

Konder (2011), ao apresentar a superação dialética em Hegel e a compreensão de Marx a respeito, aponta que Marx entende ser o trabalho a atividade pela qual o homem domina as forças naturais e humaniza a natureza. Sendo assim, é a atividade pela qual o homem cria a si mesmo. O autor menciona que foi o trabalho que proporcionou ao homem o descolamento da natureza e a possibilidade de ir além dela. Porém, como é possível que essa mesma atividade que, em sua raiz, possui uma condição natural para realização do homem tenha se tornado seu principal algoz?

Nas palavras de Konder (2011),

Uma primeira causa dessa deformação monstruosa se encontra na divisão social do trabalho, na apropriação privada das fontes de produção, no aparecimento das classes sociais. Alguns homens passaram a dispor de meios para explorar o trabalho dos outros; passaram a impor aos trabalhadores condições de trabalho que não eram livremente assumidas por estes. Introduziu-se, assim, um novo tipo de contradição no interior da comunidade humana, no interior do gênero humano (KONDER, 2011, p.13).

Assim, em decorrência desses processos históricos mencionados por Konder (2011), o trabalho adquiriu outro significado, que aliena o trabalhador da sua produção e tem sua lógica organizada pelo capital, em que a exploração e lucro são os principais mobilizadores, possuindo uma concepção contraditória, como mencionado na revisão de literatura desta proposta.

Para Konder (2011), o **mercado de trabalho** no modo de produção capitalista está em permanente expansão, ocupando todos os espaços que possam lhe proporcionar lucros. As relações que se estabelecem nesse modelo vão para além de relações exclusivamente do trabalho, elas invadem toda sociedade, as formas de sociabilidade, todos os valores humanos vão sendo destruídos pelo dinheiro, tudo se transforma em mercadoria, tudo pode ser comercializado, todas as coisas podem ser vendidas ou compradas por um determinado preço.

A força de trabalho do ser humano, nesse aspecto, também se transforma em mercadoria e o preço que essa mercadoria vale passa a sofrer as pressões e flutuações do mercado (KONDER, 2011). Desse modo, ao fazer referências sobre pessoas com deficiência no mercado de trabalho, busca-se demonstrar e problematizar essas relações de exploração e venda da força de trabalho em troca do salário.

#### 4.2.PRIMEIRO EIXO - INSERÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MERCADO DE TRABALHO

Partiu-se de 26 trabalhos que abordavam a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Desses 26, sete abordavam esse tema isoladamente em relação aos demais eixos citados. Ainda sobre essas 26 pesquisas selecionadas, apenas as pesquisas de Gregio (2016); Navas (2019) e Miranda (2019) optaram por utilizar em seus títulos ou objetivos gerais a definição de mundo do trabalho para tecer suas discussões acerca da inserção laboral de pessoas com deficiência. Os vinte e três trabalhos restantes optaram pela utilização de mercado de trabalho.

Destaco que, mesmo utilizando o conceito mercado de trabalho, algumas autoras propuseram uma discussão do trabalho fundamentada em uma perspectiva estrutural, pois a utilização do conceito não anula o modo de analisar dos pesquisadores. Logo, se trata de uma



definição que considera as experiências de trabalhadores e trabalhadoras com deficiência dentro de uma lógica exploratória.

As pesquisas de Pereira (2018) e Moraes (2019), embora tenham se adequado aos critérios de inclusão elaborados, possuem como objetivo compreender as articulações entre o trabalho de pessoas com deficiência e os papéis da família ou responsáveis legais nesse processo, o que nesse momento ainda não será discutido. Porém, como menciona Ramirez (2009), a família, quando possui um membro com deficiência, muitas vezes, assume papel de centralidade nessas relações. Portanto, de acordo com o que foi encontrado em campo, esses estudos poderão ser retomados.

Ainda sobre o primeiro eixo, a pesquisa de Moraes (2019), juntamente com a de Stevanato (2019), foram as únicas, entre as selecionadas, que se ocuparam exclusivamente da deficiência intelectual no mercado de trabalho, enquanto as outras observaram a deficiência e realizaram suas análises compreendendo as categorias de forma ampla. Entende-se que a inclusão de pessoas com deficiência intelectual tem provocado discussões mais aprofundadas nas particularidades do grupo, pois, como mencionei em Torres (2018), há uma disparidade de acesso desse grupo às políticas públicas de inclusão nos âmbitos educacional ou laboral em relação a outros grupo de pessoas com deficiência.

Sobre as reflexões acerca do acesso ao trabalho por parte das pessoas com deficiência, verificou-se em algumas das pesquisas um olhar desenvolvimentista em relação ao trabalho, ou seja, individualizando as experiências e compreendendo essa inserção como benéfica ao mercado e ao desenvolvimento econômico nacional. Assim, nas considerações finais dos pesquisadores sobre o acesso ao trabalho por parte das pessoas com deficiência, muitas vezes, estava justificado pela lógica de tornar a pessoa com deficiência um consumidor ou, ainda, apresentando índices econômicos de países em que essas práticas são incentivadas.

Observa-se ainda que, embora a discussão teórica, a fundamentação e a conceituação sobre o trabalho estivessem ancoradas na teoria marxista, isso não representou necessariamente uma crítica estrutural e a incorporação dessa teoria nas análises realizadas por parte dos pesquisadores. Assim, algumas pesquisas selecionadas conceituaram: trabalho, exploração, alienação e outros conceitos importantes em seu referencial teórico, mas tais conceitos foram deixados de lado nas análises, individualizando as experiências encontradas e não estabelecendo uma relação direta das experiências e das demandas da classe trabalhadora no período da pesquisa.

#### 4.3.SEGUNDO EIXO - EXPERIÊNCIAS SOBRE DEFICIÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS DE GÊNERO E/OU MODELO SOCIAL DA DEFICIÊNCIA

Assim como no primeiro eixo, será necessária uma pequena introdução que atribua significado às palavras chaves selecionadas. No segundo eixo, que consistiu em verificar se as pesquisas apresentavam as experiências sobre deficiência na perspectiva dos estudos de gênero e/ou modelo social da deficiência, faz-se importante uma breve explicação por se tratar da perspectiva adotada em relação à categoria deficiência.

Conforme mencionado, a base da segunda geração do Modelo Social incorpora uma crítica feminista à teoria, porém, quando o trabalho está fundamentado por uma perspectiva de gênero, nem sempre incorpora a crítica do Modelo Social. É importante destacar que, dos vinte e seis trabalhos analisados, onze deles mencionaram o Modelo Social e continham em suas referências obras fundamentais da crítica ao Modelo Biomédico.

Porém, observou-se que, em alguns casos, não foi apresentada uma análise sistêmica sobre a deficiência, colocando novamente a deficiência sob uma ótica individual, ou seja, os pesquisadores demonstram conhecimento em relação ao modelo e suas concepções, mas não incorporam na escrita uma perspectiva de observar a deficiência em oposição ao Modelo Biomédico. Em alguns trabalhos, o modelo é citado apenas uma vez e não é retomado enquanto forma de pensar a categoria deficiência. Isso pode ser decorrência do que Lima, Ferreira e Lopes (2021) tratam como capacitismo estrutural como parte da subjetividade social.

É preciso destacar, ainda, que dois dos trabalhos que observam a categoria deficiência atrelada ao ingresso no mercado de trabalho ou demais processos de profissionalização não citam o modelo social no corpo de texto, mas pensam a categoria a partir do conceito de estigma de Goffman (1975)<sup>4</sup>, principalmente os trabalhos realizados em programas de pós-graduação em Ciências Sociais. Desse modo, cabe a menção que os trabalhos de Araújo (2018) e Galvão (2017), embora não façam menção ao Modelo Social, apresentam uma concepção social da pessoa com deficiência.

Ainda nessa busca, com vistas a verificar a partir de qual concepção a categoria deficiência estava sendo pensada pelos pesquisadores, observou-se uma tendência de definir a deficiência a partir do conceito apresentado na legislação. Desse modo, tanto concepções sociais apareciam nessa conceituação, quanto definições biomédicas, conforme a legislação

---

<sup>4</sup> Para Goffman, estigma (1975) são as expectativas normativas em relação ao outro e nessa relação, ao perceber que o outro possui um elemento que o diferencia, esse sujeito é colocado em uma outra categoria, geralmente como faltante, uma categoria "estragada e diminuída", isso é o estigma, que pode

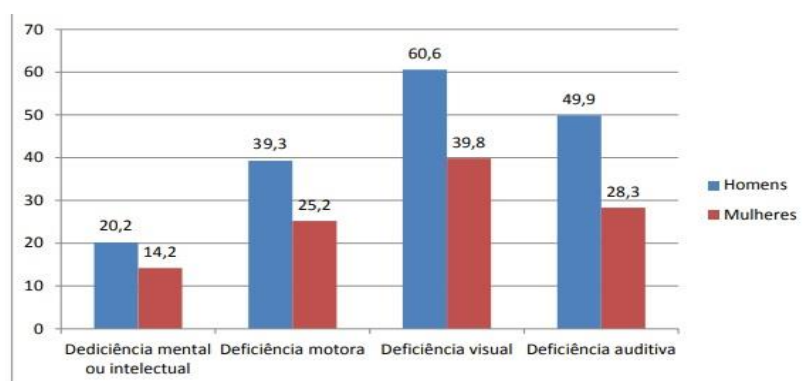
trabalhada, sem que esses conceitos fossem pensados dentro de seu contexto histórico e social e que essas concepções fossem problematizadas.

Em relação à compreensão da categoria gênero, necessária para se pensar as experiências educacionais e de inserção no mercado de trabalho, foram poucos os achados, sendo que, em algumas pesquisas, os autores apresentam tabelas e gráficos que demonstram as diferenças presentes na experiência social de mulheres com deficiência em relação aos homens com deficiência, mas esse dado aparece pouco aprofundado em relação aos estudos de gênero.

Faz-se importante mencionar a pesquisa de Heidrich (2016, p. 18), que, a partir dos dados fornecidos pelo Censo do IBGE de 2010, ponderou que “considerando o gênero da população com deficiência, para as mulheres a taxa de alfabetização foi de 82,33% e de 80,97% para os homens”. E mesmo as mulheres possuindo maior índice de alfabetização, a autora apresenta logo abaixo um quadro que demonstra que, nas taxas de atividade por sexo, também fundamentada a partir do Censo do IBGE de 2010, há um número reduzido de mulheres com deficiência incluídas em atividades laborais, inferior ao de homens com deficiência em todas as deficiências.

O gráfico abaixo, que a autora utilizou para demonstrar o nível de ocupação da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo o tipo de deficiência investigada evidencia tal discrepância entre sexo, escolarização e ocupação laboral:

Figura 4 – Nível da ocupação da população de 10 anos ou mais



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Fonte: IBGE, 2010.

Pinheiro (2019), que se propôs a delinear o perfil dos egressos universitários com deficiência diplomados no período 2011-2017, apontou que, em relação ao gênero e à raça, a maioria dos respondentes da pesquisa proposta foi do sexo masculino e brancos. E, ainda que houvesse também representatividade considerável dos que se autodeclaram pardos, houve

dificuldade de acessar esse público nos períodos finais da formação acadêmica, o que poderia indicar ou processos de evasão desses grupos do ambiente acadêmico ou o baixo índice de acesso a essa modalidade, colaborando com os dados que encontrei em 2018, que indicavam que apenas 15% dos estudantes ingressantes pela reserva de vagas para pessoas com deficiência na Universidade Federal de Santa Maria eram mulheres (TORRES, 2018).

A pesquisa de Assis (2017), que observou processos de inclusão e exclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho do Pará, também não teve por objetivo utilizar a categoria de gênero para pensar os processos de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mas essa observação se colocou nas análises. A autora mencionou a dupla opressão vivenciada por mulheres com deficiência para além da relação de exploração do trabalho na sociedade capitalista. Fundamentou a discussão amparada no materialismo histórico dialético e no modelo social, todavia, como este trabalho apresenta muitas reflexões importantes que contribuirão com essa pesquisa, algumas de suas considerações serão retomadas posteriormente.

Damásio (2017), que tinha por objetivo analisar o processo de inserção e permanência das mulheres com deficiência no ensino superior e no mercado de trabalho, egressas dos cursos de Graduação da UNESC, no período de 2006 a 2014, anuncia que o recorte de gênero será pensado em todos os aspectos do trabalho. A autora pensa a categoria deficiência a partir do Modelo Social e dos estudos de gênero, a partir de autoras clássicas que teorizam sobre tema, tanto na perspectiva estruturalista, quanto na pós-crítica. Compreende a categoria trabalho também em uma perspectiva estrutural.

Na discussão dos dados, Damásio (2017) afirma que a sociedade atual ainda reproduz, cultural e socialmente, uma característica da economia com relação aos recursos e aos produtos, ou seja, o acesso ao ensino permanece diretamente ligado às aplicações socialmente autorizadas. Destacou ainda que, em relação às áreas nas quais as mulheres são maioria, ainda fazem parte da manutenção social da opressão a que estão submetidas, como áreas que envolvem o cuidado, por exemplo.

Além disso, Damásio (2017) considera que as legislações que melhoraram estas condições de acesso de mulheres aos espaços institucionalizados, como a Lei de Cotas, situam as mulheres com deficiência em um lugar duplamente desfavorável, pois existem muitos desafios a serem transpostos no que concerne à efetivação desse acesso. A porta de entrada de muitos profissionais ainda é a reserva de vagas, públicas e privadas, garantida por lei. No entanto, em relação a isso, ainda não há garantias que promovam a proporcionalidade do cargo com a competência dos candidatos.

Por fim, Melo (2018), que pensa gênero a partir de Beauvoir (1975) e a deficiência pelo Modelo Social, ou seja, dentro de uma ótica estrutural e de construção social, realizou um estudo em que se propôs a analisar o acesso de mulheres com deficiência ao ensino superior, na Universidade Federal de Sergipe. A autora pensa a educação como elemento que adquire certo grau de centralidade, no que tange a mudanças coletivas e sociais. Além disso, destacou a predominância de um recorte de classe que impõe condições materiais de sobrevivência nos limites da subsistência, trazendo implicações para a compreensão da deficiência, como parte do modo de vida e das formas de situá-la na sociedade, na relação com os acessos às redes de serviço, sobre direitos à saúde pública com qualidade e à educação sem discriminação (MELO, 2018).

A pesquisa de Melo (2018) corroborou com alguns apontamentos que realizei quando observei a realidade desse grupo na Universidade Federal de Santa Maria (TORRES, 2018). A autora analisou que o acesso à universidade ainda exige o rompimento de muitas barreiras e mentalidades sobre competência e justiça social, em que essas estudantes apresentem seus potenciais contributivos no processo de aprendizagem, que coexistem com escassez de recursos materiais familiares. Também considerou que, entre as estudantes entrevistadas, poucas tiveram acesso aos projetos de pesquisa, o que pode se caracterizar pela discriminação na formulação das produções científicas, já que as iniciações científicas costumam selecionar seus(as) candidatos(as) via desempenho acadêmico (média geral), legitimando, assim, um perfil específico de “quem pode ser” produtor de conhecimento no interior da universidade, como também apontei dentro do contexto estudado.

O trabalho de Eslner (2020) objetiva responder como o Modelo Biomédico da deficiência serve para justificar a discriminação às pessoas com deficiência, enquanto obstáculo para o acesso ao mercado de trabalho, em especial nas empresas privadas brasileiras. A autora ressalta que a legislação vigente está fundamentada nos princípios inclusivos e antidiscriminatórios do Modelo Social da Deficiência, à luz dos estudos descoloniais. Desse modo, apresenta algumas contribuições importantes que merecem destaque. Inicialmente, a autora já estabelece uma relação entre pobreza e deficiência, mencionando que:

A discriminação é um elemento essencial para se compreender a vulnerabilização dessas pessoas em termos de acesso à direitos, bem como a interação entre a pobreza e a deficiência, pois é a partir da perpetuação de atos discriminatórios que esses indivíduos são impedidos de participarem dos diversos âmbitos da vida pública – educação, trabalho, serviços de saúde – que são fundamentais ao desenvolvimento do ser humano. A forma como se compreende a deficiência também interage com a discriminação sofrida, sendo que nos períodos de prevalência do entendimento do

modelo biomédico, a discriminação era sustentada nos critérios da desumanização e exclusão social desses indivíduos (ESLNER, 2020, p.142).

A partir dessa concepção social da deficiência, a autora se propõe a compreender como a discriminação sofrida pelos trabalhadores com deficiência é a maior barreira ao acesso do direito ao trabalho e que, mesmo o modelo social sendo utilizado como base para as legislações vigentes, perpetua-se nas relações laborais uma lógica inerente ao modelo biomédico que estigmatiza o trabalhador com deficiência como alguém inferior e sem capacidade de exercer um trabalho de qualidade. Em suas considerações sobre a pesquisa, entre outras discussões, a autora apontou que a discriminação ainda representa uma barreira para o acesso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, afirmando que o modelo biomédico, sustentado na lógica da normalidade, contribuiu para que pessoas com deficiência sejam rotuladas como incapazes nos ambientes trabalho.

Ainda, Eslner (2020) reforça a hipótese já discutida ao longo da pesquisa: que pessoas com deficiência têm mais chances de viver na pobreza, afirmação que está associada ao menor acesso à educação e ao menor acesso a vagas de emprego (PCD e seus familiares) e destacou ainda que, por mulheres com deficiência terem mais chances de não serem alfabetizadas, mais estão situadas em uma condição de vulnerabilidade e opressão social.

#### 4.3 TERCEIRO EIXO - EXPERIÊNCIAS DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EGRESSAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

No que tange à relação das pesquisas selecionadas com processos educacionais, nas diferentes etapas do ensino, terceiro eixo de busca, também foi encontrado um número relativamente pequeno de oito trabalhos. A pesquisa de Fábria (2018) delimita em seus objetivos observar a educação profissionalizante, enquanto as de Pinheiro (2019); Alves (2018) e Miranda (2019) se atentam especificamente sobre a modalidade da educação superior. Enquanto isso, alguns pesquisadores como Peres (2018) não especificam alguma modalidade, porém tecem discussões sobre processos educacionais e pessoas com deficiência.

Alves (2018), que tem por objetivo analisar o processo de inserção e permanência das mulheres com deficiência no ensino superior e no mercado de trabalho, egressas dos cursos de Graduação da UNESC, realizou uma revisão de literatura semelhante ao que realizei no contexto da UFSM, tanto em relação aos estudos de gênero, quanto à utilização do modelo social para pensar a categoria deficiência. A autora pensa inicialmente os processos históricos de escolarização de mulheres no Brasil, que possuem características específicas que se

diferenciam da escolarização e acesso à educação superior por homens. O recorte temporal utilizado pela autora foi de 2006 a 2014, que representa um período nacional de maior incentivo às políticas de reserva de vagas. Com todas as ressalvas necessárias no que se refere ao governo da época e a sua política conciliatória, faz-se necessário compreender que hoje vivenciamos um cenário de aprofundamento da crise e políticas de precarização do trabalho e da educação, o que poderia nos levar a já encontrar diferentes apontamentos dos que foram realizados pela autora.

Percebe-se também, ainda em Alves (2018), que houve um investimento maior em discutir mais a categoria trabalho do que educação, embora ela seja situada como potencializadora desse acesso ao mercado de trabalho. Após as entrevistas, observações e reflexões com as teorias apontadas, a autora destaca que existe uma série de impeditivos relacionados à condição da deficiência atrelada ao gênero no acesso ao trabalho e menciona ainda que mulheres que acessam o mercado estão em áreas nas quais as mulheres são maioria, fazendo parte da manutenção social.

Por fim, a pesquisa de Alves (2018) menciona e destaca a escassez, na área da Educação Especial, de estudos com embasamento teórico-filosófico no materialismo histórico-dialético, que tratem da temática da inclusão de pessoas com deficiência (PCD) no mercado de trabalho, considerando que tais impasses foram confrontados nas seções que tratam sobre o resgate histórico das pessoas com deficiência no Brasil e da categoria trabalho das PCD realizada em sua pesquisa. Considerou, também, que boa parte da produção aponta fragilidades na elaboração de um texto consistente e coerente com o referencial sinalizado nas proposições teórico-metodológicas.

Peres (2016), que objetiva entender os sentidos do trabalho para pessoas com deficiência, embora não contemple em seus objetivos observar os processos educacionais, estabelece uma discussão ao longo do texto afirmando que é da esfera da educação e do trabalho que derivam os relatos de maiores dificuldades relacionadas à deficiência. Desse modo, a pesquisa evidenciou a situação de discriminação e preconceito relativos à deficiência, perpassando as trajetórias de vida dessas pessoas, marcando experiências e percepções diante de uma sociedade excludente em todas esferas sociais, com maiores impactos no trabalho e na educação.

A autora defende a ideia de que a relação entre trabalho e educação possibilita o caráter formativo do ser humano, como ação humanizadora e que, por meio da realização de atividades laborativas, é possível conduzir ao pleno desenvolvimento de muitas outras potencialidades objetivas e subjetivas do ser humano. Compreende, portanto, que é dessa premissa que se

tornam importantes as possibilidades de direito ao trabalho para pessoas com deficiência, em funções que lhe permitam o sentimento de pertencimento social, uma vez que, ao assumir uma atividade dentro dessa sociedade, apesar de ser intrínseca a submissão às condições de exploração, há a possibilidade de se lhe oferecer a educação por meio do trabalho. Nesse sentido, considera-se o que aponta Mezáros (2005, p.76):

Essa transformação somente poderá ser efetivada mediante uma proposta social, ampla e libertadora, em que a educação em seu sentido amplo esteja ‘articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso’.

A autora entende que a exclusão, seja educacional ou seja no âmbito do trabalho, dispõe-se como produto das relações capitalistas e está engendrada na lógica do capital, sendo parte inerente do seu funcionamento e desenvolvimento. Nesse sentido, as políticas de inclusão funcionam como paliativo do sistema capitalista a fim de mediar outras proposições do capital, abstraindo de toda e qualquer forma a mais-valia como produto da exploração dos trabalhadores, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, psicológicas e econômicas. A inclusão, como política ideológica disposta pelo capital, é a reunião de indivíduos em torno de uma sociedade desigual.

Ainda, sobre os trabalhos que pensam os processos educacionais na educação superior, destaca-se que há uma predominância na realização da crítica à instituição de ensino superior e suas formas de acesso. Não há, nos trabalhos, apontamentos sobre quais pedagogias estão em disputa nesses espaços, discussão que poderia auxiliar na compreensão dos processos de evasão de pessoas com deficiência nessa modalidade.

Cabe ainda o destaque de que, conforme afirma Böck (et al., 2021, p.221) “existe um capacitismo que atravessa os currículos, políticas estudantis, grupos de pesquisa e ações de extensão, o que coloca determinadas pessoas em situações de desvantagem na participação ativa da vida acadêmica”. Ou seja, embora não seja efetuada nas pesquisas a discussão sobre quais pedagogias estão em disputa nesse espaço, verifica-se que se trata de uma educação que perpetua as relações de opressão impostas pelo capital na sociedade.

#### 4.4 QUARTO EIXO - RELAÇÃO ENTRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E MERCADO DE TRABALHO FUNDAMENTADA NO MATERIALISMO HISTÓRICO



Por fim, observando o quarto eixo analisado nas pesquisas selecionadas, relação entre pessoas com deficiência e mercado de trabalho fundamentada no materialismo histórico dialético, foram marcados nove trabalhos. Muitos dos apontamentos relevantes, que nos possibilitam pensar sobre as relações produzidas na estrutura capitalista e as pessoas com deficiência, seja no âmbito educacional ou laboral, já foram discutidos no decorrer dessa análise, pois as categorias estão entrelaçadas e esse eixo buscou ressaltar o método utilizado pelos autores e autoras.

Dos nove trabalhos selecionados, apenas três são da área da educação, demonstrando uma dificuldade histórica em adentrar essas temáticas e discuti-las para além do campo das individualidades. Dos pesquisadores que anunciam o uso do método, destaca-se Assis (2017), que já foi mencionada na análise algumas vezes por abordar questões interessantes para este estudo.

Os dados encontrados por ela articulam-se com a pesquisa que está sendo aqui proposta, indicando que a inclusão realizada pela Indústria Alimentícia Palma, local pesquisado pela autora, é uma inclusão imposta pelos aparatos legislativos, judiciais e trabalhistas, forçada pelos mecanismos de fiscalização. Ela considerou que a empresa, além de realizar essa inclusão de forma precarizada, acaba por produzir trabalhadores com deficiência em seus campos de trabalho, em virtude de acidentes de trabalho, que geram aposentados por invalidez e beneficiários do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse dado permite afirmar, mais uma vez, a deficiência como categoria social, que neste caso também é produzida pelo modo de produção capitalista.

Como mencionado anteriormente, muitos dos pesquisadores que anunciam o uso do método acabam por tecer considerações descoladas da estrutura econômica social vigente, analisando os dados produzidos de forma isolada, o que se configura como contraditório no uso da teoria marxista. Pensar questões da individualidade, embora nos auxiliem a compreender o contexto pesquisado, não nos permite a compreensão da totalidade que produz as relações sociais.

Oliveira (2005) comenta que na pesquisa científica é importante caracterizar a relação singular-particular-universal, colocando-a como determinante para a compreensão do objeto em suas múltiplas relações e contribuindo para a superação das falsas dicotomias, muito presentes nas ciências humanas. Se negligenciada, a função mediadora da particularidade, as relações individuais acabam sendo consideradas na centralidade, ocasionando a perda pela qual ocorre a “concretização da universalidade no vir-a-ser da singularidade, mediada pela particularidade” (OLIVEIRA, 2005, p. 46).

Desse modo, evidencia-se a crítica já realizada no momento em que os pesquisadores anunciam uma análise estrutural e direcionam suas observações para as relações individuais, não como mediadoras da compreensão da totalidade, mas lhes atribuindo o peso de centralidade nas pesquisas efetuadas.

Martins e Lavoura (2018) destacam que, dentro do materialismo histórico dialético, não é impossível ter a particularidade como referência primária, mas é apenas na relação dialética entre o particular e o universal que se torna possível a construção do conhecimento. No campo da Educação Especial, pesquisas que adotam as particularidades como referências primárias são comuns, um dos motivos talvez seja a particularidade das práticas relacionadas às pessoas com deficiência e suas experiências sociais diversas. Todavia, é a relação dessas referências com a universalidade que possibilitará compreender de forma aprofundada o objeto de estudo.

## 4 MÉTODO

Minayo (2020) já nos alertava que o campo científico é permeado por conflitos e contradições. Talvez, um dos grandes conflitos desse meio seja a busca pela cientificidade, considerada por alguns como a necessária adoção de procedimentos rigorosos, beirando a aproximação com as ciências naturais, enquanto outros defendem um método específico das ciências humanas. O fato é: como vamos encarar a desafiadora tarefa de tratarmos de uma realidade da qual nós próprios somos agentes?

Inicialmente, acredito que precisamos definir como lançamos o olhar para a realidade. Que realidade é essa que eu, enquanto pesquisadora, tento compreender? Para descrever uma perspectiva metodológica quando se compreende a sociedade a partir da luta classes, não se trata apenas de narrar as fases em que a pesquisa será ordenada, mas costurá-la com a teoria, montar um grande quebra-cabeça no qual todas as peças se inter-relacionam e atribuem significados e sentidos à totalidade.

Para Minayo (2020), a pesquisa qualitativa responde questões muito particulares e se ocupa com o universo dos significados, dos motivos, dos valores, atitudes, etc. e são esses conjuntos de fenômenos humanos que são compreendidos como parte da realidade social, pois, para a autora, o ser humano não se distingue apenas por agir, mas por pensar sobre e buscar interpretar essas ações dentro de uma realidade viva e coletiva.

Minayo (2020) afirma que a metodologia inclui simultaneamente o método, as técnicas e a sensibilidade do pesquisador. Nela, as concepções teóricas da abordagem articulam-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade.

Assim como Minayo (2020) pontua que a realidade precede o pensamento, Netto (2011) também destaca esse caminho para compreensão da realidade, mencionando que, na perspectiva dialética, a teoria possui centralidade. Para Marx, a teoria não se reduz ao exame sistemático das formas dadas de um objeto, também não é a sistematização de uma série de modelos explicativos, o conhecimento teórico é “o conhecimento do objeto, da sua estrutura e dinâmica tal como ele é em si mesmo” e “pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO, 2011, p. 20), ou seja, a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador, realidade e pensamento.

Compreendendo, portanto, que a pesquisa qualitativa tem por objetivo aprofundar-se no mundo dos significados e construir sentidos a partir de sucessivas aproximações teóricas, tomemos o que Minayo nos aponta como ciclo da pesquisa qualitativa:

Diferentemente da arte e da poesia que se baseiam na inspiração, a pesquisa é um trabalho artesanal que não prescinde da criatividade, mas se realiza fundamentalmente por um labor intelectual baseado em conceitos, proposições, hipóteses, métodos e técnicas, que se constrói com um ritmo próprio e particular. A esse ritmo denominamos ciclo de pesquisa, ou seja, um peculiar processo de trabalho em espiral que começa com uma pergunta e termina com uma resposta ou produto que, por sua vez, dá origem a novas interrogações (MINAYO, 2020, p. 25).

A representação gráfica de uma espiral infinita para pensar o ciclo de pesquisa é a mesma representação mental que me permite compreender a dialética, ou seja, iniciar em um ponto que não é um ponto zero, pois há o acúmulo de muitas voltas que antecedem esse ponto específico da espiral, e dar continuidade a esse movimento a partir da análise da materialidade em discussão com a teoria, para avançar nesse contínuo e gerar novos questionamentos.

Martins e Lavoura (2018), fundamentados em autores como Marx e Engels (2007) e Lukács (1967), tecem uma discussão apontando as principais características do método materialista histórico dialético e suas considerações sobre o uso em pesquisa em educação. A primeira das características apontadas é a existência objetiva dos objetos e fenômenos, ou seja, considerar e reconhecer a objetividade na realidade. Para os autores, independentemente do conhecimento e da consciência humana sobre esses fatos e fenômenos, os elementos que constituem a prática social existem na realidade e possuem uma estrutura e dinâmica interna de funcionamento efetivo que pode ser apreendida pela consciência humana por meio, especialmente, da atividade de investigação científica.

Outra característica apontada pelos autores indica que a dimensão ontológica dos fatos antecede a epistemológica, sendo possível “compreender e explicar o que as coisas verdadeiramente são em sua existência efetiva” (MARTINS; LAVOURA, 2018, p. 225), o que corrobora com o já mencionado por Netto (2011): a realidade antecede o pensamento. Os autores afirmam que, de acordo com o materialismo histórico dialético, conforme as relações vão se complexificando, o homem vai adquirindo condições de refletir e teorizar sobre essas relações. Ao passo que para Netto (2011) o conhecimento teórico é a reprodução no pensamento do objeto, porém, essa reprodução não se dá por meio de um espelhamento, mas, sim, como um processo histórico e dinâmico.

Há que se ter sempre em vista que em todos os processos investigativos da realidade social as categorias de análises expressam formas de ser do objeto ou fenômeno investigado, sendo, portanto, formas de existência, ontológicas e históricas, do objeto em questão. Para o método de investigação em questão, analisar e investigar um objeto ou fenômeno é ir à busca dos traços essenciais que o mesmo é portador, operando o sujeito investigador com graus cada vez maiores de abstração que permitam chegar a unidades de análise cada vez mais tênues e simples, encontrando no objeto investigado

aquilo que no conjunto o determinam, as determinações do objeto. O objeto investigado é portador dessas determinações, mas o pensamento é que as reproduz idealmente por meio das categorias teóricas. Quanto mais se satura um objeto de determinações mais se concretiza. Concreção que é da ordem da realidade, e não do pensamento (MARTINS; LAVOURA, 2021 p. 228).

Desse modo, para o investigador, a investigação constitui um processo de enriquecer o pensamento, que se confronta com o objeto investigado em sucessivas aproximações, pois as determinações não estão isoladas entre si e sim articuladas dentro da totalidade do objeto.

No estudo proposto, os temas trabalhados não estão colocados de forma isolada nas relações concretas da sociedade. A experiência da classe e da deficiência se articulam nesse percurso de descortinar o pseudoconcreto em direção ao concreto, pois os fenômenos não estão dados em sua concretude real, mas em uma pseudoconcretude, sendo necessária a tarefa investigativa e as sucessivas aproximações e articulações para que se conheça o fenômeno de forma concreta.

Para Martins e Lavoura (2018), a busca pelo conhecimento concreto e descoberta da essência oculta de um objeto implica superar sua compreensão dentro dessa pseudoconcretude mencionada, ou seja, não basta descrever, fotografar, reproduzir a realidade pesquisada e naturalizada, é preciso avançar dessas representações primárias “em direção à descoberta das múltiplas determinações ontológicas do real” (MARTINS; LAVOURA, 2018, p. 230).

Para tornar a reflexão acerca do método mais prática e delimitar alguns apontamentos de como essas sucessivas aproximações que visam descortinar a pseudoconcretude do objeto foram realizadas, tomamos novamente Minayo (2020). A autora propõe uma organização dividida em três etapas: a fase exploratória, o trabalho de campo e análise e o tratamento do material empírico e documental. A fase exploratória consiste na produção do projeto de pesquisa e dos procedimentos necessários para entrada em campo. Nessa tese, a construção foi mediante o levantamento bibliográfico do que vem sendo discutido sobre ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e construção do referencial teórico pelo qual observei meu objeto de estudo.

Desse modo, para fundamentar o levantamento do que está sendo discutido pela comunidade científica nos últimos anos, tomemos o que nos aponta Vosgerau e Romanowski (2014). Para os autores, estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas, abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área.

Portanto, as revisões de literatura costumam apresentar uma investigação para fornecer uma perspectiva histórica sobre um assunto, considerando basicamente o que foi publicado na área dentro de determinado período de tempo. Em alguns casos, a revisão pode contribuir para a reformulação da pergunta e do encaminhamento do pesquisador, pois ele passa a ter ciência sobre o que já está consolidado na área e o que precisa ser aprofundado. Como método utilizado para essa busca, foi realizada uma revisão narrativa, cujo tema costuma ser amplo e, portanto, seu desenvolvimento não exige um protocolo de busca e análise rígido, estruturado e sistemático.

Vosgerau e Romanowski (2014) argumentam que a busca pela literatura que compõe a revisão narrativa ocorre em fontes selecionadas pelo próprio pesquisador e tem como objetivo analisar produções bibliográficas em uma determinada área para identificar ideias, métodos e/ou temas que vêm recebendo maior ou menor ênfase na literatura selecionada. É o pesquisador que define quais artigos ou informações são mais relevantes ao ponto de serem analisadas, bem como a forma que ele irá interpretar os resultados. Segundo as autoras, uma das principais características é destacar as contribuições da presença do novo no estudo que está sendo realizado.

Neste estudo, o levantamento da produção na área foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) nos últimos cinco anos (2016-2022) por ordem de relevância. Inicialmente, efetuou-se a busca com a combinação de palavras-chaves, buscando se por ‘dissertações’ como tipo de documento e em um segundo momento repetindo a combinação de palavras-chaves, alterando apenas o tipo de documento para ‘teses’. As palavras-chaves utilizadas na busca foram: pessoa com deficiência, mercado de trabalho, mundo do trabalho, mulheres com deficiência, ensino superior e gênero, sendo esta última pesquisada em todas as áreas do conhecimento com as combinações que estão apresentadas na tabela em que será apresentada a análise desse material.

Após a leitura do título e do resumo e, como parâmetro de inclusão para leitura do trabalho na íntegra, as pesquisas deveriam abranger, no mínimo, um dos seguintes critérios: a pesquisa deveria caracterizar-se por uma análise afeta a algum dos temas deste estudo e deveria estar disponível de forma pública e gratuita. Em relação aos critérios, considerou-se: Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho; Experiências sobre deficiência na perspectiva dos estudos de gênero e/ou modelo social da deficiência; Experiências de pessoas com deficiência egressas da educação superior; Discussão sobre pessoas com deficiência no mundo do trabalho fundamentada no materialismo histórico dialético. Foram selecionados 26 trabalhos, que serão discutidos no capítulo 5 deste projeto.

Após o conhecimento inicial da produção na área, retoma-se Minayo para pensar as etapas de contato com as participantes e produção de dados. A autora compreende que a fase de campo representa um momento de diálogo com a realidade concreta e construção teórica. Nesse momento, a etapa de contato com as participantes será combinada com as entrevistas.

### 5.1 O *LÓCUS* E OS PARTICÍPIES DA INVESTIGAÇÃO

A modalidade de educação formal para a qual se direciona o estudo é a Educação Superior, pois é a partir da passagem por esse espaço que se encontraram os participantes da pesquisa.

Ao observar as trajetórias de mulheres com deficiência (TORRES, 2018), do ingresso à permanência nessa modalidade, realizei um levantamento sobre o histórico da implementação da modalidade no Brasil. O levantamento indicou que, desde a sua implementação, esta modalidade de ensino está colocada para atender a burguesia brasileira que estava se constituindo durante o período imperial.

No estudo citado, houve a delimitação das participantes a partir da política de reserva de vagas normatizada pela Resolução 11/2007 e atualizada pela Resolução 02/2018, por considerar-se o pioneirismo da UFSM em prever essa reserva desde o ano de 2007. Portanto, observou-se uma maior quantidade de experiências com os grupos que acessaram a partir da reserva, mas não se desconsiderou o fato de que o acesso à educação superior ainda é precário e destinado a uma parcela pequena da população brasileira.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, que em seu objetivo se propõe a compreender o processo de acesso de pessoas com deficiência, egressas de cursos da educação superior ao mercado de trabalho e seus desdobramentos, há que se compreender a totalidade do fenômeno, o que requer um aprofundamento histórico e cultural nos locais pesquisados. Desse modo, considerando os interessados em participar da pesquisa e a dificuldade de retorno por parte das instituições previamente selecionadas, foi ampliado o *lócus*, expandindo o convite para pessoas com deficiências que concluíram algum curso de graduação na modalidade da educação superior.

Outra alteração realizada em relação ao objetivo inicial foi a ampliação do convite para pessoas com deficiência independente do gênero, entendendo que observar a experiência de inserção no mercado de trabalho de homens e mulheres, me permitiria compreender de forma mais adequada os desdobramentos das relações de trabalho e, ainda assim, as relações de gênero que se impõem no contexto social. Tais destaques serão apresentados ao longo da análise.

## 5.2 OS INSTRUMENTOS

Considero importante retomar Minayo (2020), quando afirma que o endeusamento das técnicas pode produzir um formalismo árido, enquanto o desprezo a elas pode nos levar ao empirismo ilusório, ou seja, é preciso traçar caminhos com a sensibilidade e percepção da realidade que sejam suficientes para ir caminhando, ao mesmo tempo em que se constrói a caminhada.

Gonzalez (1984) afirma que o privilégio social determina o privilégio epistêmico, corroborando com Ribeiro (2017, p.26), que destaca o que é fundamental à reflexão: de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de acesso ao sistema educacional, nos possibilitando refletir sobre como a escrita sobre essas pessoas vem sendo constituída enquanto ciência.

Assim, considerando as particularidades do grupo e os objetivos deste estudo, optou-se pela realização de entrevistas. Szymanski (2011) afirma que são necessárias sutilezas que permitam aos interlocutores de uma entrevista sentirem-se confiantes para falar. A autora menciona que, em determinados grupos ou contextos, há a necessidade de se conhecer melhor os códigos de interação e a aproximação com os participantes deve acontecer de forma lenta e gradual e, muitas vezes, mediadas por pessoas de confiança do entrevistado.

Szymanski (2011, p. 18) entende que há um “entrelaçamento das emoções em todas as atividades relacionais humanas” e na pesquisa não é diferente. O entrevistado possui um conhecimento sobre o seu próprio mundo, assim como sobre o mundo do pesquisador e a relação entre eles. Cabe ao pesquisador elaborar estratégias para minimizar os ocultamentos e distorções que esse entrelaçamento de emoções produz na narrativa, zelando de forma ética para resultados próximos do real, pois apenas compreendendo o real é possível pensar avanços e melhorias dentro de um campo de estudo. Desse modo, o(s) instrumento(s) foram definidos no contato com as participantes e na compreensão dessas particularidades.

Soma-se a isso a situação da pandemia que impossibilitou o encontro de forma presencial e nos fez lançar mão de outros recursos tecnológicos para realização desses momentos de encontro. Destaco que vivenciamos um período de crise econômica, no qual famílias de trabalhadores e trabalhadoras estão tendo cada vez mais dificultado o acesso a itens de necessidade básica. Portanto, a dificuldade de acessar bens, como a rede de internet, computador e aparelhos celulares que permitam chamadas de vídeo, já pode



representar uma barreira no próprio acesso das camadas mais baixas à pesquisa, que está sendo proposta.

Diante dessa crise sanitária, econômica e social, os planejamentos a longa distância precisaram ser constantemente revisitados e reorganizados, de acordo com as possibilidades concretas, para que não haja a exposição da vida das pessoas a riscos maiores, o que demanda que os instrumentos e técnicas de coleta de dados e inserção em campo fossem constantemente revisitados e reavaliados.

Além disso, encontros remotos para realização da pesquisa permitiram que pessoas que atualmente residem em cidades de difícil acesso, após concluídas suas formações, pudessem participar das entrevistas.

### 5.3 AS TÉCNICAS

Minayo (2020) entende o trabalho de campo como a aproximação do pesquisador à realidade e também visa estabelecer uma interação entre as pessoas com as quais vamos trabalhar, neste caso, as pessoas com deficiência. A autora acredita que o trabalho de campo resulta em um processo compreensivo, que não é a realidade concreta e sim descobertas construídas, com todas as possibilidades que até então chegaram às mãos do pesquisador.

Como mencionado, quanto à técnica para realização o trabalho de campo, realizei entrevistas. Para Minayo (2020, p.58) entrevista é “acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador e sempre dentro de uma finalidade.” Assim, considerando as entrevistas como conversas com finalidade, elas podem possuir diferentes formas de classificação. Neste estudo, utilizou-se entrevistas abertas “em que um informante é convidado para falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador, quando são feitas, buscam dar mais profundidade às reflexões”(MINAYO, 2020, p.59).

Para Minayo (2020), a entrevista pode nos fornecer dados de duas naturezas: primeiramente, fatos que o entrevistador poderia ter acesso por intermédio de outras fontes, como documentos, estatísticas, registros, etc.; e a segunda se refere às informações construídas diretamente no diálogo, sendo mais propriamente as reflexões da pessoa entrevistada sobre a realidade que vivencia.

A entrevista como técnica está sujeita às mesmas dinâmicas das relações existentes na sociedade. Em uma sociedade em que se vivenciam muitos conflitos, é comum que as entrevistas reflitam esses conflitos e contradições, por isso Minayo (2020) nos alerta que na

análise de uma entrevista seja incorporado o contexto social, cultural e histórico em que esta é realizada. Além disso, é necessária a compreensão por quem está analisando para além das falas, é preciso conhecer os elementos das relações apresentadas, as cumplicidades, as omissões presentes em todas narrativas.

Como pontos a considerar para a interação empírica entre pesquisador e participante, Minayo (2020) destaca como necessários: momento de apresentação, que neste estudo ocorreu a partir de uma conversa inicial, tanto do pesquisador quanto da pesquisa. Desse modo, apresentei para os participantes os objetivos da pesquisa, qual o público ela abarca, quais suas justificativas, além de assegurar sigilo em relação à sua identidade.

Por fim, a terceira etapa definida por Minayo (2020) referente ao tratamento e análise do material versa sobre o conjunto de procedimentos para compreender, interpretar e articular os dados empíricos com a teoria que fundamentou o projeto e com outras leituras que podem se fazer necessárias, dependendo dos dados construídos em campo. Essa fase, para a autora, pode ser dividida em três etapas: ordenação dos dados; classificação dos dados e análise. Vale ressaltar que, de acordo com Minayo (2020), em uma análise qualitativa, não se realiza uma mera classificação de opinião dos participantes, e, sim, trata-se da descoberta dos códigos sociais dos participantes a partir de observações, falas e símbolos. Consiste em decodificar o material construído em campo e analisá-lo à luz da teoria promovendo uma compreensão singular e contextualizada.

Como técnica para análise dos dados, utilizamos os núcleos de significações, que amparados em uma visão histórico dialética e no que Mészáros (2013) aponta (a crítica constante como um princípio metodológico da realidade), a técnica de análise indica que “a compreensão do objeto investigado só ocorre quando o pesquisador se aproxima das determinações sociais e históricas desse objeto”.

Aguiar, Soares e Machado (2015), no intuito de instrumentalizar os pesquisadores, buscaram construir um recurso que pudesse ajudar na apropriação das significações constituídas pelo sujeito frente à realidade, pois, a partir de uma perspectiva teórico-metodológica histórico-dialética, os elementos determinantes das formas de significação da realidade não estão ao alcance imediato do pesquisador. “O real não se resume a sua aparência” (VIGOTSKI 2004, p. 150). Como afirma Vigotski (2004, p. 2) – inspirado em Marx e Engels –, “se as coisas fossem diretamente o que parecem, não seria necessária nenhuma pesquisa científica”.

Em síntese, com esse instrumento de análise, busca-se passar da aparência das palavras para sua dimensão concreta, ou seja, partir do significado para o sentido (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015). Desse modo, os autores afirmam que os significados constituem o ponto

de partida, porém, os significados são historicamente determinados, por isso é preciso um esforço do pesquisador para ir além do que eles aparentam. Para Vigotski (2001), os significados de uma palavra não se reduzem nem à dimensão linguística do pensamento nem à dimensão intelectual da fala, sendo, ao mesmo tempo, um fenômeno de discurso e intelectual. Eles são a unidade constitutiva da contradição entre pensamento e a fala.

Considerando, portanto, que o significado contém mais do que se apresenta de imediato, busca-se apreender e explicar a riqueza das mediações e relações sócio-históricas que neles se ocultam e determinam sua relação de constituição mútua com os sentidos. Os autores, amparados em Vigotski (2001), compreendem a palavra com significado que tem sua origem na articulação dialética do pensamento com a fala e é a partir da interpretação que se aprofundará nas zonas de sentido.

O sentido de uma palavra é o agregado de todos os fatos psicológicos que aparecem em nossa consciência como resultado da palavra. O sentido é uma formação dinâmica, fluida e complexa, que tem várias zonas que variam na sua estabilidade. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto da fala. Ele é o mais estável, unificado e preciso dessas zonas. Em contextos diferentes, o sentido da palavra muda. Em contraste, o significado é comparativamente um ponto fixo e estável, ele se mantém estável com todas as mudanças do sentido da palavra que estão associados ao seu uso em diferentes contextos. (Vigotski, 1987, pp. 275-276)

Rey (2007) afirma que nesse sentido fica evidente que para Vigotski (1987) a definição de sentido é uma formação e sua análise se dá dentro da psique como um todo e não apenas uma função da linguagem. Essa ideia se faz mais forte pela afirmação, também contida na citação, de que o sentido é “o agregado de todos os fatos psicológicos que aparecem na consciência como resultado da palavra”. Nessa afirmação, Vigotski desloca a categoria sentido da fala para a consciência, e a apresenta como o conjunto de todos os elementos psicológicos que aparecem na consciência como resultado do uso da palavra, o que leva implícita a presença das emoções e dos motivos no sentido.

O sentido, para Vigotski, de acordo com Rey (2007), é colocado como uma produção psicológica, há, portanto, um esforço para apresentar a articulação entre pensamento, linguagem, fala, personalidade e consciência como sistema em movimento. Tal sistema constitui um caminho orientado não pela análise das partes, “mas pela compreensão delas numa relação dinâmica que passa a constituir uma unidade qualitativa diferenciada que só toma significado dentro do próprio processo de construção do problema” (REY, 2007, p.159). Esse significado, porém, contribui para explicação dos fatos, pois é um aspecto do sentido.

Em decorrência da análise que Vigotski nos traz em *Pensamento e Linguagem*, é possível concluir que, em sua compreensão, o sentido e o significado são processos diferentes, capazes de se articularem de formas diferentes no funcionamento psíquico do sujeito. Os significados, mesmo que com grande frequência representem vias de expressão dos sentidos, não expressam de forma direta nem linear o sentido associado ao conteúdo significado. Por essa razão, o significado desdobra-se de diferentes formas na linguagem e aparece no pensamento sempre associado a determinados sentidos (REY, 2007 p.163).

Inicialmente, o processo de análise constitui-se de duas etapas: a etapa do levantamento dos pré indicadores e a sistematização desses indicadores. A primeira etapa descrita “consiste na identificação de palavras que já revelam indícios da forma de pensar, sentir e agir do sujeito, que, como ser mediado pela história, se apropria das características de sua cultura e as converte em funções psicológicas” (REY, 2007, p.61).

O levantamento de pré indicadores não se refere a qualquer palavra que apareça com frequência nas entrevistas, mas sim a palavras com significados, conforme pontua Vigotski (2001), à unidade do pensamento verbal e da fala intelectual, ou seja, palavras no qual os significados expressam a materialidade histórica do participante da pesquisa (AGUIAR, SOARES; MACHADO, 2015).

De acordo com Aguiar, Soares e Machado (2015, p.63), vale destacar que, para compreender a palavra como síntese do pensamento e da fala, “temos que nos apropriar não apenas da palavra em si, mas das condições materiais (objetivas e subjetivas) em que ela é produzida”. Por isso, ela é tomada como ponto de partida na análise das significações da realidade, novamente, não palavras vazias, mas no contexto em que se dá a narrativa do sujeito até as condições histórico-sociais que elas possuem.

Partindo das palavras inseridas no contexto que lhes atribuem significado que acontece o levantamento dos pré-indicadores. É nesse momento que o pesquisador realiza leituras sistemáticas das entrevistas transcritas, dando uma considerável atenção para a “frequência, a ênfase e a reiteração de determinadas palavras e expressões, sua carga emocional, suas insinuações” (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015, p.64). Essa etapa se refere a um processo de análise das informações.

Os autores esclarecem que, em relação aos significados da palavra, compreendem isto como partes da totalidade da realidade em que o participante entrevistado está inserido. Sair da análise empírica e compreender as palavras dentro de sua realidade histórica exige do pesquisador um cuidado teórico metodológico, não é uma tarefa simples, pois não basta descrever os fatos isoladamente, e sim compreender Aquele participante e situação como coletiva, relacional explorando a síntese de múltiplas mediações que, sem tirar de evidência o

participante, nos possibilita conhecer a realidade concreta que supera a ideia de sujeito como individualizado, mas como parte da totalidade (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015).

Após essa primeira etapa, foi possível obter os pré indicadores, baseados nos critérios de “similaridade”, “complementaridade” e/ou contraposição (AGUIAR; OZELLA, 2006, 2013), resultando na sistematização dos indicadores. Nesse sentido, foram levantados indicadores que abordavam a formação, a falta de acessibilidade nas instituições, as barreiras enfrentadas para o ingresso e permanência no mercado de trabalho, o adoecimento e aspectos que envolviam as particularidades de ser trabalhador com deficiência.

A segunda etapa consiste em aprofundar o conhecimento sobre as formas de significação do sujeito, ou seja, “alcançar uma abstração que lhe permita ter uma aproximação maior dos sentidos constituídos pelo sujeito” (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015, p.66).

Para isso, o procedimento, que segue os critérios de similaridade, complementaridade e contraposição como base para articular os pré-indicadores, se efetua por meio de múltiplas leituras (análise) do material até o momento produzido (pré-indicadores). Vale lembrar, juntamente com Prado Junior (1980, p. 468), que “o marxismo é em essência uma pesquisa das relações”. Desse modo, é na tensão das relações entre as teses, isto é, na intensidade e na natureza da forma pela qual elas se articulam, que o pesquisador deve concentrar seus esforços de análise a fim de apreender e organizar os indicadores que constituirão os núcleos de significação do sujeito (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015, p.66).

Os autores ainda destacam que os conteúdos presentes nos indicadores contêm conteúdos oriundos das relações existentes entre eles, ou seja, particularidade/totalidade. O que se pretende nessa segunda etapa é compreender a articulação entre os pré indicadores e as formas de significação da realidade. Assim, o processo de síntese, mesmo provisório, já vai sendo realizado.

Por fim, acontece a sistematização dos núcleos de significação, os autores indicam que esse processo não é linear, e também não foi nessa pesquisa, pois, por ser um processo dialético, o pesquisador não pode perder de vista a totalidade dos elementos objetivos e subjetivos que constituem as significações produzidas pelos participantes assim como as contradições que engendram a relação entre as partes e o todo (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015).

Na terceira etapa da análise, acontece a construção dos núcleos de significação, é um momento mais especificamente voltado para a síntese, isto é, superar a aparência do que foi encontrado no material verbal e articula-lo de forma dialética com os indicadores. Assim, “partindo das categorias simples apreendidas no primeiro movimento, busca perceber, as relações, mesmo aquelas mais ocultas, que configuram o processo de constituição dos sentidos” (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015, p.70).

Desse modo, na terceira etapa, realizou-se a sistematização dos núcleos de significação, resultado de um processo em que os indicadores são articulados de modo a revelarem de forma mais profunda a realidade estudada (AGUIAR; SOARES; MACHADO, 2015).

Para Minayo (2020, p.26), o ciclo de pesquisa não se fecha, “pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas”, ou seja, a espiral continua produzindo novas voltas que não se fecham, mas que se solidificam. Assim como a autora, não acredito em etapas estanques e, como ela menciona: “pensamos em um projeto que possui início, meio e fim e ao mesmo tempo é provisório” (MINAYO, 2020, p.26), provisoriedade esta que é inerente aos processos históricos e sociais e se refletem na construção teórica.

Finalizando, retoma-se Netto (2011), considerando a contradição que algumas etapas sinalizadas no sentido didático (MINAYO, 2020), mas necessárias nessa etapa de escrita e sistematização. Ratifica-se o já anunciado inicialmente quando Netto (2011, p. 52) destaca que, para Marx:

O método não é um conjunto de regras formais que se ‘aplicam’ a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada. Também não pode ser visto ainda, como um conjunto de regras escolhidas pelo sujeito que pesquisa, conforme a sua vontade, para ‘enquadrar’ o seu objeto de investigação.

Dessa forma, quanto mais o pesquisador avança na pesquisa, mais ele descobre suas determinações e é capaz de saturar o objeto pensado com as suas determinações concretas. Portanto, é no contato com a realidade estudada e compreensão teórica que se torna possível conhecer e teorizar sobre as contradições presentes no campo.

#### 5.4 OS PARTICIPES

Inicialmente, foi feito o mapeamento das estudantes com deficiência que concluíram suas graduações em diferentes universidades e a caracterização do perfil desse grupo. Esse mapeamento foi realizado a partir do contato por meio digital com as universidades federais da região sul do Brasil através do endereço eletrônico dos núcleos de acessibilidade dessas universidades. Foi apresentado um resumo da pesquisa e sua justificativa, além disso, foi encaminhada uma carta de convite aos estudantes e um *link* que direcionava a um formulário para os interessados em participar.

O convite, assim como apresentado, foi encaminhado quatro vezes para todas os núcleos em diferentes datas. E, devido a uma baixa adesão inicial, o convite foi divulgado a partir das minhas mídias digitais e amplamente divulgado de maneira orgânica entre minha rede de

contatos e colegas pesquisadores. Para minha surpresa, essa divulgação ampliou de forma considerável a quantidade de inscritos.

Após a divulgação por meio das mídias digitais, os estudantes que chegaram até a pesquisa não necessariamente concluíram seus cursos de graduação em uma universidade pública federal, alguns deles foram bolsistas de universidades privadas. Durante a realização da entrevista piloto, feita com uma trabalhadora da assistência social com deficiência responsável pela inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, refletimos sobre a dificuldade de acessar esses trabalhadores através das universidades e a necessidade de ampliação do recorte estabelecido inicialmente. Assim, foram recebidas 31 respostas no formulário.

O formulário, preenchido pelos interessados em participar da pesquisa, colhia informações básicas desses trabalhadores: idade, gênero, identidade étnica racial, deficiência, formação, local de atuação profissional, entre outras. Outro objetivo do formulário foi compreender as necessidades de adaptação de cada trabalhador para realização da entrevista e quais os suportes tecnológicos que esses trabalhadores possuíam para que a entrevista pudesse ser realizada de forma remota.

O formulário gerou um mapeamento inicial dos participantes. Após essa delimitação, foi encaminhado para todos os trabalhadores um convite de participação na pesquisa, bem como para a realização de entrevistas. Os convites foram efetuados a partir de diferentes plataformas digitais e contatos disponibilizados no formulário preenchido (e-mail, telefone, redes sociais), atentando para que todos recebessem um material adaptado de acordo com suas necessidades.

Após o contato inicial com os participantes, conforme foram acontecendo os aceites, foi agendada uma entrevista através da plataforma *Google meet*, sendo a entrevista gravada e transcrita. Antes do início da entrevista, foram apresentados os objetivos da pesquisa para os participantes, seus direitos de sigilo e preservação da identidade e o direito de retirada de um trecho ou da entrevista completa do corpo do trabalho em qualquer tempo até a data da publicação.

Sendo assim, após o contato com os 31 participantes inscritos no formulário, foi possível realizar os agendamentos das entrevistas. Entre os participantes que se inscreveram no formulário, foi possível realizar 14 entrevistas. Alguns participantes não retornaram os e-mails e números de celulares disponibilizados e outros agendaram a entrevista e não acessaram o link do dia confirmado. Destaco que, antes do agendamento, me certifiquei das condições tecnológicas dos participantes para acesso à plataforma e os dias e horários realizados foram

sugeridos pelos participantes, de modo que não atrapalhasse a rotina de trabalho de nenhum deles.

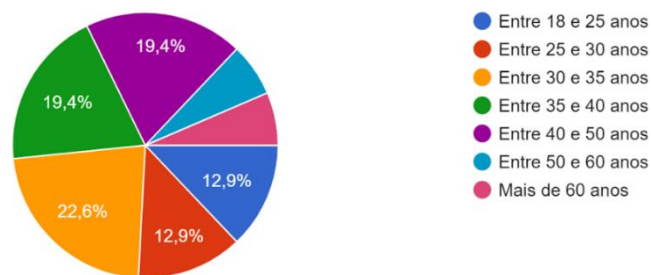
#### 5.4.1 Mapeamento dos participantes

Na sequência, apresento o mapeamento inicial dos estudantes que preencheram o formulário. Das 14 pessoas entrevistadas, nove se identificam como mulheres, quatro como homens e uma como não binária. Treze dos entrevistados se reconhecem como pessoas brancas, e uma, como pessoa preta. Dos trabalhadores formados entrevistados, 8 estão trabalhando no mercado formal, com vínculo empregatício e direitos trabalhistas de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), uma participante possui vínculo através da residência em saúde, entretanto, ao residente compete outras regulamentações do trabalho previstos os direitos e deveres do médico residente de acordo com a Lei 6932, dois como profissionais liberais, dois estão desempregados e uma está aposentada.

Ainda em relação ao grupo entrevistado, seis possuem deficiência física, duas pessoas são surdas, duas possuem deficiência visual, uma cegueira e uma baixa visão e três participantes foram diagnosticados com TEA. Embora o TEA não se caracterize como uma deficiência, está amparado nas políticas públicas destinadas às pessoas com deficiência, tanto no acesso à educação, quanto ao mercado de trabalho.

Figura 5 – Mapeamento

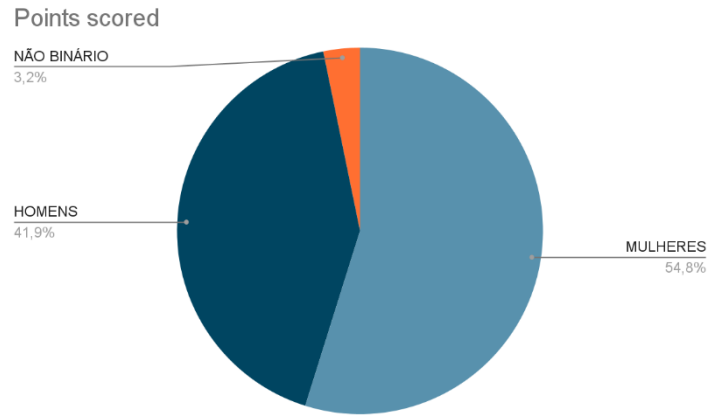
Idade:  
31 respostas



Fonte: elaborado pela autora.

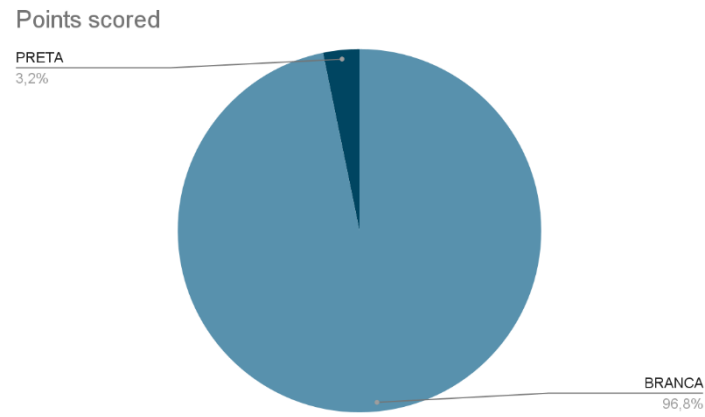


Figura 6 - Mapeamento



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 7 – Mapeamento

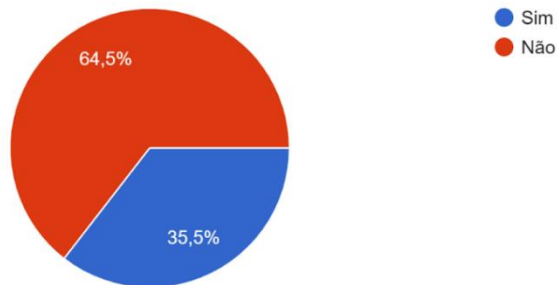


Fonte: elaborado pela autora.

Figura 08 – Mapeamento

Acessou a universidade através da reserva de vagas?

31 respostas

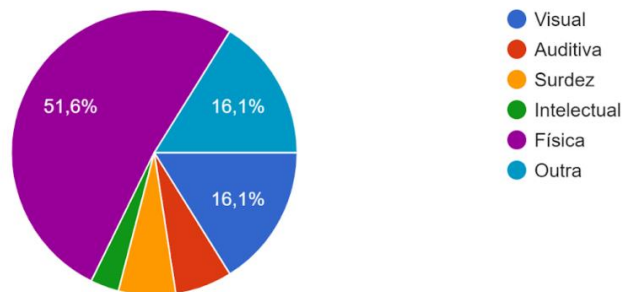


Fonte: elaborado pela autora.

Figura 09 – Mapeamento

Deficiência:

31 respostas

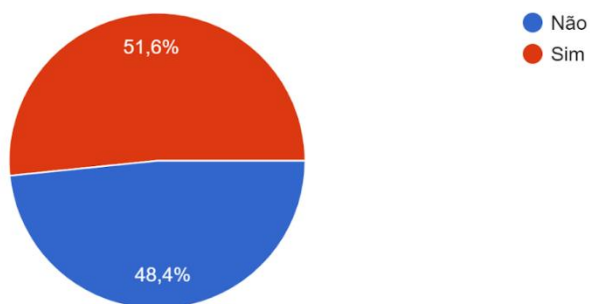


Fonte: elaborado pela autora.

Figura 10 – Mapeamento

Necessitou de alguma adaptação ou recurso de acessibilidade ao longo do curso de graduação?

31 respostas

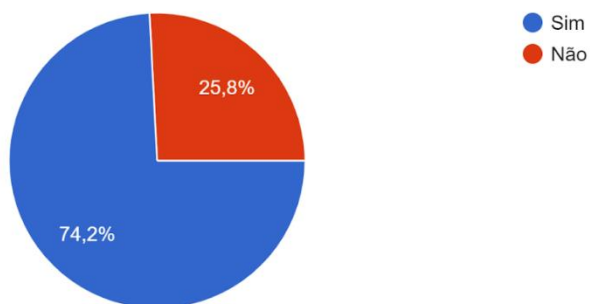


Fonte: elaborado pela autora.

Figura 11 – Mapeamento

Exerceu alguma atividade remunerada após concluir a graduação?

31 respostas

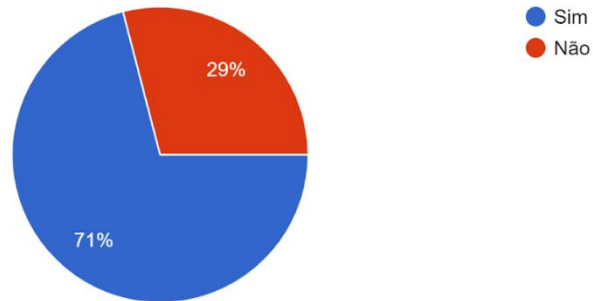


Fonte: elaborado pela autora.

Figura 12 – Mapeamento

Já trabalhou com carteira assinada?

31 respostas

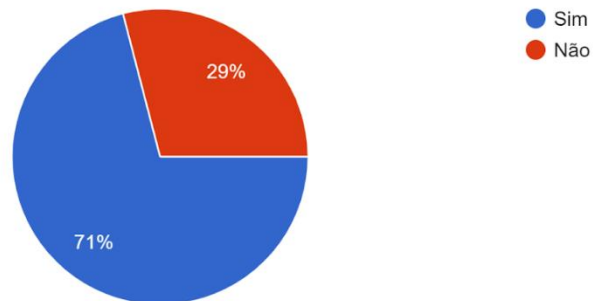


---

Fonte: elaborado pela autora.

Está trabalhando atualmente?

31 respostas



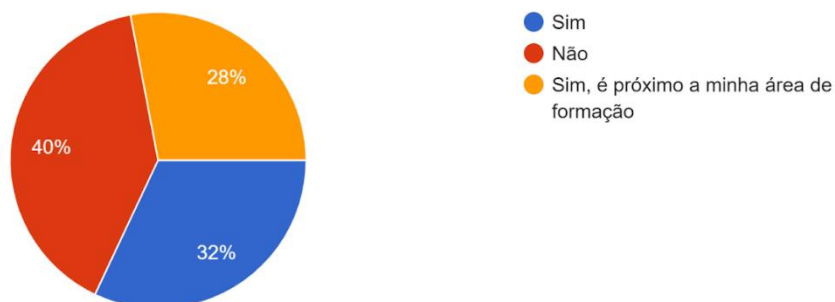
---

Fonte: elaborado pela autora.

Figura 14 – Mapeamento

Caso esteja trabalhando, é na sua área de formação?

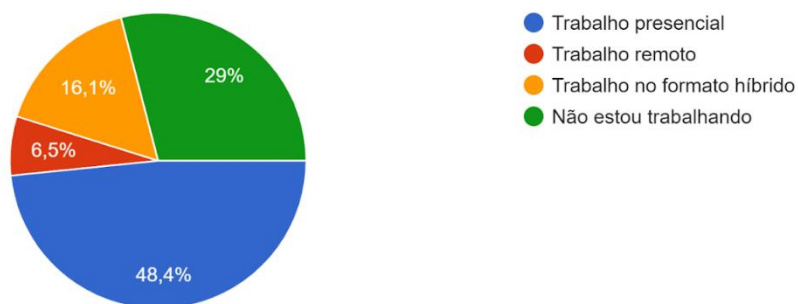
25 respostas



Fonte: elaborado pela autora.  
Figura 158 – Mapeamento

Caso esteja trabalhando, está no formato remoto, presencial ou híbrido?

31 respostas

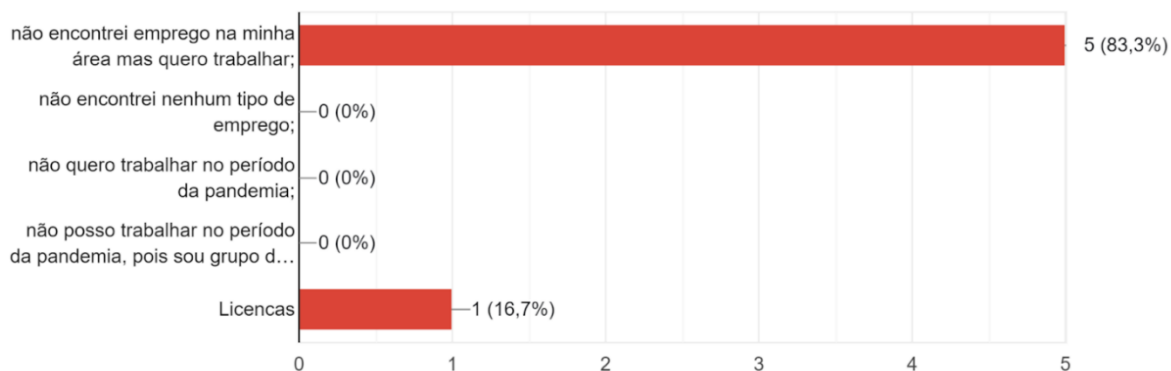


Fonte: elaborado pela autora.

Figura 16 – Mapeamento

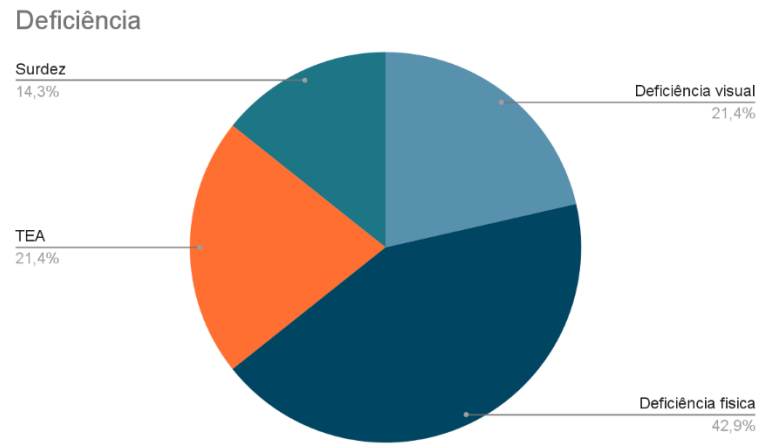
Se não está trabalhando, quais das opções se encaixam mais com o seu caso?

6 respostas



Fonte: elaborado pela autora.

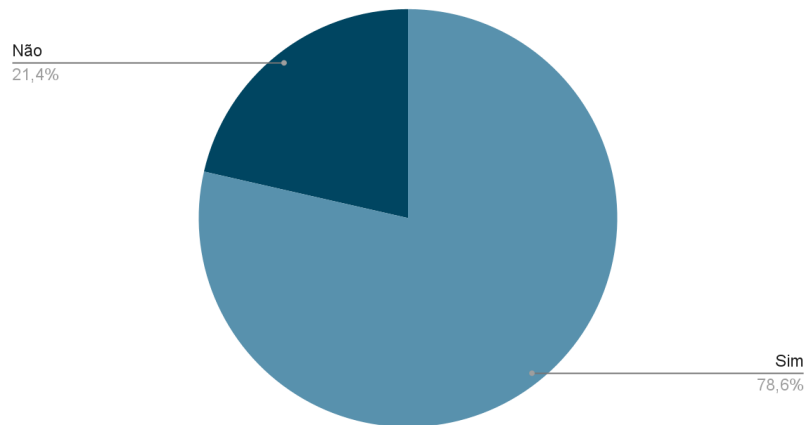
Figura 17 – Mapeamento



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 18 – Mapeamento

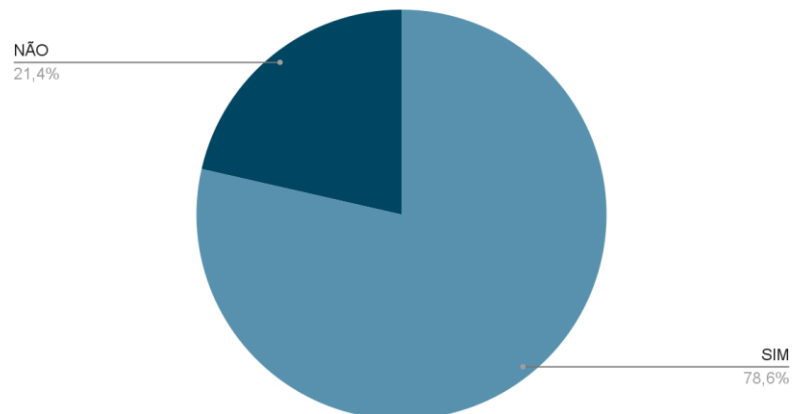
Nasceu com a deficiência?



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 19 – Mapeamento

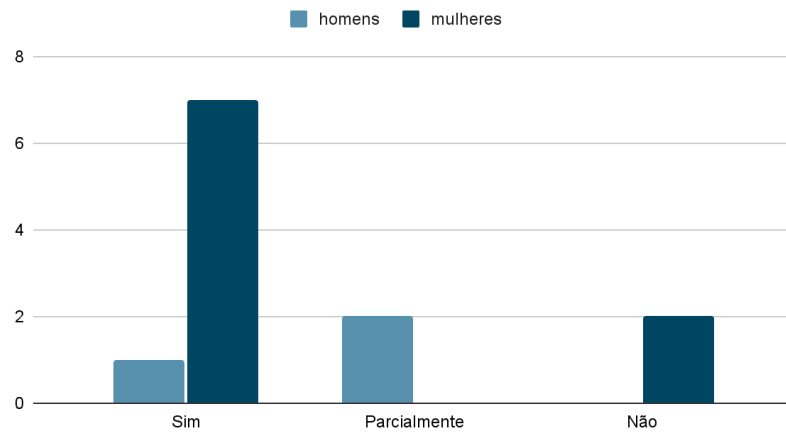
Conhece a legislação que ampara a pessoa com deficiência?



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 20

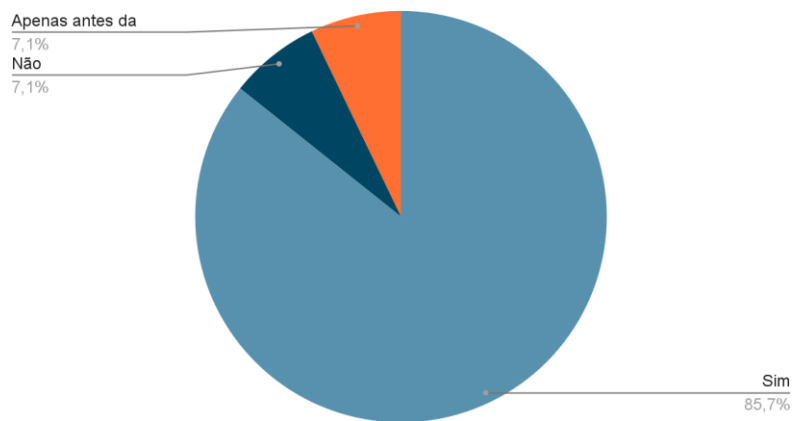
Exerce ou é o principal responsável pelo trabalho doméstico?



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 21 – Mapeamento

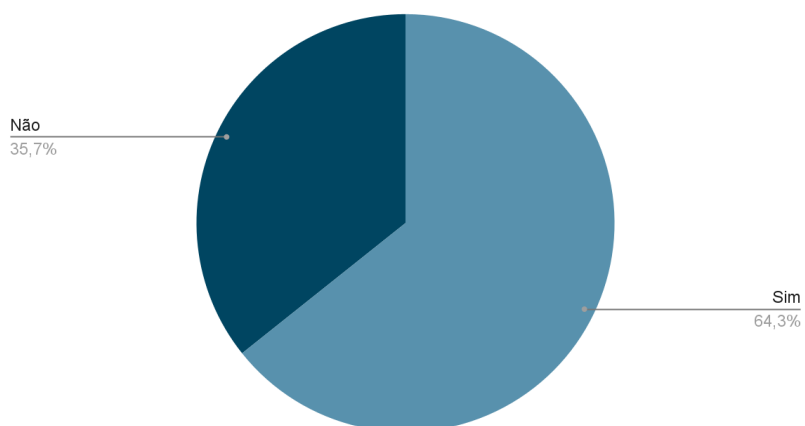
Já trabalhou formalmente?



Fonte: elaborado pela autora.

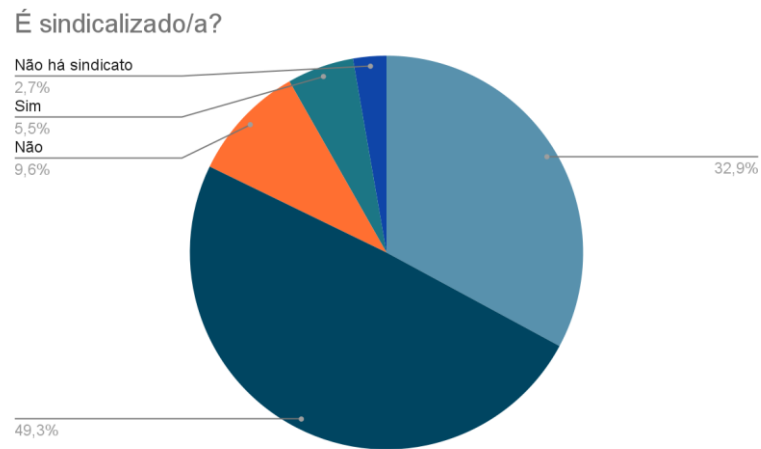
Figura 22 – Mapeamento

Trabalha na sua área de formação?



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 23 – Mapeamento



Fonte: elaborado pela autora.

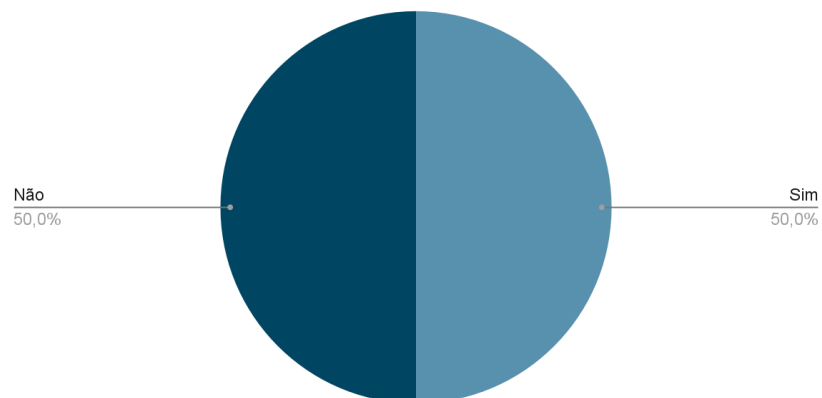
Figura 24 – Mapeamento



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 25 – Mapeamento

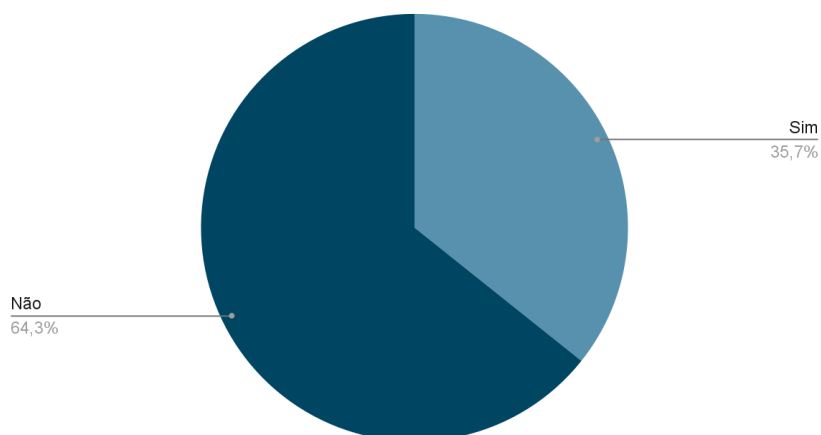
Existe alguma atividade que você não consiga desempenhar no seu trabalho em decorrência da falta de acessibilidade?



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 26 – Mapeamento

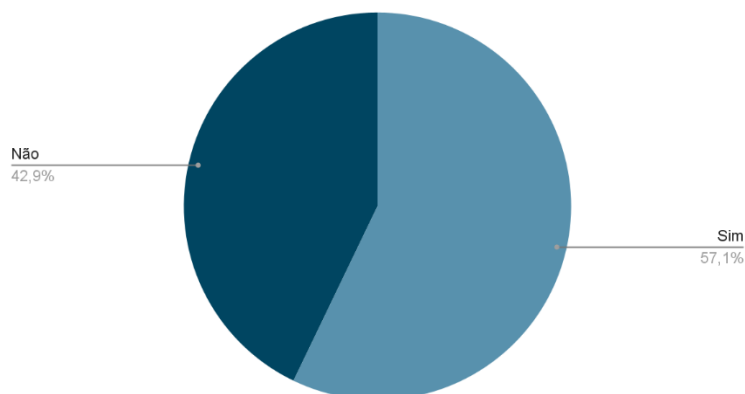
Foi estudante trabalhador?



Fonte: elaborado pela autora.

Figura 27 – Mapeamento

Já fez pós graduação?



Fonte: elaborado pela autora.

### 5.4.2 Caracterização dos participantes

Dorina: Dorina, é uma mulher jovem, branca, 30 anos<sup>5</sup>, com deficiência visual, baixa visão, formada em Letras, pós-graduada na sua área de formação, que atualmente busca emprego como revisora. O nome dado a essa participante é inspirado na história de vida de Dorina Nowill, que nasceu em 1919 na cidade de São Paulo e formou-se como professora. Dorina ficou cega os 17 anos. Em um momento histórico no qual as mulheres quase não exerciam papéis de liderança, sobretudo com alguma deficiência, Dorina protagonizou diversos papéis dentro da política colaborando para a elaboração da Lei 2.287 de 03/09/1953, que

<sup>5</sup> A idade dos participantes é uma idade aproximada podendo variar dois anos para mais ou para menos no intuito de evitar a identificação dos mesmos.



instituiu as Classes Braille no Estado de São Paulo, e dirigiu, de 1961 a 1973, a campanha do Ministério da Educação para a inclusão dos cegos no sistema de ensino brasileiro.

**Maud:** Maud é uma professora aposentada, formada em Letras, especialista em Artes Visuais, com deficiência física. Atuou como professora ao longo de toda sua vida profissional, especializou-se em artes visuais e educação, área que desenvolveu diversos projetos de ensino em sua cidade. Seu nome é inspirado em Maud Lewis, artista folk canadense que viveu entre 1901 e 1970 que usava cores vivas em suas pinturas, e os temas eram de flores, animais, e cenas ao ar livre. Se inspirava nas suas memórias de infância da paisagem e das pessoas e em cartões e calendários comerciais de Natal. Maud produziu sua obra permeada pelo agravamento da artrite reumatoide ao longo de sua vida, comercializava a baixos custos suas obras para garantir sua subsistência.

**Vanessa:** Vanessa é uma mulher jovem, branca, 32 anos, formada em ciência biológicas que atualmente trabalha no setor administrativo de uma cooperativa de crédito, o nome dado a essa participante é em homenagem a Vanessa Romanelli, que é doutora em genética pela Universidade de São Paulo e uma das responsáveis pelos estudos no teste do pezinho, exame de triagem neonatal que identifica, dentre outras doenças, a Atrofia Muscular Espinhal (AME) em bebês recém-nascidos. Vanessa é uma mulher com deficiência física, que utiliza cadeira de rodas em decorrência da AME, descoberta ainda na infância.

**Maysoon:** Maysoon tem 30 anos, é branca, formada em Jornalismo e Pedagogia e também atua na cultura como atriz, atualmente trabalha como professora em uma escola privada, possui deficiência física. O nome que recebe a participante é de Maysoon Zayid, atriz e comediantes norte americana de descendência palestina que nasceu com paralisia cerebral, Maysoon é defensora da questão da palestina e ativista dos direitos das pessoas com deficiência.

**Mariátegui:** Mariátegui é formado em ciências sociais e atua como trabalhador em uma empresa de tecnologia. É um homem negro, com deficiência física que atualmente possui 42 anos. O nome dado ao participante é em referência a José Carlos Mariátegui La Chira, escritor, jornalista e sociólogo peruano. Mariátegui viveu com deficiência física e destacou-se como um dos primeiros e mais influentes pensadores do marxismo latino-americano.

**Frida:** Frida é uma mulher jovem, de vinte e três anos, formada recentemente em Psicologia em uma universidade privada. Atualmente trabalha como psicóloga clínica realizando atendimentos individuais. Frida possui deficiência física (tetraplegia) em decorrência de um acidente na adolescência. O nome da participante faz referência a Magdalena Carmen Frida Kahlo y Calderón, artista surrealista e marxista mexicana que contraiu

poliomielite na infância e também sofreu um acidente de ônibus que a deixou com sequelas físicas.

Christy: Homem branco, 34 anos, formado em tecnologia da informação e direito. Atualmente trabalha como servidor público. Christy possui deficiência física, graduou-se em uma universidade privada como bolsista, foi estudante trabalhador. O nome desse participante faz referência a Christy Brown, pintor e escritor irlandês que nasceu com paralisia cerebral que só lhe permitia mover o seu membro inferior esquerdo, o que com os dedos do seu pé, conseguia pintar e escrever, o que o tornou mundialmente conhecido.

Greta: Greta é uma jovem de 25 anos, branca, assistente social diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista na vida adulta. Atualmente é residente em hospital público. O nome da participante faz referência a Greta Tintin Eleonora Ernman Thunberg, sueca, ativista ambiental conhecida por ser líder de movimentos em defesa do meio ambiente como a greve das escolas pelo clima.

Annie: Annie é jovem, branca, recém formada em educação especial, trabalhadora em uma empresa no setor administrativo catalogando e organizando documentações. Annie é surda oralizada e implantada. O nome da participante faz referência a Annie Jump Cannon, que foi uma astrônoma estadunidense surda, responsável pelo trabalho de catalogação fundamental para a atual classificação estelar, ela desenvolveu o Esquema de Classificação de Harvard, que foi a primeira tentativa de organizar e classificar estrelas baseadas em suas temperaturas e tipos espectrais.

Keller: Keller é uma mulher branca, formada em Pedagogia, Letras Libras e doutorado em educação, que atualmente é professora de Libras em uma instituição federal de educação básica. Keller é surda e se comunica através da língua de sinais. O nome da personagem é em homenagem a Helen Adams Keller foi uma escritora, conferencista e ativista social norte-americana. Foi a primeira pessoa surdocega da história a conquistar um bacharelado.

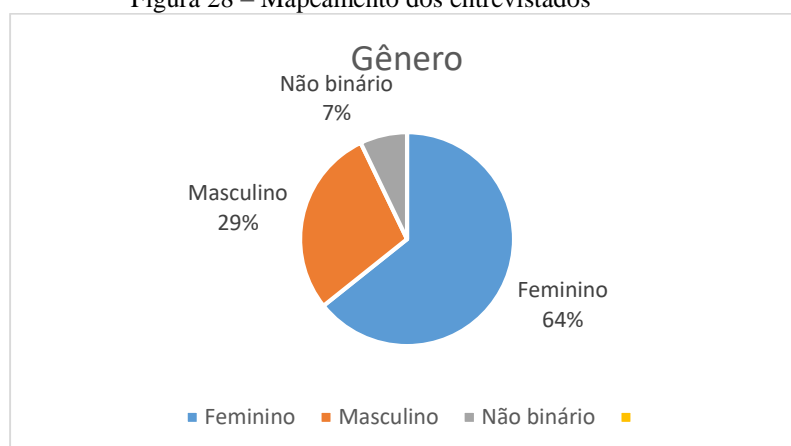
Leandra: Leandra é uma mulher branca, 30 anos, formada em Pedagogia em uma universidade federal. Leandra possui uma condição física rara chamada Ehlers-Danlos, que é uma doença do tecido conjuntivo que provoca flexibilidade incomum das articulações, pele muito elástica e tecidos frágeis. Leandra trabalha como professora na Educação Infantil, o nome foi dado em homenagem a Leandra Migoto Certeza, nascida em 1977 natural de São Paulo, Capital. Leandra possui uma condição física chamada osteogênese imperfeta, que significa má formação óssea, popularmente conhecida como ossos de vidro, Leandra é escritora, feminista, comunicadora social.

**John:** John, é homem branco, 33 anos, cego, sem visão residual, John ficou cego quando possuía 20 anos e como trabalhava como agricultor viu na formação acadêmica em Agronomia uma possibilidade de continuar trabalhando. Formou-se em uma instituição federal, fez mestrado e atualmente busca trabalhar em sua área de formação. O nome do participante é em homenagem a John Bramblitt, pintor cego norte-americano que também perdeu a visão adulto. Atualmente, ele é considerado o único muralista cego do mundo com murais em Nova York e Dallas. Bramblitt é conhecido por suas cores vivas e um estilo que mistura o impressionismo com o toque moderno da pop art.

**Vicent:** Vicent é um homem branco, que possui 40 anos, formado em sistemas de informação, trabalha na área de Tecnologia da Informação, foi diagnosticado com TEA ainda na infância e também relata ter déficit de atenção. O nome do participante homenageia Vincent Willem van Gogh, artista holandês nascido em 1853. Van Gogh foi um pintor pós-impressionista neerlandês, considerado uma das figuras mais famosas e influentes da história da arte ocidental, criou mais de dois mil trabalhos ao longo de pouco mais de uma década, incluindo 860 pinturas a óleo, grande parte das quais, concluídas nos seus últimos dois anos de vida. Van Gogh foi deficiente físico e auditivo boa parte de sua vida, tendo cortado uma de suas orelhas.

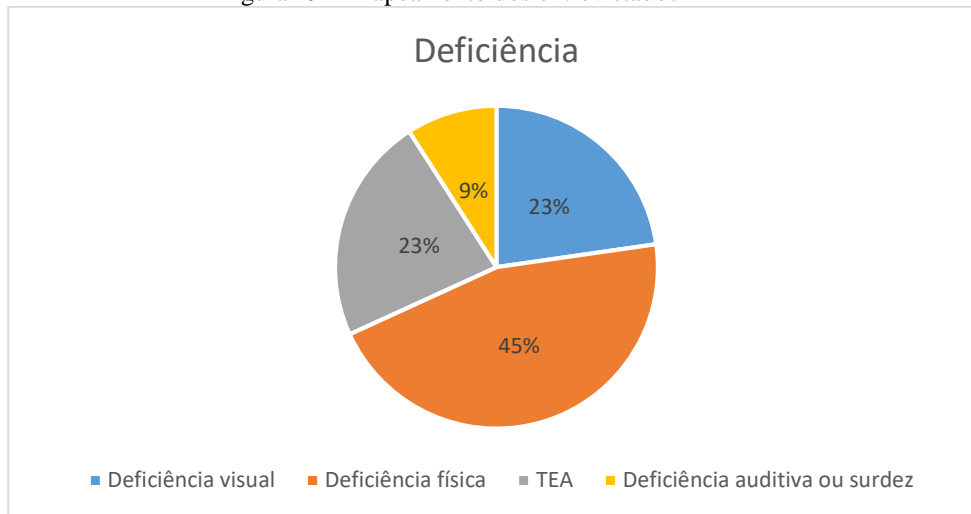
**Temple:** Temple é uma pessoa branca, de vinte e seis anos, com TEA, formada em design de animação que se identifica como não binária. Atualmente atua em um trabalho formal em uma empresa em sua área de formação. Seu nome foi inspirado em Mary Temple Grandin. Temple é uma psicóloga e zootecnista norte americana autista que revolucionou as práticas para o tratamento racional de animais vivos em fazendas e abatedouros. Também possui formação em Psicologia e mestrado em Zootecnia.

Figura 28 – Mapeamento dos entrevistados



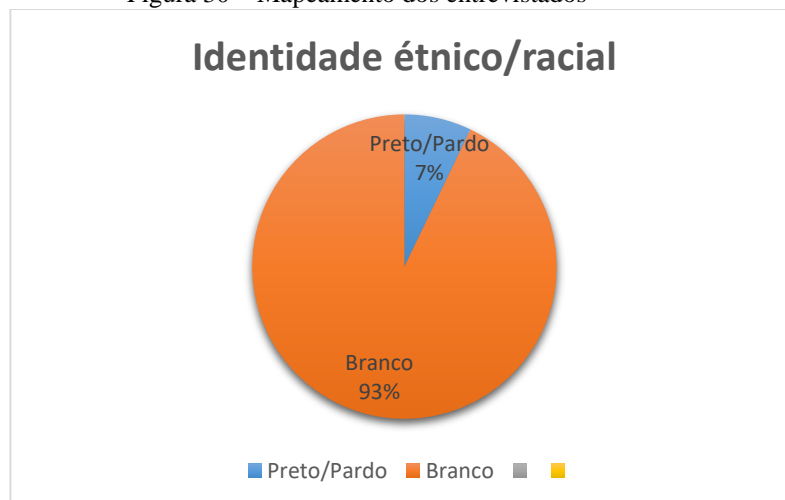
Fonte: elaborado pela autora.

Figura 29 – Mapeamento dos entrevistados



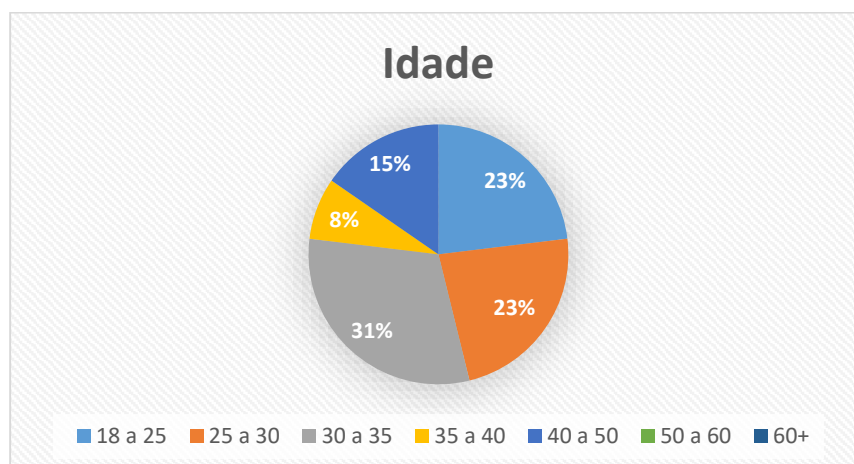
Fonte: elaborado pela autora.

Figura 30 – Mapeamento dos entrevistados

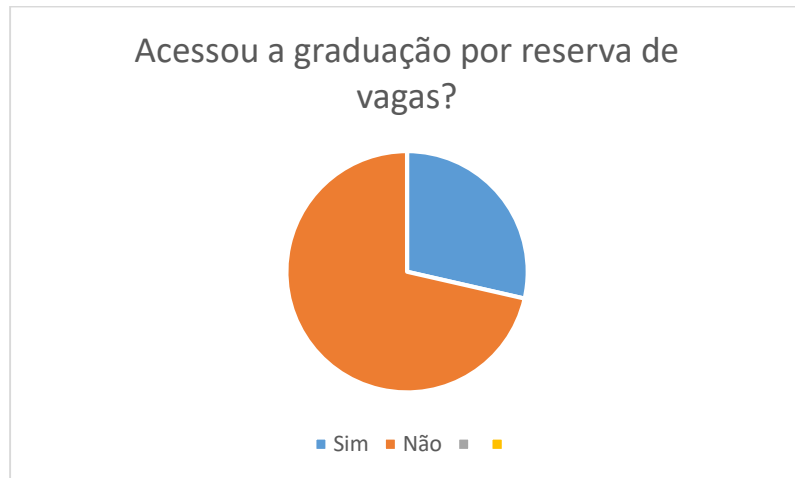


Fonte: elaborado pela autora.

Figura 31 – Mapeamento dos entrevistados

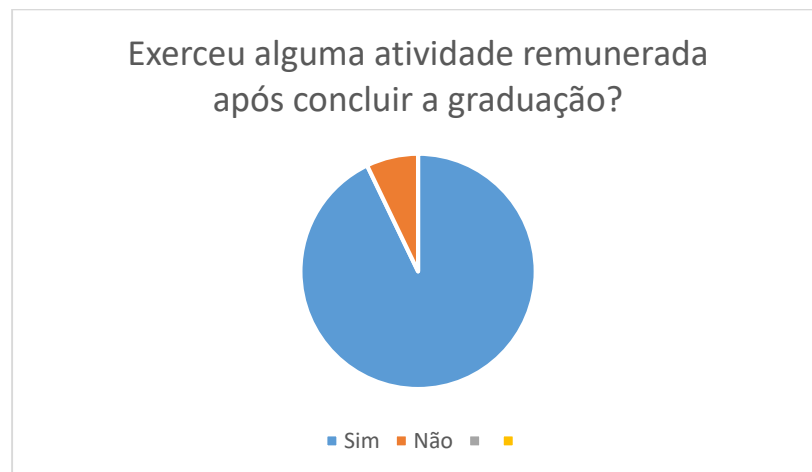


Fonte: elaborado pela autora.  
Figura 32 – Mapeamento dos entrevistados



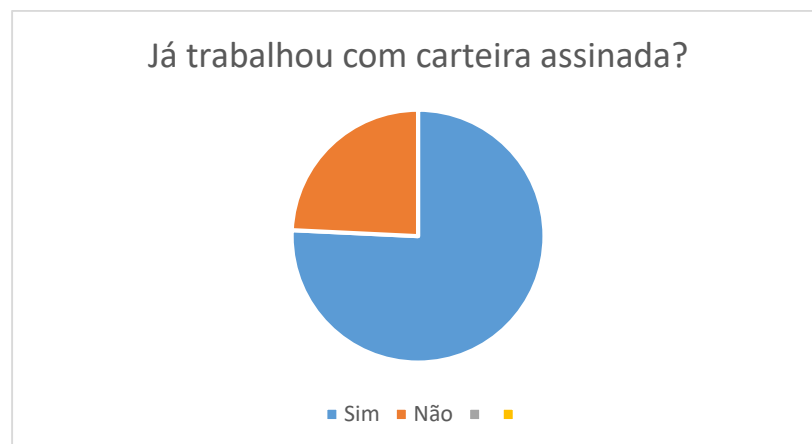
Fonte: elaborado pela autora

Figura 33 – Mapeamento dos entrevistados



Fonte: elaborado pela autora

Figura 34 – Mapeamento dos entrevistado



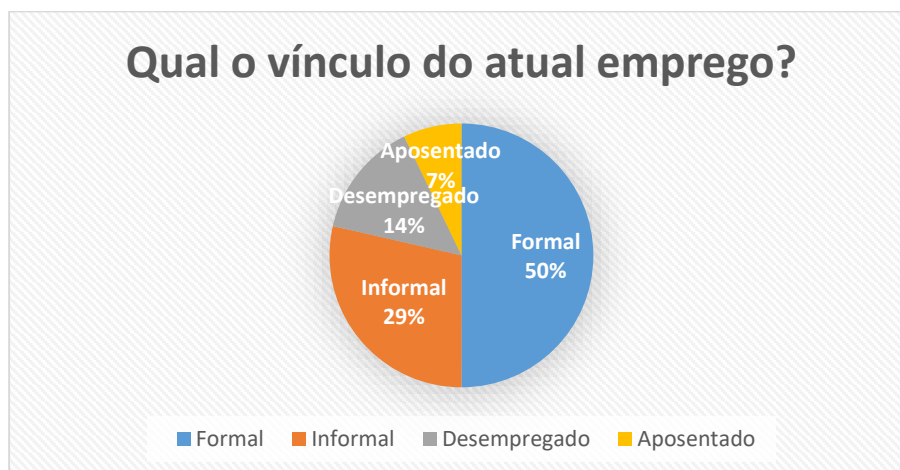
Fonte: elaborado pela autora

Figura 35 – Mapeamento dos entrevistado



Fonte: elaborado pela autora

Figura 36 – Mapeamento dos entrevistado



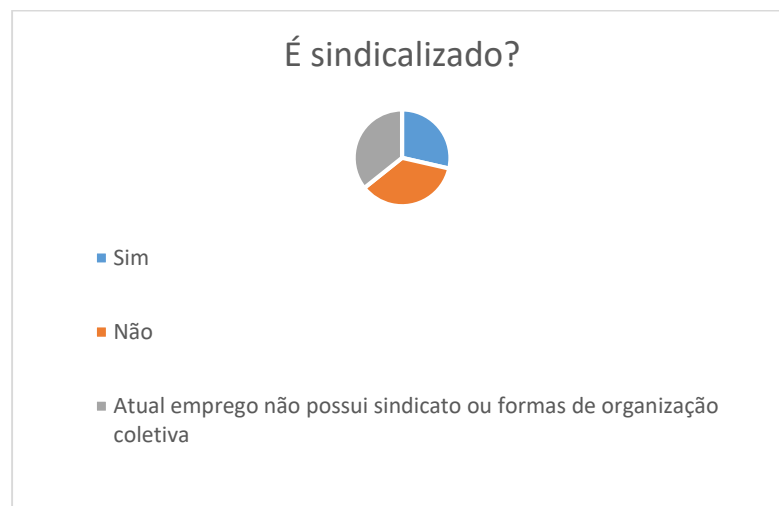
Fonte: elaborado pela autora

Figura 37 – Mapeamento dos entrevistado



Fonte: elaborado pela autora

Figura 38 – Mapeamento dos entrevistado



### 5.4.3 A constituição dos núcleos de significação

Conforme as trajetórias desses trabalhadores e trabalhadoras eram descortinadas a partir de cada uma das entrevistas, tornava-se possível compreender de maneira mais profunda os atravessamentos que as diversas temáticas pelo qual o trabalho percorre na vida das pessoas e como isso reverbera nas experiências individuais dos participantes. A leitura atenta e repetida das entrevistas foi permitindo perceber entre as diferenças e particularidades de cada contexto social, os significados atribuídos às realidades e situações, esses pontos foram lentamente se transformando em categorias de sentido, tecidas e alinhadas uma a uma no decorrer desse trabalho.

Tentando estabelecer uma linha didática da leitura, esses núcleos são apresentadas de forma temporal, sendo a primeira delas o capacitismo enfrentado no curso de formação desses trabalhadores, reforçando a ideia de que a experiência social do corpo com deficiência não é a mesma da pessoa com um desenvolvimento típico, enfatizando na questão da deficiência secundária, indicada por Vigotski (1983), ou seja, nas relações sociais que atravessam esse corpo. É possível verificar que, mesmo com a reserva de vagas, adentrando os mesmos espaços, participando dos mesmos cursos, essas pessoas já partem de um lugar de desigualdade em relação a pessoas sem deficiência.

Na sequência, as falas apresentadas demonstram o capacitismo enfrentado no mercado de trabalho, que vai desde os processos excludentes dos processos seletivos e entrevistas de emprego, até experiências capacitistas no ambiente de trabalho. Os casos apresentados, mesmo em diferentes áreas de trabalho, indicam que não se trata de experiências que acontecem isoladamente, mas que são frutos de uma lógica utilitarista do próprio sistema, pensado para o corpo produtivo e em condições de vender a força de trabalho de modo que gere o maior lucro possível, esse núcleo está intitulada: capacitismo no mercado de trabalho e a lógica utilitarista do capital.

Na sequência, o núcleo que segue se aprofunda nas relações de trabalho em que os participantes estão envolvidos, articulando as questões de precarização, adoecimento e empobrecimento das pessoas com deficiência. Essas categorias percebidas a partir de significados separados transformaram-se em um só capítulo, visto que foi observada uma relação causal entre a precarização e as condições de trabalho em que as pessoas estão submetidas, onde muitas vezes as especificidades do corpo não são respeitadas, com o adoecimento e conseqüente empobrecimento dessas pessoas com cuidados com a saúde.

Ainda relacionado ao empobrecimento, mas por conter relações de gênero e demandas própria do movimento social das pessoas com deficiência, assim como dos estudos de gênero, discutirei o cuidado, afastando-nos do ideal caritativo em que muitas vezes o cuidado é pensado em relação à pessoa com deficiência e buscando compreendê-lo como trabalho, assim como uma necessária política de Estado.

O capítulo que segue trata mais especificamente sobre a face da individualização reforçada pelas instituições e pelas relações de trabalho no modo de produção capitalista, destacamos o caráter de resignação promovido pelas instituições, legitimado pela educação com ares de cientificidade, tal individualização provoca culpabilização por parte dos trabalhadores em relação à deficiência secundária.







## 6. ANÁLISE DOS DADOS

### 6.1. Políticas Inclusivas e Exclusão: Acessibilidade e as Limitações Institucionais

A impossibilidade de escapar do processo de proletarização é chamado por Fontes (1997) de inclusão forçada e é a partir dos movimentos de resistência pós revolução industrial que acontece uma crescente intervenção do Estado no intuito de incorporar as partes marginalizadas da população nas democracias modernas.

O termo exclusão foi analisado por Oliveira (2002) no intuito de construir um referencial sólido para as pesquisas, principalmente no campo da educação. De acordo com o autor, existem duas premissas importantes que precisam ser consideradas: (1) O círculo exclusão/inclusão é constitutivo necessário da lógica do capital, como condicionante de seu processo e (2) O conceito exclusão pode ter valor analítico, dentro de uma rede categorial complexa, como instrumento de reflexão do aparecer imediato do sistema do capital.

Em relação ao ponto 1, na teoria marxista, determinação ainda inicial do conceito exclusão, reconhece o Estado liberal, cuja essência é a universalidade, como agente por excelência da inclusão; no entanto, este mesmo Estado, quando considerado historicamente, “revela-se consagrado a interesses particularistas de uma classe e, por consequência, agente de exclusão de todas as demais” (OLIVEIRA, 2002, p. 209).

Oliveira (2002) defende que já é possível compreender que o conceito de exclusão só adquire sentido no interior de uma totalidade complexa, orientada na perspectiva da sociedade de classes. O autor destaca que, posteriormente, quando há um refinamento metodológico de Marx e se estabelecem bases mais sólidas, já é perceptível um fio condutor nas análises de Marx sobre diferentes períodos históricos, em que estão presentes, simultaneamente, a expulsão, expropriação – ou qualquer outra forma de exclusão – da classe trabalhadora e sua reabsorção, recolocação – ou qualquer outra forma de inclusão. Portanto, exclusão e inclusão subordinada já são nitidamente percebidas como processos inerentes ao sistema do capital.

O segundo ponto destacado pelo autor indica que “O conceito exclusão pode ter valor analítico, dentro de uma rede categorial complexa, como instrumento de reflexão do aparecer imediato do sistema do capital” (OLIVEIRA, 2002, p. 210). Nesse aspecto, o autor destaca que o emprego do termo exclusão pelos autores contemporâneos nem sempre é feito de forma bem refletida. Oliveira (2002) destaca que há uma imprecisão na forma como esta ideia se apresenta em nossos dias. Exemplificando a partir da escola francesa, onde a exclusão é muito utilizada, Oliveira (2002) verifica um amplo raio de dispersão das posições no emprego da expressão exclusão, seja mencionado pelos próprios autores, seja substituído por semelhantes.

O autor ainda menciona que é comum nas pesquisas brasileiras, mais especificamente na literatura educacional brasileira, perceber que há diversas posturas teóricas, sendo empregado muitas vezes como mera substituição terminológica de outros conceitos. Para Oliveira (2002), o sistema do capital abrange o universo de relações econômicas e produtivas, político-sociais e simbólico-culturais, cujo nexos interno tem sua forma de aparecimento nos diversos processos que têm sido identificados pelo conceito exclusão. Desse modo, se for compreendido como recurso analítico utilizado no interior de uma rede categorial complexa, ajudando o pesquisador a refletir o aparecer imediato que esconde e revela o núcleo essencial da realidade social, a exclusão poderá ser um conceito útil na compreensão da realidade social. De outra sorte, estará sempre a capturar o que não é, efetivamente, o real.

Para Fontes (1997, p.17), o risco da leitura simplista da exclusão é uma visão dualista que opõe excluídos e incluídos visto que são categorias que se relacionam em uma dinâmica dupla pois decorre de “procedimentos includentes, ainda que desiguais, segregadores e hierarquizantes: inclusão forçada e exclusão interna”. Na medida em que o capitalismo se expande, ele comporta todas as formas de exclusão gerando um pertencimento comum: o mercado.

Embora historicamente as lutas de resistência que buscam reverter as exclusões tenham alcançado avanços consideráveis nas condições de vida de alguns grupos, forçando a atuação do Estado no sentido do amparo, esses avanços ainda estão limitados às fronteiras da democracia dentro do sistema capitalista.

Na prática, consiste na ação do Estado na promoção de políticas para os grupos considerados excluídos. Desse modo, Fontes (1997, p.8) destaca que “as políticas de inclusão justificam formas de controle, dominação de classe e estratégias de minimização dos gastos públicos com as frações mais fragilizadas da classe trabalhadora”

Nesse sentido de buscar viabilizar através do Estado e de políticas isoladas que tenham por objetivo reduzir as desigualdades sociais ofertando oportunidades mais equânimes a grupos historicamente marginalizados, as ações afirmativas vem sendo implementadas em diversos países, regulamentando políticas de reserva de vagas ou política de cotas, como é o caso da Índia, que possui o sistema de castas, África do Sul, que sofreu durante anos o Apartheid, entre outros.

Assim, as políticas de cotas são ações com diferentes formas de execução dentro dos limites institucionais que têm como objetivo promover maior inserção de grupos e populações historicamente marginalizadas nos sistemas de saúde, educação, mercado de trabalho, etc.

Lima (2016) afirma que falar sobre ações afirmativas no Brasil requer uma reflexão sobre as desigualdades históricas de oportunidades na educação e um dos fatores mencionados pela autora é que a democratização a todos níveis de acesso ocorreu muito tardiamente. Segundo a autora, as ações afirmativas na Educação Superior brasileira tiveram início no ano 2000 quando o governador Antony Garotinho sancionou a lei que garantia reserva de 50% das universidades públicas para alunos que tivessem cursado o ensino médio público. Desde então, diversas universidades pelo país travaram discussões em relação à temática e gradualmente essas políticas foram sendo implementadas.

Em 2012, foi instituída no Brasil a Lei nº 12.711, popularmente conhecida como Lei de Cotas, que garantiu a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 Institutos Federais de Educação.

Vivenciamos, portanto, a primeira década dessa implementação e acesso, mediante reserva de vagas desse público na universidade enquanto estudantes, as falas dos participantes das entrevistas, que realizaram suas formações em diferentes instituições de ensino superior, remetem para um ensino permeado por diferentes experiências e percalços, que exemplificam as necessárias mudanças em direção de uma educação equânime conforme objetivado nas políticas.

Muitas das experiências abordadas referem-se a vivências capacitistas nesses espaços, de constrangimentos, de dificuldades de acesso e permanência nos cursos. Mello (2016) define capacitismo como atitudes preconceituosas que hierarquizam sujeitos em função da adequação de seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. A autora ainda menciona que os estudos recentes sobre o tema definem como capacitismo a forma como pessoas com deficiência são tratadas como “incapazes”, aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o racismo, o sexismo e a homofobia.

Essa rede de crenças, processos e práticas sobre os corpos com impedimentos tem profundas raízes na antiga civilização greco-romana quando havia uma generalização consentida do infanticídio, seja por razões de ordem econômica (por exemplo, impossibilidade de sustentar a criança) ou por considerar socialmente inviável a sobrevivência de crianças recém-nascidas com alguma deficiência. Nesse sentido, a manifestação da deficiência lesiona o ideário eugênico da corporeidade grega tão intimamente enraizado em nós. No caso do capacitismo, ele alude a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade.

Em suma, trata-se de um núcleo que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo e ser desejada, etc.). Essa postura advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e se mobiliza para avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de ser e fazer para serem consideradas plenamente humanas.

Em sua crítica ao enfoque utilitarista, a filósofa feminista Martha Nussbaum chega a argumentar que

[...] también queremos saber que es lo que son realmente capaces de ser y de hacer. Las personas ajustan sus preferencias a lo que piensan que pueden conseguir, y también a lo que su sociedad les dije que es una meta adecuada para alguien como ellos. Las mujeres y otras personas desfavorecidas muestran a menudo esta clase de 'preferencias adaptativas', formadas en el contexto de unas condiciones injustas<sup>6</sup> (NUSSBAUM, 2012, p.83).

Considerando o exposto, podemos observar, na sequência, as falas que apresentam trechos da trajetória de duas participantes que relatam suas experiências enquanto estudante do curso de Letras – Bacharelado e Educação Especial – licenciatura, respectivamente, Dorina, que possui baixa visão e da professora de educação especial, Annie, que possui deficiência auditiva. Ambas as falas demonstram o descaso vivenciado por elas no decorrer da graduação. A primeira, mesmo falando aos professores que não conseguia enxergar o quadro, relata que nunca houve por parte deles uma alternativa ao uso do quadro ou tentativa de adaptação daquele material, que, segundo ela, era acessado graças a uma colega que permitia que ela copiasse do seu caderno. A segunda fala da hoje professora com deficiência auditiva traz o relato de um professor que se recusou a usar o aparelho FM, que amplifica o som e permite que ela acesse o conteúdo que está sendo apresentado em aula:

**Alguns faziam a leitura ou ditado durante a escrita pra mim** (sic) conseguir acompanhar, outros simplesmente copiavam e não se interessavam pelo resto, “**te vira**”, **aí eu tive que me virar** e eu copiar. O professor simplesmente passava no quadro e eu, né? Daí eu tinha ajuda de uma colega que me ajudou durante todo o curso, ela copiava o caderno dela e depois ela me passava pra mim (sic) copiar no meu. (DORINA, baixa visão)

Claro, teve algumas situações dentro do curso que... **teve um professor que se recusou a utilizar um dispositivo, né? Pra que eu conseguisse acompanhar a aula**, mas depois foi solucionado e todos os professores e demais professores começaram a usar a nossa ferramenta. (ANNIE)

---

<sup>6</sup> Também queremos saber o que eles são realmente capazes de ser e fazer. As pessoas ajustam suas preferências ao que acham que podem alcançar e também ao que sua sociedade lhes disse ser um objetivo adequado para alguém como elas. As mulheres e outras pessoas desfavorecidas muitas vezes mostram esses tipos de 'preferências adaptativas', formadas no contexto de condições injustas. Tradução própria

As falas mencionadas abordam o caráter relacional da sala de aula, pois trata de estudantes que necessitam de adaptações pontuais para o acesso à informação dentro da lógica educacional instituída e mesmo assim enfrentaram a recusa como uma barreira que tornou suas experiências acadêmicas mais complexa.

Cenci e Costas (2014, p. 202) afirmam que “as aprendizagens são mediadas por outras pessoas do grupo cultural que vão atribuir sentidos e significados ao universo que a rodeia”. Portanto, o desenvolvimento dos processos cognitivos acontece nesse processo de aprender as coisas e aprender o mundo. De acordo com as autoras, amparadas na teoria histórico cultural, os processos de desenvolvimento interno são dependentes das relações externas, portanto, quando as relações externas são capacitistas, ocorre uma perpetuação desse sistema de desigualdades.

Na expressão “te vira” presente na primeira fala, há uma total responsabilização da estudante pelo acesso ao conteúdo. Os professores, responsáveis por mediar os conhecimentos na formação desses profissionais, ignoravam seus pedidos e seguiam suas aulas escrevendo os conteúdos no quadro sem considerar que a estudante não conseguia realizar a leitura. Atitudes como essa refletem comportamentos capacitistas em planejamentos de aula pensados para estudantes que enxergam, ouvem, se locomovem dentro da corponormatividade.

Podemos retomar, portanto, nessas situações o quanto se aplica o conceito de deficiência secundária, mencionado por Vigostki (2012), ou seja, as implicações sociais que a deficiência primária, orgânica, acarreta ao sujeito. Nesses casos, limitando ao próprio acesso ao conhecimento.

A própria ação do defeito resulta sempre secundária, não direta, refletida. Como já dissemos a criança não sente diretamente sua deficiência. Percebe as dificuldades que derivam da mesma. A consequência direta do defeito é o rebaixamento da posição social da criança; o defeito se realiza como desvio social (VIGOTSKI, 2012, p. 18).

O estudante com TEA também apresenta relatos sobre suas vivências no período da graduação, ele menciona que, embora tenha recebido o diagnóstico de TEA após muitas dessas experiências, encontrou nele justificativa pra muitas de suas vivências e para as críticas vindas por parte dos professores em relação a sua postura, dicção, forma de organização.

A partir da 5ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) em 2013, o TEA foi definido como um dos transtornos do neurodesenvolvimento mais prevalentes na infância. Caracteriza-se pelo comprometimento de dois domínios centrais: 1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de

comportamento, interesses ou atividades. Embora não se caracterize como uma deficiência, as pessoas com TEA estão amparadas pelas políticas inclusivas, tanto por meio da reserva de vagas nos cursos de Ensino Superior quanto para o acesso ao mercado de trabalho.

O caso mencionado destaca como os cursos de graduação, de forma geral, são pautados pela lógica do corpo capaz e pela uniformização dos comportamentos promovendo sofrimento àqueles que não se adequam ao padrão estabelecido.

Então várias vezes os professores falaram da minha dicção, do jeito que eu me locomovia (sic) com muitas sinalizações e muitos “você vai ser horrível porque não consegue agir de maneira profissional suficiente para o mercado”. (TEMPLE)

Tive algumas dificuldades em relação, claro, era uma universidade menor, **então eu tive algumas dificuldades em poder ingressar em alguns grupos de pesquisa, que é uma coisa que eu tinha muita vontade**, mesmo que fosse como voluntário, mesmo sem ser oficial, eu estava disposto a querer de fato acompanhar as pesquisas, o trabalho em laboratório, enfim. Foi uma coisa que eu não consegui ter muito acesso, apesar dos professores elogiarem o meu desenvolvimento acadêmico, porém elogios não, vamos dizer assim, são apenas palavras né, **eles não trazem algo concreto que era o que eu buscava, que seria esse desenvolvimento científico**. (JOHN)

Inclusive na graduação eu tive a experiência de fazer um estágio no CRAS. Só que eu fiz o estágio de observação, e a gente não pôde nem ir nas casas já pela questão da falta de acessibilidade, né? E foi uma área que eu gostei, mas já pensando que essa questão de eu não poder fazer a visitação nas casas ia afetar o meu trabalho, eu já fui pensando, pensando “ah eu vou ficar com a clínica que é mais fácil”. Então realmente essa questão da deficiência afetou minha escolha. (FRIDA)

Aragão e Fortes (2019) fazem uma discussão a respeito do que seria igualdade no capitalismo, os autores afirmam que a igualdade reside em habitar um corpo que produz e que responde a lógica da produção e sem oferecer resistência. Dessa forma, os corpos considerados desiguais teriam sua passagem para igualdade garantido a partir de um passaporte que lhes ofereça utilidade e sem a utilidade, pautada pela lógica do capital, os corpos desiguais se distanciam do ideal de igualdade.

Retomando Meszáros (2007), destacamos o quanto a educação se alinha com o mercado no modo de produção capitalista, transformando o ideal de trabalhador naquele que alinha da melhor forma as exigências do mercado.

Os relatos apresentados na sequência falam sobre a experiência de um estudante com deficiência física, o que, para algumas pessoas sem deficiência, pode parecer simples, para o estudante gerava constrangimento que o levava muitas vezes a evitar o uso dos recursos de acessibilidade.



Então, na faculdade de T.I. quando eu comecei, por exemplo, na faculdade que eu comecei o curso ela tinha assim... eu já percebia algumas coisas sobre acessibilidade, porque por exemplo, **tinha um elevador, mas aquele elevador não funcionava sempre**, naquela época, quando eu entrei, quando eu comecei, então era um elevador **que ficava sempre desligado** e aí **como não tinham muitos outros alunos com deficiências, a diretora da faculdade, porque era uma universidade privada e eu era bolsista do PROUNI, e ela falou: “olha, sempre que você precisar usar o elevador, você tem que avisar para o segurança para ele ir lá ligar”**, alguma coisa assim. Então, isso foi uma coisa que me deixou meio assim no começo, porque eu falei: **“poxa, eu vou ter que ir lá, chamar o cara para ligar o elevador”**. Daí eu tinha, por exemplo, aula de laboratório de informática, essas coisas, **era tudo no terceiro piso**, então, por exemplo, eu não uso cadeira de rodas, eu também não uso nenhum tipo de aparelho para me locomover, **muitas vezes eu optei por ir de escada porque eu fiquei com vergonha de pedir para o cara ligar o elevador**, essa é uma das coisas que eu me lembro da faculdade. (CRISTY)

Também, nenhuma das duas faculdades tinham mobiliário adaptado para pessoas com deficiência física, por exemplo. Uma delas tinha alguns, por exemplo, cadeira e carteira que eram estofados, mas a maioria não era, então por exemplo, se eu não chegasse cedo e eu não procurasse aquele que era estofado, por exemplo, eu ficava na carteira e na cadeira que as outras pessoas usavam que era para pessoas sem deficiências, às vezes me incomodava um pouco pelo material que machucava minha perna, às vezes incomodava as costas também, até pela questão de espaço, às vezes era muito pequena, às vezes, enfim... tinha essa questão também que às vezes me incomodava na faculdade (CRISTY)

A acessibilidade muitas vezes é considerada um recurso exclusivo da pessoa com deficiência. Teóricos do Modelo Social enfatizam que no momento que encaramos a deficiência como uma condição inerente à vida humana e a deslocamos da tragédia individual e da culpabilização do sujeito, entendemos que em uma sociedade que compreenda várias formas de existir, de se locomover, de acessar a informação, esta pode ser considerada uma sociedade mais inclusiva.

E nesse percurso, uma das maiores dificuldades foi em razão de que eu não tive apoio da universidade, não se tinha um núcleo de acessibilidade, um setor de acessibilidade estabelecido fisicamente, era uma pessoa que, entre aspas, era o núcleo de acessibilidade, vamos dizer assim, estava só concebido na teoria. Então, eu fui buscando me aprimorar, tendo contato com outros cegos e o que me ajudou muito foi que os professores estavam dispostos a me auxiliar da maneira que fosse possível. (JOHN)

O relato do estudante com deficiência visual apresenta mais um exemplo de um percurso formativo solitário, que contou com a vontade individual dos professores e estratégias de compensação do próprio estudante. Essas estratégias podem ser exitosas em alguns casos, como no do participante entrevistado, mas não pode ser um parâmetro quando pensamos no acesso dessas pessoas às instituições.

Dainez e Smolka (2014) pontam que o movimento de elaboração conceitual da compensação por Vigotski (1997) nos mostra o processo de formação social da mente, ao

trabalhar com a complexidade de todos os fatores que impactam e afetam o processo de desenvolvimento e a constituição da personalidade da pessoa com deficiência, destacando o caráter humanizador da educação.

Essa posição da integralidade do humano, quando adotada no campo da educação, faz-nos tomar como disparador de nossas suposições não o defeito, o déficit, o atraso intelectual, mas, sim, a pessoa nas condições sociais concretas de vida, orientando-se para as possibilidades de desenvolvimento. (DAINEZ; SMOLKA, 2014, p.1106)

O setor, o campo da área de conhecimento então das ciências rurais em princípio **eu acho que eu fui, pelo o que eu entendi, o primeiro deficiente**, então, com alguma debilidade sensorial, talvez tiveram alguns outros deficientes que por ventura poderiam ter sido físicos, enfim, mas que não necessitavam alguma adaptação, vamos dizer assim, que tivesse limitando eles. Em razão disso, foi interessante, **alguns professores acharam interessantes, outros apavoraram, pois eu estava entrando lá e ninguém sabia o que fazer**. Por outro lado, faltou talvez eles responderem mais o núcleo de acessibilidade que a servidora responsável mandava e-mails, requisitando o contato, possíveis cursos de capacitação, não exatamente isso, mas, para tirarem essas dúvidas iniciais que eles tinham. (JOHN)

Na fala do participante, retomamos o que discutimos sobre o lugar de desigualdade de que as pessoas com deficiência partem mesmo quando acessam a universidade a partir do sistema de reserva de vagas. Poderíamos, de forma apressada, fazer uma crítica à formação de professores. Porém, a formação de professores nada mais é do que o reflexo de uma lógica de padronização pautada pela eficiência mercadológica e, quando uma pessoa que rompe com essa estrutura pré-moldada de formação e adentra esses espaços, provoca diversas inquietações, como também foi o caso da Dorina e da Annie.

Eu tinha dificuldades em algumas disciplinas, mais por que era um curso que era um pouquinho puxado, então isso foi uma coisa que pegou, **naquela época eu não lembro do tema da deficiência ter a visibilidade que está tendo agora, porque por exemplo teve alguns períodos que eu realmente fiquei em sofrimento porque eu não conseguia dar conta do conteúdo**, da matéria e tal, por exemplo, **a minha coordenadora nunca me falou assim: “vai para o atendimento psicológico ou busca a psicóloga da faculdade”**, não, era sempre algo como os outros alunos, não tinha uma atenção a mais se eu estava tendo alguma dificuldade, então quando eu achava pertinente eu cobrava alguma coisa, por exemplo, **teve um momento que eu cheguei para a coordenadora do curso e falei: “nossa! Será que já não tem como já deixar ligado o elevador para usar?”**, aí ela falou: “tem que ver com o pessoal da Maysoontenção, não sei o quê...”, então **tinha muitas vezes essa coisa de evitar levar o problema por saber que talvez isso ia causar um constrangimento**, mesmo que fosse para mim ou para eles, enfim. (CRISTY)

Um caso particularmente delicado enfrentado pelas universidades e faculdades no Brasil é a falta de intérpretes de Libras, essa questão tem sua raiz também na falta de acessibilidade das universidades em decorrência de termos instituições que não foram estruturadas para

receber esses públicos. O caso da participante exemplifica o descaso vivenciado por ela, visto que realizou toda uma graduação sem intérpretes, realizando sempre que possível a leitura labial para acessar o conteúdo das aulas.

Não, na Pedagogia não tinha nada de intérpretes, quatro anos e meio e nada de intérpretes, acessibilidade nada, eu via o professor oralizando, escrevia e foi dessa forma que eu fiz. Eu pedi intérprete na faculdade, mas eles diziam que não tinha. Era uma cidade pequena (...). (KELLER)

Torres (2018) destaca o quanto pessoas com deficiência que adentraram a universidade a partir da política de cotas ainda são remanescentes de uma escola pouco instrumentalizada para ofertar uma educação que abranja a diversidade humana. O Censo Escolar 2019, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, mostra que a proporção de escolas dos anos iniciais do ensino fundamental com infraestrutura adaptada para alunos com deficiência atingiu 55,0%, o que representa estruturas mínimas para receber estes estudantes. Para as escolas dos anos finais do ensino fundamental, essa proporção foi 63,8%, e, nas escolas do ensino médio, 67,4%.

Em alguns casos, o capacitismo acontece de forma velada para as próprias pessoas com deficiência, em diversos pontos das entrevistas, seja falando do curso, do trabalho, das relações sociais, etc., os participantes mencionavam que não aconteceu nada marcante, nada que seja digno de lembrança e na sequência relatos fatos vivenciados por eles que expressam essas vivências, como as falas que seguem:

Não me recordo de ter passado por uma situação ou uma atitude capacitista de nenhum professor, mas eu notava as vezes de algum colega de turma, algum comentário, alguma risadinha, com alguma conotação pejorativa por eu ser uma pessoa com deficiência e estar ali na sala de aula. (CRISTY)

E nessa formação eu não tive... tanto é que meus colegas me ajudavam muito né, e foi tranquilo. Agora no curso técnico sim, que o... fiquei assim, não que ficava chocada, porque, né, já sabia que fazia parte foi na entrega dos diplomas que fiquei na parte debaixo, e eles fizeram num palco, chamaram todos e depois eu digo assim “mas será que vão esquecer de mim?”. Mas sempre tive algum, sabe, tive como se fosse uma brincadeira. Mas eu disse assim “e aí, não vão entregar meu diploma?” aí eles desceram lá e me entregaram o diploma da formação. Mas foi... é isso aí. Foi o que mais me marcou. (MAUD)

O relato trazido pela participante demonstra que ela não foi sequer lembrada na cerimônia de formatura, onde a estrutura do espaço a impossibilitava de participar, ou melhor a ela foi destinado um “lugar diferenciado”, pela sua presumida impossibilidade de subir ao palco. Durante toda entrevista, em seus relatos, ela diz ter reagido com bom humor diante das

situações que enfrentou, porém, a própria reação de resignação, aceitação é própria de uma sociabilidade desenvolvida, incrustada na ideia de que por “ter menos valor” na lógica instituída, precisa aceitar ou se esforçar mais diante das adversidades.

Outro exemplo que demonstra o quanto as instituições estão despreparadas para lidar com tudo que foge da lógica da padronização, é o do participante John, que é cego e vivenciou sua formação em uma instituição que, segundo ele, não tinha formação adequada para orientá-lo, sendo em muitos casos responsabilizado pela orientação do Núcleo de Acessibilidade.

Posteriormente se teve então o núcleo de acessibilidade, criado fisicamente, porém ainda deficiente na questão da capacitação, pois era eu quem capacitava essas pessoas e existe um problema, aí essas pessoas no caso não eram servidoras da universidade, eram bolsistas e bolsista vai, bolsista vem, e no momento que eu não estiver mais na universidade se tinha essa preocupação de como seria, se tivesse outro deficiente visual, talvez também não tivesse alguma experiência nessa questão da utilização das ferramentas de acessibilidade, software, também das próprias acessibilidades né, e de como seria possível então de novo se ter pessoas aptas a realizar esse serviço de adaptação de materiais. (JOHN)

O John também tece uma crítica em relação ao vínculo trabalhista dos profissionais que o atendiam, no momento em que o vínculo é superficial existe uma rotatividade grande em relação aos profissionais que o atendem. Em relação a isso, Ferraz (2021) destaca que práticas voltadas para Educação especial na educação superior frente a um projeto de educação que está a serviço do capital, indicam a descaracterização da função social das instituições responsáveis pela educação. A autora ainda menciona que a carência de recursos financeiros e humanos criam condições desfavoráveis para esses estudantes.

Ainda apoiada em Ferraz (2021), destaca-se que a inclusão educacional está condicionada às legislações vigentes e, nesse sentido, as políticas, as práticas e os discursos denotam a alguma pessoa ou setor a “tarefa” da inclusão. É necessário que se rompa com essa ideia e se compreenda que se trata de uma tarefa coletiva onde todos possuem sua parte de responsabilidade.

## 6.2 CAPACITISMO NO MERCADO DE TRABALHO E A LÓGICA UTILITARISTA DO CAPITAL

A experiência social das pessoas com deficiência, se comparadas com as das pessoas sem deficiência, é desigual devido a processos resultantes da relação capital e trabalho. Esses processos geram barreiras sociais, como a pobreza, por exemplo, que nos permitem observar a

experiência como uma expressão do viés social da deficiência. Cunha (2021) afirma que a docilização dos corpos os molda para a lógica produtiva.

Sendo a lógica produtiva voltada para a eficiência, agilidade, competitividade, etc., as pessoas com deficiência acabam sendo excluídas do mercado de trabalho formal. Essa exclusão, portanto, não ocorre apenas pelo fato de as estruturas sociais serem desiguais, mas também porque os corpos não são considerados úteis à inclusão no mercado.

Becker (2019) afirma que, com base na análise das informações de 51 países, o relatório da OMS (2011), pessoas com deficiência recebem, em média, menores salários, e as taxas de emprego para essas pessoas são menores em 53% para homens e em 20% mulheres, em comparação às pessoas sem deficiência. A autora define três pontos sob os quais é possível visualizar os canais pelos quais a deficiência afeta no mercado de trabalho, sendo eles: o grau de severidade, ou seja, as formas que a deficiência impacta na carga horária, na produtividade ou determina o tipo de tarefa que a pessoa pode executar.

O segundo ponto destacado por Becker (2019) está relacionado à falta de conhecimento dos empregadores em relação à deficiência da pessoa, quando o empregador já parte de uma visão discriminatória considerando que a pessoa terá menor habilidade para o trabalho e conseqüente menor produtividade. Por fim, o terceiro ponto são as formas pelas quais o capacitismo afeta o acesso à educação e à formação profissional dessas pessoas, como já mencionado em Torres (2018).

Pensando nos trabalhadores que concederam as entrevistas, destaca-se que o terceiro ponto apresentado pela autora poderia ser descartado. Sem desconsiderar as barreiras de acessibilidade e as limitações das instituições, todos participantes possuem formação em nível superior, o que já os coloca em uma posição de acesso à educação formal, mesmo com as dificuldades supracitadas.

Desse modo, é possível pensar juntamente com os participantes os dois primeiros pontos, tanto o grau de severidade quanto o desconhecimento do empregador. Tais afirmações se confirmam com as falas que seguem:

Eu estou em busca de emprego, a busca tem sucesso mas o encontro não e fui contatado por diversas empresas assim, eu tenho perfil no LinkedIn, e diversas empresas entram em contato comigo, principalmente multinacionais, porém eu não sei, eu acredito que exista um certo distanciamento do conhecimento acerca da minha deficiência ou talvez, assim, cada deficiência tem a sua particularidade, da mesma maneira que cada indivíduo tem a sua particularidade né, então cada um possuindo a deficiência que seja, não vai ser igual ao outro indivíduo, por mais que tenha o mesmo tipo de deficiência. Eu acredito que talvez os recrutadores não consigam avaliar as minhas condições de poder estar atuando na área, claro que a agronomia, a ciência do solo é uma área muito visual, mas ao mesmo tempo é uma área que se tem muito

espaço para trabalhos relacionados a condução das atividades de campo, do manejo das culturas, enfim. Nisso se entra uma série de atividades que poderiam ser exercidas por mim. (JOHN)

Na realidade apresentada sobre as pessoas com deficiência no Brasil, as pessoas cegas são as que menos conseguem acessar o mercado formal. A fala do John exemplifica tanto essa dificuldade de acesso quanto o caráter capacitista e utilitário do mercado e o desconhecimento relação ao grau de severidade. Assim, quando não há o reconhecimento prévio da utilidade do trabalhador, este é descartado.

Boa parte das vagas elas são como banco de talentos, que na verdade então não são vagas propriamente ditas né, seria a elaboração de uma audição ao que quer né, não sei dizer se isso é uma medida, assim, velada de buscar profissionais com deficiência para trabalhar, se velada em razão de terem algum certo receio com relação à justiça, não sei dizer, de que alguém poderia talvez sentir... não sei que palavra utilizar, mas, vamos dizer sentir alguma espécie de dano psicológico, emocional, algo assim, em razão da entrevista e talvez por isso optem por este meio, pois boa parte das oportunidades que eu encontro são sempre banco de talentos. A maior parte são banco de talentos sempre, tipo, desde o princípio eles frisam 'isso não é uma oportunidade de emprego, estamos construindo o nosso banco de dados para posteriormente, caso houver uma vaga, a gente entrar em contato com as pessoas que estiverem aptas para exercer determinada atividade'. (JOHN)

Na sequência da fala do John, ele expõe que já passou por diversas entrevistas de emprego, que foram renomeadas para criação de banco de talentos. A hipótese do John é que se trata uma tentativa do empregador ou empresa evitar qualquer dano às pessoas com deficiência que porventura possam pensar que serão contratadas. O banco de talentos, na verdade, é utilizado pelas corporações para reunir profissionais aptos a ocupar diversos cargos em uma espécie de banco de dados onde as empresas selecionam as pessoas que mais se adequam aos cargos.

Faz-se importante retomar que os movimentos de desenvolvimento industrial e científico que acontecem de forma paralela não são casuais, o desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, o fortalecimento da estrutura capitalista passa a organizar a sociedade a partir da venda da força de trabalho. Tal relação de troca - força de trabalho em troca de salário - amplifica a necessidade de sujeitos saudáveis e produtivos. Assim, a deficiência passa a ser considerada como um problema que precisa ser tratado e corrigido. A experiência da deficiência no campo da biomedicina fica, portanto, situada no âmbito individual.

Desse modo, é importante compreender que, antes de definir deficiência, existem poderes que se exercem sobre o como o corpo é entendido na sociedade capitalista e determinam sobre ele sua utilidade (CUNHA, 2021).

Breton (2013) afirma que os corpos são como construções simbólicas em que suas representações buscam encontrar um sentido. Contudo, os corpos não têm sentido apenas pelas suas características anatômicas, mas também a partir da sua participação na sociedade, pois a cultura, a interação com as dimensões sociais da vida, também tem o papel de conferir sentidos aos corpos.

O corpo pode ser encarado a partir de uma visão orgânica, esse olhar proveniente da medicina clássica separa o corpo das suas dimensões sociais e políticas, provocando uma individualização, própria do capitalismo na compreensão do fenômeno.

Contrapondo a concepção orgânica, o corpo pode ser compreendido como um objeto que pode ser moldado e treinado escapando dos aspectos puramente biológicos e permeado por relações de poder que determinam sua forma. Nessa tentativa de controle dos corpos se estabelecem os modelos de concepções de deficiência, seja a partir de uma visão individualista, de tragédia pessoal, de necessidade de tratamento e reabilitação.

Luz (2014) afirma que as instituições médicas estão a serviço da recuperação dos corpos para o trabalho produtivo, sendo fundamentais para a reprodução do sistema capitalista, sendo assim, a reabilitação de um corpo deficiente ultrapassa a inclusão social pois exerce uma tentativa que em algum momento este seja útil dentro do modo de produção.

Como já explanado anteriormente, o modo de produção capitalista se sustenta a partir da venda da força de trabalho, que, para garantir a subsistência, transforma a sua capacidade de existir e manipular a natureza em mercadoria. Embora Marx fundamente sua teoria na modernidade, cujas jornadas de trabalhos eram mais extensas, a divisão sexual do trabalho intensificada, já existisse trabalho infantil e precariedade de direitos trabalhistas, o modo de produção, mesmo incorporando algumas demandas dos trabalhadores, produziu uma sociabilidade específica desse modelo econômico.

Iasi (2011) afirma que, embora as relações produzidas pelo modo de produção pertençam a um plano objetivo, nossa construção enquanto sujeitos sociais é afetada no plano da subjetividade. Desse modo, mesmo que tenhamos escolhas no campo das aparências, as engrenagens do sistema são capazes de incidir sobre nossos processos de consciência e ainda que não possuam uma forma real, as bases ideológicas que compõem as relações produtoras de alienação se expressam na realidade. O trabalho passa, portanto, a ser considerado um mecanismo de sobrevivência na sociabilidade do capital.

Tendo apontado tais questões, destacamos que a sociabilidade mencionada invade todas as esferas da vida, incluindo o corpo e nossas concepções sobre esse corpo. O ritmo da sociedade do capital exige um corpo reativo, que se porta de maneira útil, buscando eficiência

e rendimento e desprovido de experiências sensoriais que permitam explorar as potencialidades dos sentidos (FORTES, 2019). A autora afirma que o corpo, que recebe os influxos da sociabilidade do capital, experimenta uma redução extrema das possibilidades sensoriais uma vez que o metabolismo capitalista condiciona apenas algumas possibilidades de manifestação das potências humanas.

Os relatos apresentados nesse núcleo vão apontar para os três pontos mencionados: o capacitismo em relação a severidade/produzitividade, o capacitismo em relação ao desconhecimento por parte dos empregadores e em relação à educação, embora esse último ponto tenha sido mais amplamente discutido no que se refere à formação, considerando que os participantes possuem formação superior.

Em relação ao primeiro ponto, é possível verificar no relato da Dorina o impacto da severidade da deficiência em relação à produzitividade exigida para os cargos que a participante tentou entrevista ao longo de sua trajetória.

E aí essa vaga era pra pessoa com deficiência, era de auxiliar administrativo, alguma coisa assim, assistente administrativo. E aí eu fui pra ver a vaga, né? E digo não, vou ver, né? Se diz pra exclusivamente pra pessoa com deficiência... Aí eu fui na seleção, com a minha mãe, ela ficou lá fora aguardando, e aí eu entrei. Só que o que acontece? Primeiro que a pessoa colocou que era pra pessoa com deficiência, já se espera que vá a pessoa com deficiência. Aí eu fui, só que eu percebi durante a entrevista, **que a pessoa ficou assim, como é que eu vou te dizer? Desapontada.** Eu acho que é a palavra, **porque ela achou que ia ter outra pessoa, com outro tipo de deficiência.** Porque em todos os lugares em que não me conhecem, eu chego e falo: “olha, eu tenho baixa visão”, e o que que acontece, eu não enxergo as pessoas de longe, eu não enxergo o rosto, eu não enxergo pra ler placa, não consigo ler material de longe, material de perto tem que ser com leitura ampliada. Então eu chego e vou falando isso. E na época eu cheguei e a moça e disse, olha vai fazer mais administrativo, mexer com papel, computador. Aí eu expliquei como é que funcionava, né? **Olha eu consigo utilizar o computador, eu só amplio, dou o zoom onde eu mexo ali, amplio todo ele, a tela tem que ficar bem próximo do meu rosto.** Falei, né? E aí eu disse, olha, o detalhe só que eu não consigo, por exemplo, se alguém chegar falar comigo, eu não vou conseguir distinguir o rosto, eu falei sinceramente o que é, não vou mentir que eu enxergo, né? **Eu notei que a pessoa ficou tipo assim “ah a gente esperava que viesse uma pessoa com deficiência, mas que fosse, ah, uma deficiência física”.** Bem assim ela falou, que ela não esperava que fosse como uma deficiente visual”. (DORINA)

Mas eu me senti um pouco mal no momento que ela disse “ah, essa vaga era mais pra tal pessoa com deficiência”, como se ela tivesse delimitando que era pra tal pessoa. E aí eu pensei assim, **mas por que que ela botou (sic) a pessoa com deficiência no total então? Se ela queria uma pessoa com deficiência física.** Né? Não sei, **na época eu custei assim pra sair daquele impacto da entrevista, não foi uma experiência boa.** E essa foi a minha primeira entrevista, o detalhe foi esse como eu disse, eu nunca tinha passado por outra entrevista, nunca tinha feito, e aí passei por essa aí e assim, não né? **A pessoa simplesmente deu a entender que me descartou porque eu tinha baixa visão.** (DORINA)



A vaga pretendida pela participante era de revisora de textos e, embora ela tenha a formação necessária para desempenhá-la, foi descartada pela empresa por não atender a expectativa em relação à pessoa deficiente “esperada”. Quando a entrevistadora afirma que esperava alguém com deficiência física, está dizendo que para desempenhar tal função esse corpo é útil, pois não rompe com as premissas do tempo de produção, de eficiência, dentro da lógica do mercado, enquanto, possuindo baixa visão, a participante necessitaria de adaptações na forma e no tempo da produção, tornando-a inapta para o trabalho, pois retardaria a produção.

Os apontamentos da participante demonstram o quanto as políticas atuam no sentido de trazer utilidade para os corpos que divergem do ideal de eficiência capitalista. Entretanto, mesmo na busca pela utilidade, alguns corpos simplesmente não vão se encaixar em determinados espaços, uma vez que rompem com o princípio da pressa e da produtividade que é característico desse modo de produção, como menciona Dorina a respeito de outra entrevista que realizou:

[...] era um cargo de revisor, aí eu não falei nada, só que daí chegando lá eu disse pra moça. Eu digo: “ó, eu não enxergo de longe, eu não consigo enxergar muito de perto” **daí ela me deu um teste na hora lá pra fazer, um teste de revisão.** A letra era pequena e **tive que usar a lupa porque eu não enxergava, e eu demorei um pouco a mais,** ela tinha **dado prazo** um pouco curto assim, **de uns quinze minutos eu acho, e fiquei uma meia hora quase, eu não conseguia ler rápido.** (DORINA)

Considerando o exposto, é preciso destacar que Marx, ao realizar a análise presente em o Capital (2017) elabora uma crítica que se opõe a teoria do valor utilidade amplamente difundida no período de expansão do capitalismo. Ou seja, enquanto a teoria do valor utilidade, que está sendo construída pelos economistas contemporâneos a Marx, compreende que o valor das coisas não depende do tempo do trabalho mas sim da sua utilidade, a teoria do valor trabalho, desenvolvida por Marx, afirma que o valor (preço) das coisas está diretamente relacionado com o tempo destinado para produzir os bens.

Portanto, o que determina o valor de uma coisa é o tempo empregado para produzi-la. Nesse sentido, a teoria do valor trabalho de Marx (2017) desmonta a ideia que a sociedade é uma sociedade de homens livres e iguais.

Ao analisar a mercadoria e sua circulação no mercado, Marx (2017) afirma que a ideia de trabalhadores livres, que podem escolher vender ou não sua força de trabalho é algo que só se apresenta na aparência, pois não existe uma troca equivalente de mercadorias, como se defendido até então, visto que uma jornada de “x” horas de trabalho para um valor “x” de salário não representa uma troca justa. A aparência diz que todos são proprietários, alguns dos meios

de produção e outros da força de trabalho e é sobre essa aparência que se advoga uma suposta igualdade desmontada na crítica à economia política, descrita por Marx (2017).

O autor afirma que nesse universo de trocas existe uma mercadoria que se difere das demais, sendo ela a **força de trabalho**. A excepcionalidade da força de trabalho, se dá visto que ela é a única que produz valor e que custa muito menos do que ela produz. Esse valor produzido pela força de trabalho é apropriado pelos donos dos meios de produção, ou seja, não é pago. Desse modo, não há igualdade ou liberdade para vender ou não a força de trabalho, pois, quem não detém os meios de produção, necessita vender a força de trabalho para manter a subsistência.

Para tecer a crítica construída até então, Marx inicia sua análise pela compreensão da mercadoria, segundo o autor “a riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista, aparece como uma enorme coleção de mercadorias” (2017, p.117). Como já descrito anteriormente, na fundamentação teórica deste estudo, a mercadoria possui um valor de uso e um valor de troca. De forma simplificada, o que Marx (2017) afirma em relação ao valor de uso, é que ele não determina o valor da mercadoria, ele também serve como suporte para esse valor final, mas em si, não é capaz de determinar, enquanto que o valor de troca carrega o valor. Por exemplo, em o capital (2017), Marx utiliza o exemplo do linho; vinte varas de linho equivalem a um casaco, mas vinte varas de linho podem equivaler a uma quantidade “x” de café ou também, uma quantidade “x” de ouro, ou independente qual for a troca que possa ser realizada. Portanto, se nem o valor de uso, nem o valor de troca são capazes de determinar o valor da mercadoria, o que é que determina? Para Marx (2017), o valor depende do tempo de trabalho empregado na produção da mercadoria.

O dinheiro passa a ser, portanto, uma expressão geral do valor de troca comum a todas as mercadorias para dizer o seu valor. O valor de uso é a forma natural, é uma determinação culturalmente estabelecida e compactuada que se cola no produto do trabalho humano. Desse modo é importante pensar que, para ser mercadoria a coisa tem que ter valor e precisa ser fruto do trabalho humano para o uso de terceiros. A mercadoria precisa circular, ou seja, ter valor de uso, ser produzida pelo trabalho humano para terceiros e chegar na mão dessa terceira pessoa.

A substância do que analisa Marx (2017) em relação ao valor é o TEMPO DO TRABALHO, quanto maior o tempo de trabalho empregado na produção da mercadoria, maior o seu valor, a isso Marx irá chamar de tempo de trabalho socialmente necessário.

Existe a forma de circulação simples da mercadoria que é vender para comprar e o que Marx (2017) irá definir como capital é o **movimento de valorização do valor**. Esse movimento consiste em uma quantidade “x” de dinheiro empregado nos meios de produção de

uma mercadoria, assim como nos insumos necessários para produção, na compra da força de trabalho para produção desta mercadoria e por fim, na venda e no retorno em maior valor de dinheiro do que o empregado inicialmente. Esse valor extra acrescido à mercadoria, que retorna diretamente para as mãos dos donos dos meios de produção, surge essencialmente da apropriação do valor produzido pelo emprego da força de trabalho na produção da mercadoria.

O capital é, portanto, uma relação social: compra e venda da força de trabalho. Desse modo, não existe valorização da mercadoria sem força de trabalho, sem a apropriação desse mais valor produzido pelo emprego da força de trabalho que na teoria marxista é chamado de mais valia, ou seja, materializa-se a exploração.

Nesse sentido, é fundamental pensar em tempo de trabalho no contexto da economia política, pois, considerando o exposto, quanto menos tempo de trabalho empregado na produção da mercadoria (seja material ou imaterial) mais se aumenta a taxa de lucro dos donos dos meios de produção.

A história do desenvolvimento do capitalismo e da acumulação consiste no investimento em tecnologia e formas de trabalho de viabilizem a diminuição do tempo na produção da mercadoria, vide o fordismo e o toyotismo e até mesmo as formas mais atuais da uberização do trabalho, pois o dono do meio de produção que detém as técnicas de maior produção em menor tempo possui a maior taxa de lucro.

Assim, quando pensamos em trabalhadores e trabalhadoras que por limitações físicas necessitam empregar maior tempo na produção de mercadorias, há uma conseqüente diminuição na taxa de lucro do empregador, ou seja, no contexto em que impera o aumento da taxa de lucro e acumulação do capital, há uma tendência de que pessoas com deficiência sejam descartadas pelo mercado, levando ao desemprego ou subempregos e ao empobrecimento.

Conforme mencionado em relação à política de reserva de vagas, a partir de um número específico de trabalhadores por empresa, muitas empresas se veem na obrigação de realizar esse contrato. As falas apresentadas na sequência indicam mais uma vez que a questão da deficiência antecede qualquer questão profissional ou de formação, indicando o que Becker (2019) já menciona em relação ao capacitismo associado ao desconhecimento, que gera uma preocupação sobre as adaptações necessárias, a produtividade do trabalhador e as tarefas que poderão ser executadas. A deficiência se sobrepõe a pessoa do trabalhador, como demonstram as participantes Vanessa e Maysoon.

Só que sempre foi, as entrevistas assim digamos, sempre foram muito pautadas na deficiência, né? Assim, o foco principal é a deficiência, então “ah o que que tem, o que que é, como é que faz, o que isso te impede, o que tu deixa de fazer por ter isso,

o que precisa para conseguir desempenhar a função...”, é em volta disso, no fundo tem a Vanessa profissional. Mas o principal é escutar “e aí se a gente te contratar, o que a gente precisa, o que que tem que ter, o que que adapta, o que que não adapta, consegue fazer isso, consegue fazer aquilo”. E aí era pra... tinham vagas que eram direcionadas a pessoas com deficiência e outra eu sempre me inscrevi em vagas no geral, enfim, o que que surgia. E mesmo as vagas destinadas a pessoas com deficiência eu sempre também... batia nessa mesma tecla geralmente assim, dessa, uma entrevista, esse primeiro olhar da pessoa que entrevista bem capacitista, que a gente sabe do olhar bem focado na deficiência. (VANESSA)

Bom, as pessoas sempre nos nivelam por baixo. Quando eu falo que tenho graduação mesmo, a pessoa de RH que deveria estar acostumada com isso fica “uau, ela tem uma graduação”, sabe? Eu recebi algumas ligações pra minha casa, que eu ouvi do recrutador “mas é verdade que você tem uma pós-graduação?”, a função era limpar folhas, em uma empresa de tabaco. Então eu acho que isso exemplifica muito, né? Um pouco do da nossa realidade. (MAYSOON)

Outro relato que exemplifica o capacitismo e o desconhecimento por parte do empregador é trazido pela participante Maysoon, ela menciona que na entrevista foi questionada se iria tirar atestado. É comum a preocupação dos empregadores ao contratar uma pessoa com deficiência com possíveis atestados médicos, conforme aponta Cunha (2019). Nada indica que um trabalhador sem deficiência não necessitará de um atestado, principalmente nessa lógica de trabalho intensa que cada vez mais tem adoecido os trabalhadores, entretanto, para as pessoas com deficiência, essa questão vem de forma mais escancarada, gerando constrangimento e, dependendo do grau de severidade da deficiência, uma possível não contratação.

E teve uma vez também que me marcou muito, que **eu fui fazer a entrevista numa televisão para repórter**, enfim, estava estudando jornalismo. E a jornalista responsável comentou: **“mas tu não vai pegar atestado o tempo todo né?”**. Ou seja, primeira coisa: se eu preciso fazer tratamento é meu direito, e é um absurdo, é um absurdo sem fim. **Nesse momento eu vi que meu corpo não era aceito no mundo das câmeras.** (MAYSOON)

Outro ponto que destacamos é que muitas vezes a menor produtividade pode ser uma consequência específica da condição da deficiência, mas, em grande parte dos relatos, está relacionada às questões próprias da de infraestrutura, serviços e recursos adequados no local de trabalho. Como é possível observar nas falas que seguem:

E tinha uma outra questão que, por mais que eu sempre gostei muito de dar aula, né, minhas experiências que eu tive durante o estágio e tal, eu sempre tinha muito... sempre era algo que me criava um pouco de angústia porque **eu tinha que adaptar as minhas aulas né, ao ambiente que tivesse um retroprojeto, porque né, não ia conseguir escrever no quadro**, aí sei lá, falta luz, faltava sempre, era um ambiente que sempre em algumas situações me deixava meio “não sei o que vou encontrar hoje” sabe, “será que hoje vai funcionar o retroprojeto? **será que não está na sala de uma**

**outra escola, será que não queimou?”**, e isso tudo implicava no meu trabalho digamos assim. Então isso era um pouco... uma coisa que eu tinha um pouco de medo assim, de me lançar na minha área e o quanto... **por mais que fosse algo que eu gostasse muito mas tinha que ser quando desse certo**, digamos assim. Porque às vezes algum ou outros percalços que para quem sabe outra pessoa né, sem deficiência, não teria tanto problema, seria uma questão só de adaptação, pra mim implicava em não ter aula que eu tinha planejado. E aí como que eu faço isso, sabe? Então era algo que tinha um pouco de angústia assim, eu tinha nesse... um pouco de... **“tá mas e aí, eu defendo que tenha retroprojeto nas salas, que tenha o datashow na escola, eu defendo que eu possa trazer, se alguém me ajude a trazer se ele não está na sala né”**, várias coisas. (VANESSA)

Faltava cadeira acessível adaptada, que é uma cadeira que eu preciso que o meu encosto seja manejado, sabe? Essa é a minha principal necessidade, assim. E a [nome da instituição] depois de muito tempo, olha, muito tempo, se eu perguntasse, “e aí? E a cadeira?” a mulher dizia “não, não tem cadeira”. E aí foram comprar assim de imediato a cadeira e foi uma bosta porque a cadeira é uma merda. Porque é isso também, você não consegue... você tem que comprar de licitação, e se você compra de licitação, você tão pouco... a pessoa que está fazendo a compra não sabe quais são as especificidades. (LEANDRA)

A residência é totalmente capacitista, né? Porque não tem como nenhuma pessoa com deficiência fazer uma residência multiprofissional, pelo menos as que eu conheço, né? E eu participo de fóruns de residência, né? Pelo que eu escuto também falarem, mas primeiro que assim, tanto o hospital quanto as unidades de saúde, por exemplo, se foi uma pessoa cadeirante, nem cabe assim, tipo, nem tem sala pra se locomover, não tem espaço. (LARA)

Pra ter uma ideia nessa empresa aí quando eu comecei eu fiquei dois meses sem computador, eu tinha que todo dia bater o cartão e ficar sentado, porque não tinha computador, porque a empresa não tinha fornecido computador ainda. Multinacional muitas vezes é bem bagunçado. Então eu já sabia que não era um trabalho que, não é que seja difícil, sabe? Mas bem estressante, lidar com metas e coisa. (MARIATEGUI)

Sinto dificuldade com relação principalmente a por exemplo, por mais que eu tenha um certo apoio ali com relação a minha deficiência, a gente sabe que as empresas elas realmente não investem nessa questão de ter um local de trabalho. Se elas não investem pra pessoas que não tem nenhum tipo de déficit físico, deficiência física, se para as pessoas assim que não tem elas já não investem no ambiente de trabalho, imagina pra nós, né? E eu preciso muitas vezes de uma bancada pra poder mexer em caixas ou pegar materiais que tem que pegar, algumas coisas são pesadas e eu tenho que pedir ajuda, são pouquíssimas coisas que são, mas algumas coisas são pesadas. Ainda bem que eu tenho colegas que são legais, que fazem tudo sabe, mas a questão principal pra mim é a questão de estrutura. (MARIATEGUI)

**Tem alguma atividade que tu não consiga realizar por conta de uma falta de acessibilidade? (Natali)** Até teria eu acho, por acessibilidade quando eu preciso pegar alguma coisa que é pesada e não tem ninguém lá. Eu não tenho como tirar essa... esse item, essa caixa, vamos dizer assim pesada. Eu não tenho um carrinho, eu não tenho uma saída rápida que eu possa já sair e levar ela pra rua, sabe? Eu já tenho que passar por todo o escritório e sair lá pela frente da empresa, e aí é bem difícil a saída, porque a empresa é no térreo do prédio. Então, ela tem uma estrutura bem diferente assim sabe, não é uma estrutura para retirar coisas grandes. (MARIATEGUI)

Nos relatos acima, de profissionais de diferentes áreas, o ponto comum são as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores em decorrência da necessidade de adaptações

básicas de acessibilidade. Nesse sentido, a ideia de associar pessoas com deficiência com menor produtividade acaba sendo reforçada diante das inaptidões dos locais de trabalho. Essa lógica de culpabilização do trabalhador e individualização das questões é própria das mudanças geradas pelas políticas neoliberais que aceleram a precarização, promovendo outros formatos de trabalho com cada vez menos garantias trabalhistas e propagam a individualização das relações de trabalho.

No caso dos/das participantes com TEA, embora submetidos aos mesmos percalços enfrentados pelos outros trabalhadores, as manifestações do capacitismo parecem acontecer de forma mais velada. Ambos os participantes entrevistados possuem uma boa comunicação e relatam questões mais relacionadas a aspectos comportamentais/sensoriais, como organização no espaço de trabalho, demandas por trabalhos coletivos e principalmente a falta de compreensão por parte dos empregadores em relação às suas necessidades.

Mas por exemplo, entrevistas que tinham partes em equipe, assim tipo dinâmicas em equipe, eu nunca conseguia ir para frente. Mas essa questão de dinâmicas em equipe eu sempre rodava por que não era plausível para as empresas ter alguém como eu. E era muito nítido, depois quando eu recebi o diagnóstico efetivamente, que as coisas que as empresas apontavam que eram erradas, eram exatamente as características autistas. (TEMPLE)

O trecho retirado da entrevista menciona sobre experiências na procura de empregos antes do diagnóstico de TEA<sup>7</sup> por parte da participante. Segundo ela, não era plausível para empresa ter alguém como ela, referindo-se a comportamentos mais metódicos e introspectivos. Leopoldino (2015) afirma que pessoas com TEA relatam, principalmente, três maiores dificuldades na inclusão no mercado de trabalho: dificuldade em conseguir emprego, em manter-se nele e a obtenção de uma colocação compatível com a sua formação e expectativas.

O autor também destaca que problemas com a socialização e a comunicação, comportamentos repetitivos e atípicos, hipersensibilidade, assim como questões estruturais dificultam a inclusão e permanência desses trabalhadores no mercado. O ingresso no mundo do trabalho, na maioria das situações, irá exigir desse trabalhador a participação em processos seletivos, a adaptação a novas rotinas e procedimentos para os empregos; domínio da comunicação do local de trabalho; convivência com demandas sensoriais do local de trabalho; organização e planejamento, entre outras questões que provocam intensa carga de estresse,

---

<sup>7</sup>. O Transtorno do Espectro Autista é um transtorno do neurodesenvolvimento, caracterizado por padrão restrito e repetitivo de comportamentos, dificuldades de interação social e de comunicação (APA, 2014). As pessoas com TEA são reconhecidas como pessoas com deficiência, após aprovação da Lei 12.764, em 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo – (TEA) (BRASIL, 2012).

influenciando a saúde mental das pessoas com TEA, tornando-as mais suscetíveis a problemas como depressão, ansiedade e ataques de ira (LEOPOLDINO, 2015).

Tinha um trabalho específico CLT que aconteceram várias coisas, inclusive assédio, e não resolveram, não tiveram aptidão suficiente para resolver na época, e eu pedi demissão, não aguentei. Também gestores que não conseguiam ter uma comunicação assertiva, que não estavam abertos a conversar ou a efetivamente ter uma pessoa neurodivergente (sic). Sempre que acontecia alguma coisa nesse sentido eu acabava saindo. (TEMPLE)

A fala da Temple retoma a individualização das consequências do capacitismo, que mesmo sendo criadas de forma externa a participantes, próprios de estruturas capacitistas a levaram a sair do trabalho por não aguentar as situações de sofrimento as quais foi exposta. Na sua fala, situações que a levaram a sair do trabalho em decorrência de assédio e dificuldades de comunicação aconteceram diversas vezes.

No Brasil, o Artigo 37 do Decreto nº 3.298/1999 estabelece que a pessoa portadora de deficiência<sup>8</sup> tem o direito de se inscrever em concurso público, sendo reservado, no mínimo, o percentual de cinco por cento em face da classificação obtida. O Artigo 93 da Lei nº 8.213/1991 estabelece que a empresa com 100 ou mais empregados deve preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência. No caso da garantia da renda mínima, o programa de Benefício da Prestação Continuada (BPC), da Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742 /19 93, prevê o pagamento de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove que não possui meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família.

Em 2017 eu fiz um concurso público da defensoria pública do estado e aí eu fui bem no concurso para a vaga PCD, que era cargo administrativo. Em, sei lá, 2018, 2019, me chamaram, porque eu vi que tavam chamando e pensei “ba, vão me chamar”. Me chamaram, fui nomeada, fiz a perícia do Estado e fui reprovada né. A perícia do estado reprovou como... pediu... um faz um... recurso, pra perícia, porque eu fui só lá na frente do médico, ele me disse “ah tu precisa me trazer atestados”, eu levei atestados do meu médico pessoal dizendo que eu não tinha nada que me impedisse de exercer a função do trabalho, o que eu tinha, o que eu tenho, enfim, a deficiência, da doença que eu tenho, mas que isso não impedia em nada no meu trabalho. E aí a perícia considerou só como não né, porque eu não fui apta. Aí eu entrei com recurso, quando eu entrei com recurso, dali um mês, daí continuou, deu negativo né. Daí eu entrei na justiça, daí depois de um mês ou dois eu ganhei uma liminar do juiz dizendo que eu tinha que tomar posse, isso era em 2018, 2019, que eu tinha que tomar posse enquanto não se regularizasse, não se decidisse isso, porque foi a liminar do juiz né... que era para eu tomar posse enquanto não sásse o resultado final processo digamos assim. Mas que eu podia perder pelo fato de eu ter passado na minha área e tal. Aí eu fui, porque era lá em Porto Alegre né, aí eu fui pra lá, tava procurando apartamento, no dia de assinar a posse, quando eu tava chegando na defensoria para assinar a posse, a

---

<sup>8</sup> Termo em desuso, porém, é o que está presente na política em questão.

defensoria me manda mensagem me dizendo “Vanessa, o estado recorreu, passou a liminar, não tem como tu tomar posse”. E daí desde então eu to com esse processo porque eles não justificaram nada, a justificativa deles foi que a minha doença poderia atrapalhar ou digamos assim, poderia ser que daqui um tempo eu vá querer que o estado... que eu vá deixar de trabalhar e daí isso vai uma oneração digamos assim, vai ter que arcar comigo. Só que tipo, tu não pode julgar uma pessoa só porque ela tem uma deficiência, e eu passei em uma vaga já específica digamos assim, tu já sabia que a pessoa tinha. Enfim, e aí eu to desde tal eu to com esse processo, esses tempos até eu falei com um advogado e ele disse que com a pandemia parou tudo, só que isso mostra o capacitismo dentro do órgão né, que não deveria ser capacitista. Porque eu estou fazendo o trabalho atual que eu estaria exercendo pelo o estado, que eles me consideraram não capaz, e faz 2 anos que eu trabalho. (VANESSA)

O caso da Vanessa exemplifica as contradições presentes na própria política de reserva de vagas e os limites presentes no Estado liberal burguês que vende uma ideia de imparcialidade, promoção de direitos e justiça, entretanto, corresponde à mesma lógica econômica. A participante ainda menciona que se trata de um espaço que “não era para ser capacitista”, demonstrando acreditar no fetiche do contrato liberal, que mascara uma sólida ligação entre o liberalismo político e econômico que é insuficiente para alimentar um projeto emancipador (MIGUEL, 2021).

Silva e Marcasa (2020), ao descreverem sobre o Estado moderno na concepção liberal, afirmam que o Estado possui a função de regulamentar os direitos naturais, ou seja, a liberdade e a propriedade, além de conceder direitos civis e políticos e assegurar o pacto social. Nesse sentido, no Estado, que nasce a partir do contrato social, seriam resolvidos os conflitos e prevaleceria a vontade geral em detrimento dos interesses privados. Na concepção liberal de Estado, o governo tem uma função executiva, e “pelo poder e força que lhe são conferidos, deve agir em nome das leis estabelecidas pelo consenso geral a fim de garantir a ordem constituída pelo contrato” (SILVA;MARCARA, 2020, p.210).

Como já nos indicava Marx (2021), a concepção liberal de Estado representa o nascimento da sociedade burguesa e o desenvolvimento do capitalismo. Desse modo, não há um reino de consenso e acordos, muito pelo contrário, o Estado liberal garante unicamente a liberdade de mercado e a propriedade privada. Silva e Marcasa (2020), ao analisarem o estado burguês em uma perspectiva marxiana, destacam que ele “é expressão da concentração da luta, dos conflitos e da dominação de classes entre dois grupos fundamentais: a burguesia e o proletariado” (SILVA;MARCARA, 2020, p.211), ou seja, se o poder está concentrado na burguesia, está se torna a classe dominante, cujos interesses, ao penetrarem a esfera do Estado, confundem-se com a vontade geral.



Ao analisarem o Estado moderno no século XIX, Marx e Engels (2001, p.27) afirmam que “governo moderno é tão somente um comitê que administra os negócios de toda a classe burguesa”.

É antes um produto da sociedade quando esta chega a determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos inconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes, não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 1984, p. 177)

Em outras palavras, o Estado burguês é a declaração da universalidade abstrata do cidadão e da particularidade concreta do indivíduo privado (burguês), ou seja, da vivência, no plano ideal, de valores como igualdade e justiça, enquanto reina a desigualdade e a injustiça realmente existentes entre os indivíduos. A existência do Estado como totalidade, visto como representante do interesse geral, convive com os pressupostos da vida egoísta, que continuam a existir na sociedade civil, fora da esfera política (MARX; ENGELS, 2001, p. 213).

Lênin, ao analisar as características comuns entre a formação do Estado em diferentes partes do mundo, destaca que o ponto comum dessas sociedades é a defesa, por parte do Estado das condições burguesas de produção. Desse modo, retomando Engels (1984), Lenin (1919) afirma que houve um tempo em que o Estado não existia, ele passa a existir quando surge a divisão da sociedade em classes e conseqüentemente, aparecem exploradores e explorados.

Para Lênin (1919 p. 179) o Estado é um “aparelho de aplicação sistemática da violência e para submissão dos homens pela violência”. O autor defende que independente da forma política, seja ela república, monarquia, aristocracia, o estado burguês é próprio da sociedade dividida em classes e sempre será da classe dominante.

Desse modo, a crença no estado como o órgão que “não deveria ser capacitista” se desfaz visto que se o Estado liberal atua no sentido de proteger os direitos da burguesia. As limitações das políticas sociais, que são criadas para produzir mais consenso em relação ao Estado liberal, de acordo com Netto (2011), se apresentam quando os ideais não correspondem com os de mercado, como foi o caso da Vanessa.

Deixa eu ver... É que escancaradamente, no meu ambiente de trabalho eu nunca percebi nada capacitista. Mas eu acho que aquela coisa mais velada, ou talvez assim, eu costumo dizer, institucionalizado. Por exemplo, eu percebia que outros servidores eram mais valorizados do que eu, e isso fazia eu me questionar se era por eu ser uma pessoa com deficiência ou não. E isso acontece, tipo, eu já passei por uma situação em que o meu nome foi colocado em uma discussão, a gente estava falando de coisa

de trabalho, eu falei um pouco, eu estava nessa reunião, foi falada uma coisa sobre mim e outra pessoa falou assim “ah mas eu acredito que você não está capacitado para fazer tal coisa”. Daí também eu fiquei assim, será que é porque eu sou uma pessoa com deficiência? Eu nunca sei quando é uma coisa ou quando é outra, porque hoje em dia as coisas são tão veladas, e as pessoas costumam também falar pelas costas e preferem não se expor e não se colocar no debate, que eu fico em dúvida muitas vezes. (CRISTY)

### 6.3 PRECARIZAÇÃO E ADOECIMENTO, INTERFACES DO EMPOBRECIMENTO DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA

A minha coluna gasta muito dinheiro. Para manter a minha saúde eu gasto muito dinheiro. Então, de saúde por mês eu gasto mais ou menos mil reais, eu já gastei mil e quinhentos. E não, não dá. Primeiro que assim, quando eu era muito nova, quando eu tinha treze anos, quatorze anos, eu sabia que eu precisava de um trabalho que fosse estável pra manter a minha coluna, eu sempre soube isso, sempre soube que eu precisava trabalhar e estar num lugar que pudesse manter a minha coluna. E hoje eu trabalho e faço as coisas pra manter a minha coluna. A longo prazo, inclusive eu faço doutorado não é porque eu quero não, é porque eu preciso de dinheiro. Numa pesquisa que é muito significativa pra mim e politicamente, a minha pesquisa é muito política, mas é para eu manter a minha coluna, no futuro. Ela já me dá muito gasto e ela vai me dar mais. (LEANDRA)

O trecho que abre esse núcleo foi retirado da entrevista de uma trabalhadora da educação infantil. Embora as dimensões da precarização e do empobrecimento façam parte da lógica de reestruturação do capital e atinjam todos os trabalhadores, existem peculiaridades em que a questão da deficiência torna esse processo ainda mais evidente.

Considerando o que já foi discutido sobre corpo útil e as demandas que a lógica capitalista impõe aos trabalhadores, além das perversas relações capacitistas que esses trabalhadores estão expostos nos mais diversos ambientes de trabalho, esse núcleo irá abordar como essa precarização está mascarada sob o olhar da benevolência das políticas públicas de inclusão, que possuem uma estrutura limitada e como a própria inclusão laboral não cabe na mesma estrutura que foi pensada para um corpo sem limitações, uma vez que amplia as demandas de saúde desses trabalhadores fazendo-os utilizar o salário do emprego já precarizado com os cuidados em saúde.

Eu consegui recurso de fisioterapia de graça ali na faculdade com os estagiários, então eu até pago a fisioterapia particular, só que eu consigo só duas vezes. O certo era fazer no mínimo três vezes por semana. Eu faço duas vezes por semana. Pela minha condição, né? Eu pelo menos não posso perder o que eu já tenho de ganho de mobilidade e força, então essas duas vezes por semana eu mantenho, mas eu tenho que evoluir muito mais. (FRIDA)

Nossa, eu acho que a remuneração de quase ninguém nesse período que a gente tá atravessando é condizente com o trabalho desenvolvido. Bom, eu faria muito mais

coisas importantes pra mim, **de saúde mesmo**, tipo plano de saúde, faria mais atividade física com certeza, que é uma dificuldade que eu tenho muito. Respondendo a tua pergunta, aos trancos e barrancos a gente vive. (MAYSOON)

Exemplificando a questão do empobrecimento, adoecimento e condições de vida da pessoa com deficiência, a fala da Frida demonstra que, tendo o dinheiro necessário para realizar as fisioterapias, ela conseguiria evoluir em relação a mobilidade e força, o contrário, ainda a coloca em uma situação de perda desses movimentos. No caso da trabalhadora citada, ainda há uma série de outros fatores que a colocam em situação de maior vulnerabilidade em relação à renda, pois, por ser uma profissional liberal, que atua de forma autônoma sem regulação trabalhista, não possui garantias básicas como plano de saúde, atestados, licenças, afastamentos remunerados, redução de carga horária, entre outros.

Situação parecida vivencia a participante Maysoon, também trabalhadora que possui o vínculo empregatício como MEI (microempreendedor individual) ou seja, profissional autônomo que dispensa por parte do empregador boa parte dos direitos trabalhistas. A participante relata o quanto sua condição de saúde poderia ser melhor se possuísse uma remuneração que permitisse que ela, para além de sobreviver, pudesse realizar tais atividades.

Com o avanço da globalização e das políticas neoliberais, vivenciamos um momento de exclusão de uma massa de trabalhadores do mercado de trabalho formal, ao mesmo tempo em que se ampliam os debates sobre a importância das políticas de inclusão da parte marginalizada da sociedade. As pessoas com deficiência são parte desse debate, que, muitas vezes, possui um caráter contraditório, visto que o trabalho para esse grupo é sustentado em uma ideia de emancipação, de autonomia financeira, de participação na economia doméstica, ao passo que as vagas de emprego ofertadas são as mais precarizadas e que não respeitam em muitas vezes algumas limitações físicas e sensoriais da deficiência, provocando o adoecimento desse trabalhador.

E eu fazia um trabalho que era de tirar digital das pessoas sabe, e depois tira foto e no começo foi tranquilo mas depois eu comecei a perceber que eu, por exemplo, foi uma coisa que não foi muito boa pra mim, porque eu, pelo o que eu tava sentindo parecia que eu tava LER sabe, que era lesão por esforço repetitivo, porque eu por ter a minha deficiência, ela afeta os músculos e as articulações, então eu tenho umas limitações para me mexer sabe, algumas coisas assim. E eu acho que o fato de todo dia ficar fazendo os mesmos movimentos ali para tirar as digitais das pessoas começou a fazer muita repetição sabe, aí eu, depois falei... tive que falar com a minha chefe e tal. (CRISTY)

A fala do Cristy aborda esse contexto discutido: o participante, ao ser contratado, foi colocado em uma função que, embora fosse aparentemente simples, considerando a formação

do participante e por não exigir muito no sentido intelectual, o atribuía a função de movimentos repetitivos cotidianamente. Como possui uma deficiência física em decorrência de uma doença que afeta sua musculatura, o cotidiano do trabalho em que ele foi alocado ocasionou uma lesão por esforço repetitivo. Como consequência de uma lesão ocasionada no trabalho, o Cristy precisa realizar fisioterapias e procura realizar esportes, custeado com o próprio salário para manter sua qualidade de vida e saúde.

Eu faço acompanhamento com o fisioterapeuta, daí o médico ortopedista, então não tem como eu ficar sem plano, sabe? Porque eu acabo gastando um pouquinho, mas é uma coisa que eu preciso, se eu preciso fazer uma cirurgia, eu tenho que ter. Se eu for depender da fila de espera eu não vou conseguir talvez, e daí por exemplo, pela minha deficiência e por eu fazer esse acompanhamento com médico ortopedista e fisioterapeuta, eu também procuro fazer exercício e praticar esporte pra manter minha saúde. (CRISTY)

No que tange à promoção de vagas de emprego para pessoa com deficiência, o Estado apenas regula a ação do mercado, facilitando a exploração deste sobre as pessoas com deficiência. Apesar de vivermos em um tempo de evolução tecnológica, que poderia ampliar e facilitar a participação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, o que se observa ainda é uma participação recebendo baixas remunerações e lugares sem infraestrutura e recursos de acessibilidade adequados.

Tu utiliza de algum recurso de acessibilidade ou precisaria utilizar? [...] eu não vou saber te dizer certo, se precisaria ou não. Eu andei descobrindo algumas coisas que talvez eu me enquadrasse sabe? Porque tem cadeiras que são diferentes pra quem tem diferença de tamanho nos braços, tem um monte de outras coisas que eu andei descobrindo **justamente porque eu fiquei encostado um tempo pelo INSS**. Então andei pesquisando né? Mas a acessibilidade para me mover assim, essas coisas não. A minha dificuldade não é de acesso, é mais de trabalho Mayssoonal ali **que acaba me causando dores, acaba me causando um monte de coisa**. (MARIATEGUI)

Certo. Tu possui conhecimento em relação a legislação que ampara a pessoa com deficiência? Alguma coisa... mas tava bem, tava bem defasado, sabe? Fazia muitos anos que eu não lia nada sobre. Então agora como me deu esse problema nas costas, eu comecei a procurar, né? **Porque eu sei que é um pouco do meu trabalho que tá arrebatando com as costas**. (MARIATEGUI)

Na fala do Mariategui, é possível verificar que o trabalhador não possui clareza em relação às condições de trabalho que seriam adequadas para que ele conseguisse trabalhar, de modo a manter sua subsistência e ao mesmo tempo o trabalho não o adoecesse. No referido trecho da entrevista, ele comenta que há pouco tempo esteve encostado pelo INSS, termo popularmente utilizado para se referir ao auxílio fornecido pela Previdência Social – INSS

quando o trabalhador precisa se afastar das atividades laborais por motivo de doenças ou acidentes, ou seja, houve um agravamento na sua condição de saúde tão severo a ponto de obrigar o Estado se responsabilizar pela remuneração do trabalhador durante alguns meses, de acordo com o participante.

Nesse sentido, a economia política, assim como os seus modelos de acumulação, estimula a partir das políticas de inclusão no trabalho uma ideia de liberdade e progresso que interessam apenas a lucratividade burguesa, inserindo esses trabalhadores no mercado em cargos subalternizados sem as condições adequadas, provocando o gradual adoecimento desses trabalhadores e o capacitismo de forma cada vez mais acentuada.

Eu acho que atualmente se você vai no LinkedIn, por exemplo, você vê muitas vagas para pessoa com deficiência, inclusive essas duas últimas que foram duas vagas que eu me inscrevi, eram para pessoas com deficiência. O que eu noto é tipo, as empresas querem colocar essas pessoas geralmente em cargos inferiores, então você nunca vê um trampo (sic) que é uma vaga para diretor, coordenador ou coisa do tipo, sabe? **As pessoas com deficiência no mercado de trabalho privado, estão sempre em uma esfera mais abaixo, mais precarizada de empregos. Então se torna muito nítido que às vezes essas empresas só estão ali para suprir cotas**, essas pessoas entram e a empresa não tá preparada para receber ela de uma maneira bacana. (TEMPLE)

Acho que é exatamente sobre essa precarização dos trabalhos, não é? Que envolve as pessoas com deficiência também, por exemplo, eu tenho na minha rede de contatos alguns autistas que tem um grau maior, que precisam de mais adaptações e essas pessoas estão desempregadas. Uma pesquisa diz que (sic) 83% das pessoas autistas hoje estão desempregadas, e não por falta de aptidão ou qualquer coisa do gênero, mas porque realmente o que se nota que as empresas não estão dispostas a contratar as pessoas e quando estão dispostas, é para cumprir uma cota. É isso, infelizmente. (TEMPLE)

Na época eu via assim, hoje eu vejo com outros olhos, só que assim, eu acredito, e que é uma questão muito empírica que nós pessoas com deficiência vivemos, é que mesmo ocupando uma vaga de cotas numa empresa, **em geral a gente é direcionado para outros trabalhos que nem um estagiário faz**. A gente, sei lá, peguei muita pasta, identifica móveis de patrimônio, eu não estou querendo falar mal desse trabalho de lógica administrativa nenhuma, mas estão subjugando né? Mas a realidade é essa né? A gente é direcionado à base da pirâmide social, ganha menos e os trabalhos são chatos, mesmo dentro do funcionário funcionalismo público eu tive muita dificuldade de ter alguma função gratificada, alguma coisa do tipo. (MAYSOON)

As falas das participantes destacadas anteriormente exemplificam o dado trazido pela pesquisa do IBGE que, além de evidenciar que pessoas com deficiência possuem rendimentos menores do que a média de pessoas sem deficiência na mesma faixa etária, esses grupos estão mais concentradas nos setores cujo os rendimentos médios são relativamente menores e desvalorizados, como Serviços domésticos, Agropecuária e Alojamento e alimentação.

Muitas vezes as vagas de PCD não são vagas vistas como capazes de subir dentro dessas empresas querendo ou não que ainda é bem precária a questão da acessibilidade, né? Muitas vezes a gente depende da boa vontade dos colegas que a gente tem, mais do que da capacidade ou da vontade da empresa. Acho que enfatizar isso, enfatizar isso, que a gente precisa ter mais luta aí pra que essas coisas melhoram. (MARIATEGUI)

Resumo da ópera, por mais que eu veja algumas tentativas de romper com esse ciclo, eu vejo muito ainda a gente ocupando vaga de cotas e essas vagas de cotas são sempre a base da pirâmide social. Recebemos baixos salários sim, eu não vejo pessoas com deficiência na gestão, como gerentes, diretores, donos de empresa, eu não vejo. A não ser que você seja MEI, né? Meio ferrado, ou meio qualquer coisa, mas eu não vejo nesses espaços. (MAYSOON)

O participante Mariategui, na fala anterior, afirma precisar contar com a “boa vontade” dos colegas em situações cotidianas em que é exposto a tarefas que não consegue desempenhar, falas como essas aparecem em outras entrevistas, em que os trabalhadores com deficiência são obrigados a contar com os demais trabalhadores em atividades de vida diária, deslocamentos e também atividades do próprio trabalho, isso além de representar um constrangimento para as pessoas com deficiência, pois há uma tendência de demonstrarem que conseguem desempenhar todas as tarefas como qualquer outro trabalhador, reforça uma consciência capacitista em seus pares.

Para compreender a crítica tecida até aqui em relação à relação trabalho e precarização do trabalho em relação às pessoas com deficiência, é preciso destacar que a dinâmica de vida de algumas pessoas com limitações físicas implica um gasto oneroso em relação à saúde, boa parte de tratamentos que são bastante específicos não são ofertados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e precisam ser subsidiados pelo próprio trabalhador, seja para manter a condição de saúde e mobilidade que já possui, seja por agravamento de situações em decorrência do trabalho.

A PNS 2019 investigou, entre as pessoas de 2 anos ou mais de idade com alguma dificuldade em pelo menos uma de suas funções, quais delas receberam algum cuidado em reabilitação, de forma regular, nos últimos 12 meses anteriores à data da pesquisa. Do total das pessoas com deficiência, 21,9% estiveram em reabilitação, das quais 58,1% tiveram o seu tratamento coberto pelo Sistema Único de Saúde - SUS, e 41,9%, por plano de saúde, de forma particular ou por outra modalidade.

Pessoas com deficiência mental e/ou física em relação ao uso dos membros superiores utilizaram mais os serviços de saúde, com diferença relevante em relação à cobertura pelo SUS: no caso da deficiência mental, o SUS representou 65,3% dos canais de acesso, e, tratando-se da deficiência física quanto ao uso dos membros superiores, 55,6%.

Ainda em relação a atendimento, 90,6% das pessoas com deficiência consultaram médico ou dentista nos últimos 12 meses anteriores à data da pesquisa realizada em 2019, percentual esse superior ao encontrado para as pessoas sem deficiência (83,9%). Esse percentual foi maior para as pessoas com deficiência em todas as idades e nos recortes por cor ou raça e sexo, ao passo que as pessoas com deficiência mostraram ter menos cobertura dos serviços de saúde por algum tipo de plano de saúde.

Ela me olhou, a assessora da secretária. Eu fiquei na fila e no momento que eu cheguei eu senti que ela me olhou e “bah, ela vai pra zona rural” e foi aí que eu senti... que eu percebi que eu tinha uma limitação. (MAUD)

Quando eu cheguei a minha mãe foi me levar, eu cheguei lá, Natali, e era só campo, campo, campo... eu desço do carro e imagina, eu com aquela dificuldade de caminhar eu cá, e minha mãe: “Maud, olha aí, tu não vai conseguir!” e eu “não, isso não é nada, não é nada” (MAUD)

Não vou dizer que não encontrei dificuldades, né, Natali. Quanto às pessoas, não, mas a estrutura dos prédios. Muita dificuldade. Tanto é que esses 31 anos que eu trabalhei na prefeitura eu só subia... só fui no salão nobre da prefeitura umas quatro vezes, e todo o local que tinha que eu ia pro trabalho tinha escada. Aí meu irmão adaptava umas escadas e colocava, e aí eu subia, mas não deixava ali. Mas foi tranquilo, graças a Deus. (MAUD)

Com 25 anos eu queria me aposentar porque eu estava me sentindo cansada, Natali. Aí eu fui no sistema previdenciário daqui e falei com o diretor que eu gostaria de me aposentar porque tinha uma lei, a lei 2017 eu acho que é, e ali ele falou que dividia as pessoas com deficiência em três modalidades: moderada, grave ou deficiência suave, poderia se aposentar integralmente. Só que (nome da instituição) me deu a resposta, um parecer que o município que não se adequava à lei federal. Eles tinham uma lei própria. **Aí eu pedi, falei na câmara, no legislativo, mas eu não consegui me aposentar nos 25 anos. Aí eu tive que ir aos 31 anos. Mas eu gostaria de ter me aposentado antes porque já estava cansada, já estava com princípio de artrose e tudo.** (MAUD)

Maud, tu acha que a tua remuneração ao longo deste teu tempo de trabalho condiz com o trabalho que tu desenvolvia?

Como que eu gasto em fisioterapia, tive uma fratura no fêmur e fiz uma cirurgia. Eu tô me recuperando aos pouquinhos, aí eu deixei de usar bengala canadense e tô usando aquelas muletas auxiliares que me dão mais segurança. **E o gasto é muito, muito, muito.** Então eu vejo por mim e por meus colegas, porque a gente estudou e tudo, então, claro, não vou dizer assim... não! Dá porque a gente se adapta, né, mas não que fosse corresponder a tudo que a gente gastou, investiu em material e tudo. **Aí eu vendi o carro pra custear o tratamento e depois com a cirurgia também, não deu. Aí não deu e ficamos sem carro.** Mas igual, graças a Deus meus pais e a gente não paga aluguel, **mas se dependesse não daria não, porque o tratamento é caro. Os remédios são caros. Os remédios tem que tomar permanente, e é caro** e eu vejo pelas outras colegas que estão na mesma situação que eu. Não dá, realmente não dá. (MAUD)

As cinco falas pinçadas da entrevista da Maud não poderiam ser colocadas separadas, embora na linearidade da fala elas apareçam em diferentes contextos devido à riqueza de detalhes relatados pela participante. Nas falas citadas, é possível brevemente conhecer como a trajetória dela se relaciona com todos os temas aqui abordados. A professora que iniciou sua carreira trabalhando em uma escola de zona rural no interior do estado que reside comenta que percebeu suas limitações na relação com o trabalho. Nas falas que seguem, Maud comenta sobre seus 31 anos de trabalho, as dificuldades enfrentadas e seu gradual adoecimento ao longo dos anos.

Quando questionada em relação à remuneração que recebeu, ela se colocou enquanto categoria, falou sobre a situação dos professores que conhece, reconhecendo que ambos possuem dificuldades para manter as necessidades básicas de subsistência, entretanto, ela mencionou como agravantes fatores de saúde que implicaram em grandes gastos em sua vida em decorrência desses anos de trabalho. Nas falas, Maud não relaciona o adoecimento ao trabalho, todavia expressa que realizou atividades que não poderia fazer ao longo dos seus anos de trabalho em decorrência de espaços inacessíveis para sua condição e mobilidade.

Maud não expressa de forma aparente um caráter de denúncia aos processos capacitistas e dificuldades enfrentadas ao longo dos anos, pelo contrário, a aparência da narrativa expressa uma gratidão aos locais em que foi acolhida e por ter superado essas dificuldades. Por superado, menciono uma ideia superficial de superação, visto que, mesmo diante das dificuldades, ela conseguiu realizar suas atividades laborais, entretanto, os anos vivenciados nessas condições atualmente refletem questões na sua saúde física e qualidade de vida, observando o gasto que possui com tratamentos, medicamentos e mencionando, inclusive, a venda de bens que poderiam promover uma maior qualidade de vida para ela, para custear esses gastos.

A situação da participante que abre esse núcleo falando sobre o dinheiro que necessita por mês para manter a saúde da coluna também está relacionada ao ambiente de trabalho que não possui mobília adequada para o caso da participante, como foi mencionado em outro trecho da entrevista, quanto o agravamento da situação considerando que a participante necessita por vezes pegar crianças no colo, realizar esforços físicos, abaixar-se para conversar ou acolher crianças pequenas, entre outras atividades que fazem parte do cotidiano da educação infantil, exemplificando também a relação acesso ao mercado, adoecimento em decorrência do acesso e empobrecimento para manter-se nele.

No momento em que esses trabalhadores, que em muitos casos já possuem uma situação de saúde que exige cuidados e despendem tempo e dinheiro, acessam o mercado formal, além



de não possuírem garantias de amparo financeiro por parte dos empregadores, ainda são colocados em cargos que comumente apresentam baixas remunerações, como mencionado nas falas da segunda participante.

Então para ter aumento, basicamente só fazendo greve, e aí eu já percebo que não está dando quase o salário para todos os gastos, entendeu? Porque às vezes eu tenho que comprar remédio, eu tenho outras condições de saúde além da deficiência que eu tenho que cuidar, gasto com remédio, com medicamento, e aí eu tenho já sentido que está cada vez apertando mais. Tipo assim, eu não complemento a minha renda, eu só tenho esse trabalho, e aí se eu pudesse, se eu tivesse um jeito de complementar a minha renda eu faria, mas até o momento eu não tenho, só esse trabalho mesmo. (CRISTY)

A fala do participante acima refere-se a dois trabalhadores que também relatam nas entrevistas o fator adoecimento, ou seja, relataram ter um agravamento em questões relacionadas à saúde física que já apresentavam antes de acessar o mercado formal e que se intensificaram na relação com o trabalho. Não há garantias por parte do Estado nessas situações, porque por muitas vezes o adoecimento acaba ficando colado à questão da deficiência.

Além do que foi exposto, as condições próprias de saúde das pessoas com deficiência e o empobrecimento diante de uma lógica que não fornece os serviços básicos de saúde necessários para essa população manifesta-se de forma generalizada nas entrevistas o fator perverso relacionado ao adoecimento em decorrência das relações estabelecidas dentro do trabalho.

Acho que tem também a situação de quando eu trabalhava em loja, eu nem trabalhava em lojas pra ser vendedora, eu fui contratada para ajudar a fazer tradução de... eu trabalhava na (nome da empresa) e... a (nome da empresa) me chamou pra trabalhar e ajudar os vendedores a traduzir, enfim, os argentinos da vida sabe, eu tinha que trabalhar com tradução. Eu tinha que ter o mesmo ritmo de trabalho dele, sabe? Eu não era vendedora, mas tipo assim, eu também não podia sentar. E aí eu tive que conversar, dizer que tinha que sentar. E aí isso foi uma discussão porque eles falavam que eu não podia sentar sabe. E aí só tinha um lugar pra sentar que era o lugar da caixa. E aí então eu tinha que fingir que eu ia pro estoque e ficar lá sentada um pouco, sabe? Ou tipo, revezar as escondidas com a moça do caixa porque eles podiam olhar na câmera e eu não podia sentar. É, isso foi ruim. Hã, eu acho que na escola também, eu fui percebendo que... eu acho que nem todas as pessoas sabem assim o que é a minha deficiência e eu também não sabia quais eram as minhas limitações, hoje eu tenho mais consciência sobre elas, e sobre as consequências dela. (LEANDRA)

O cumprimento da política de cotas em uma sociedade permeada pela inclusão forçada também não contribui para que trabalhadores com deficiência se encontrem em seus locais de trabalho e possam partilhar vivências, reivindicar melhorias, etc. Nas entrevistas realizadas, os participantes não possuem colegas com outras deficiências, seus relatos são partes de experiências isoladas que se invisibilizam pelas demandas crescentes do mercado do trabalho.

Em paralelo a isso, os trabalhadores de modo geral também vivenciam um momento de isolamento, competitividade, em grande parte provocado pela crescente terceirização, como apontam Durk e Antunes (2015). Para os autores, há uma condição de isolamento e falta de vínculos, gerando o enfraquecimento da solidariedade coletiva e dificultando a solidariedade de classe, assim, os trabalhadores sem deficiência também não reconhecem como uma demanda de reivindicação de direitos do trabalho a questão da acessibilidade e condições de trabalho para pessoas com deficiência.

[...]e eu sou muito grata assim, eu sei que é um desafio gigantesco, eu sei que eu não vou aguentar, eu sei que daqui a pouco eu não vou aguentar mais.

Fisicamente tu diz?

Fisicamente.

Mas eu lembro que nesse dia eu tive que nossa... uma criança deu cabeçada na outra, a outra mordeu a outra, etc, e daí eu tive que fazer mediação porque eu era a única profissional de referência do grupo. Só que pra eu fazer essa mediação, eu tive, a todo tempo, que dar colo para criança de quatro anos. E aí não teve jeito, quando eu voltei pra casa, eu voltei pra casa e eu só caí no chão, e eu não aguentava me levantar e eu tive que ligar pras pessoas me socorrerem. E aí chamaram a ambulância, e aí eu fiquei afastada por uma semana. E aí foi nesse momento... foi nesse ano que isso aconteceu... e aí foi nesse momento que eu pensei “putz velho, eu não posso fazer, eu literalmente não posso fazer o que é necessário ou sabe, eu não posso, eu não posso, eu preciso entender o meu limite e as crianças também vão entender sabe, e a instituição também vai ter que entender”. (LEANDRA)

Mas enfim, foi isso, é meio... é muito complicado falar sobre essa questão de acessibilidade porque, no meu caso, porque eu trabalho diretamente de crianças, eu trabalho. E eu sei que eu não deveria trabalhar, e eu condeno a minha saúde física em detrimento das crianças. Então por que, em qual sentido né? Porque eu sou pedagoga de educação especial e pra eu pensar na adaptação de uma criança com deficiência eu preciso conhecer a criança com deficiência no contexto que ela tá inserida. (LEANDRA)

Eu estive até bem mal das minhas costas um tempo atrás, outros dias atrás eu também tive bem mal, mas não como na primeira vez, principalmente por disso, por causa de postura. Meu problema não é só no braço direito, eu tive uma paralisia obstétrica que foi em todo o lado direito do corpo. Então eu estou sempre compensando em tudo que é movimento que eu faço eu estou sempre compensando. Então nesse meu trabalho eu sinto bastante essa dificuldade, agora estou cuidando bem mais a postura e esse tipo de coisa. Mas a principal dificuldade nesse sentido é a estrutura do lugar que não é propícia pra quem tem a deficiência. (LEANDRA)

Outro caso encontrado nas entrevistas é o caso da participante Keller, professora de Libras da Educação Básica. Na escola que atua, apenas dois professores são surdos, ela e outro colega. Ambos ministram disciplinas para cerca vinte turmas dos anos iniciais e finais. A professora destaca que a escola não conta com o número necessário de intérpretes de Libras, inviabilizando muitas vezes o planejamento pensado pela professora na realização das suas aulas, que são todos para estudantes ouvintes.

Sim, por exemplo, intérprete, agora tem dois intérpretes doentes aí tem dois intérpretes revezando e aí eu venho aqui dar aula e não tem intérprete e eu fico nessa situação de ter que falar, ter que gritar os alunos ficam falando, conversando e eu não entendo, fico confusa e atrapalha direto no meu trabalho e como que eu vou fazer? eu vou cancelar a aula? não pode cancelar a aula! Então eu me sinto bastante angustiada e falta bastante acessibilidade. (KELLER)

(risos/choro) pausa dá vontade até de chorar, meu deus. Então eu cheguei aqui no (nome da instituição) oito anos atrás e foi bastante difícil pra mim, foi bastante difícil eu não conhecia nada, eu não via surdos, não via acessibilidade em libras então parecia uma plantinha que estava sendo criada lá no começo né? era uma semente sendo criada para mostrar a cultura surda, como é o professor surdo, pra acostumar com uma língua que é diferente, foi um processo bastante demorado. Eu sentia aqui no (nome da instituição) bastante coisas negativas difícil de eu acessar esse espaço. Eu sofri bastante, tive muita vontade de largar esse espaço, mas eu fiquei firme. Eu pensava “nossa ensinar criança surda, é isso” mas eu vi que é uma escola de inclusão, é diferente! Eu pensei junto com o professor (nome do professor), a gente tentou esse processo de mudança, refletir junto com a escola, eu pedi lá pra (nome da instituição), pras letras libras que me mostrasse como é o trabalho e eles não apoiaram a gente, não teve nada de apoio eles se afastaram “ai, aqui é a área acadêmica, aqui é faculdade, então é totalmente separado” então foi bastante difícil. (KELLER)

No sexto e no nono ano, ensinar disciplina de Libras pra o ensino médio foi bastante negativo pra mim, os alunos reclamavam, não gostava, não tinham interesse pra Libras, eu me senti até um certo preconceito, um bullying contra mim, eu senti um bullying bem grande. (KELLER)

Na fala da participante, o sentimento de angústia em relação à incerteza do seu cotidiano de trabalho também é uma expressão da falta de condições mínimas para sua atuação profissional. Além de enfrentar os reflexos da precarização das instituições públicas de educação, precisa lidar com o sofrimento acarretado pelas relações dentro desse espaço, esse sofrimento presente nos relatos da Keller aparece tanto quando ela relata sua trajetória de ingresso na instituição quanto quando comenta sobre o bullying que sofre nas turmas que possuem alunos maiores.

Na Instituição em que ela é servidora, há, como trabalhador efetivo, apenas um intérprete e os demais são contratos temporários. Os trabalhadores que são contratados temporariamente em uma instituição também estão à mercê da precarização e da incerteza, visto que qualquer mudança no panorama econômico do país são os primeiros trabalhadores a pagarem pelos cortes orçamentários.

De todo modo, é apontado pela participante que, embora essa situação seja frequente em seu espaço de trabalho, não há uma mobilização por parte dos colegas, dos gestores para que essa situação mude, expondo-a a um trabalho com alta carga de estresse, precisando dar aulas para crianças em um outro idioma.

Silva (2019) destaca que é necessário que a legislação que garante o acesso de trabalhadores ao mercado se atente para as questões relativas ao adoecimento. Para a autora, quando a atividade laboral não se estabelece de forma adequada, pode gerar sofrimento e adoecimento, desse modo, a saúde do trabalhador está diretamente relacionada ao trabalho e às relações estabelecidas nele.

A autora, que pesquisou sobre servidores públicos com deficiência, caráter social da deficiência, constatou que há relação entre a deficiência secundária e o risco de adoecimento dos servidores, destacando questões relacionadas ao sofrimento psíquico. Assim, as questões da saúde física e a desassistência do Estado no quesito permanência indicam o paradoxo apontado por Fontes (1997) entre a inclusão implicando uma exclusão, visto que mesmo os trabalhadores que conseguem se inserir nos espaços do mercado, a inclusão forçada a qual ela se refere, acabam por ser excluídos tanto no interior dos seus locais de trabalho ocupando cargos precarizados sendo colocados diante de demandas que não compreendem respeitam suas limitações e entrando em processo de sofrimento perpetuando um processo de empobrecimento dessa população.

Então, no hospital foi bem durante a pandemia, foi bem exaustivo por conta de todo o nervoso e receio da pandemia. Foi bem puxado para mim, foi quando eu comecei a ter mais crises. Desde nova eu tinha algumas crises que eu não sabia o que que era né, que me dava meio que um apagão, uma sensação de desmaio, mas eram mais pontuais. Então, às vezes a gente vai para a unidade de saúde sem saber se vai ter uma sala pra atender, ou vai descobrir lá no dia qual que é a sala que a gente vai usar pra atender. Então isso causa muito esgotamento assim de não saber, descobri no dia.

[...] e também nessa residência que eu tô fazendo a gente não tem direito a atestado. Então se a gente fica doente, se a gente precisa ir ao médico, a gente tem que pagar as horas depois e aí a gente já faz 60 horas semanais. Então quando a gente tem que pagar horas ainda, é surreal assim. E aí pessoas com deficiência vão precisar de um suporte maior, ir ao médico com mais frequência, ou uma terapia ocupacional, ou fazer uma terapia complementar, enfim, né? E aí não tem como, né? Se a pessoa tiver que ficar pagando as horas, não vai ter como mesmo terminar a residência nunca. (GRETA)

A fala da participante Greta também exemplifica uma condição de trabalho que não é adequada à trabalhadora e provoca sofrimento, gerando um adoecimento físico e psíquico. O regime de trabalho dentro das residências em saúde já está precarizado e desamparado de direitos trabalhistas desde sua criação. Embora os trabalhadores vendam sua força de trabalho realizando longas jornadas no intuito de experienciar as atividades desempenhadas da formação, para o Estado, constituem mão de obra barata.

Apesar de todos os trabalhadores vivenciarem esse contexto de exploração, a participante ainda faz um recorte considerando a situação de pessoas com deficiências nesses

espaços, uma vez que, em muitos casos, necessitam realizar cuidados com a saúde e, além de ganharem baixas remunerações e não possuem o amparo pelo trabalho para isso, ainda não possuem o direito a essa carga horária, colocando o/a trabalhadora na situação de pagar as horas utilizadas para cuidados com a saúde.

Por fim, além das questões apresentadas anteriormente, outro fator que interfere na relação precarização e empobrecimento é o fator do cuidado. A questão do cuidado, na teoria relacionada à deficiência, ganhou ênfase a partir de teóricas feministas que em muitos casos também eram pessoas pelos quais se incumbia o trabalho do cuidado das pessoas com deficiência. Pensando na relação do tema com o trabalho, observamos que essa relação implica mais um trabalhador nessa órbita que acaba por mediar a participação do trabalhador com deficiência e proporcionar condições para que este desempenhe sua função.

Entrevistadora: Tu comentou já algumas vezes na nossa entrevista do fato de tu precisar de uma pessoa ou para o deslocamento, ou para te ajudar a ir ao banheiro, para essas atividades assim diárias. Como que é isso? Como é que foi isso na tua graduação, e além disso, tu necessita de algum outro recurso de acessibilidade assim pra poder desempenhar o teu trabalho? (13:31) Eu preciso ter alguém junto comigo assim vinte e quatro horas, pela questão de que ah, se eu derrubar alguma coisa no chão eu já não consigo pegar, né? Não tenho essa mobilidade. Então eu preciso ter alguém ali pra me alcançar alguma coisa, pra pegar alguma coisa que esteja em um balcão alto, eu não consigo pegar por essa falta de mobilidade das mãos assim (...) (FRIDA)

Eu já escolhi a clínica justamente para não ter que depender de horários, de eu precisar estar presa em tal horário, porque eu sei que como eu dependo dos meus pais para me levar, da minha mãe pra me ajudar a fazer as coisas. Eu ia precisar de alguém volta e meia por exemplo pra fazer xixi, pra ir no banheiro eu precisaria que a minha mãe fosse até lá no local que eu trabalharia pra me ajudar nisso, porque eu faço xixi por sonda. (FRIDA)

Então realmente é algo no meu horizonte, mas o que me pega bastante é a questão do custo, é algo muito caro. Eu teria que ter. Primeiro que é mais que um salário mínimo um cuidador né, e teria que ter mais de um se fosse fazer certinho, se eu precisasse a vida toda de cuidador, se eu fosse sozinha, teria que ter um cuidador da manhã, um cuidador da noite, um cuidador do fim de semana, então teria que pagar quanto de salário, né? Então é algo que sai muito caro, a gente tem que se preparar mesmo. (FRIDA)

A participante da fala anterior possui tetraplegia e atua como psicóloga no mercado de trabalho. Como sua formação é recente, costuma atender a maioria dos pacientes de forma remota<sup>9</sup>, descartando a possibilidade de ter alguém para desempenhar as atividades do cuidado no espaço da clínica uma vez que, trabalhando em casa, seus pais desempenham essas tarefas.

---

<sup>9</sup> A liberação do Conselho Regional de Psicologia regulamentou o atendimento de forma remota a partir da pandemia de covid 19.

A trabalhadora em questão necessita de um cuidador para atividades cotidianas básicas, como por exemplo, pegar um copo de água ou qualquer objeto, ir ao banheiro, deslocar-se, alimentar-se, etc. Para que sua função possa ser exercida, necessita que alguém realize essas atividades, seja sem remuneração, como é o caso dos pais da trabalhadora nesse momento, seja de forma assalariada.

Então eu preciso desse auxílio assim a todo momento. Na faculdade nossa, eu digo que eu ainda tive muito privilégio assim, porque além de a gente ter o carro próprio, ter uma casa que a única adaptação que precisou fazer foi uma reforma no banheiro e uma rampa que precisou no meio da casa porque tem uma escada pequena, eu recebi e recebo muita ajuda da minha família. Durante minha faculdade, na graduação meu irmão que me levou sempre pra faculdade. Todo dia ele saía do trabalho e me levava pra faculdade e ia me buscar. Quando meu irmão não podia era meu pai, mas normalmente era meu irmão. Então eu tive muita, nossa, muita ajuda deles assim. E a mãe também, direto me atendendo, me ajudando no banho, porque eu preciso de ajuda no banho, me ajudando a passar a sonda para fazer xixi, então são auxílios assim muito necessários. Se eu precisasse pagar alguém não teria condições pelo valor. A gente estava até comentando aqui sobre a questão de cuidadora, é algo muito caro, só que é algo que eu vou ter que investir daqui a um tempo, né? (FRIDA)

Bock et. al. (2020) e Fietz e Mello (2018) afirmam que a questão do cuidado é muito delicada no campo da deficiência, pois ao longo dos anos essa temática foi utilizada muitas vezes no sentido de desenvolver práticas caritativas para instituições e pessoas. Instituições religiosas também acolhiam pessoas com deficiência e, com a justificativa do cuidado, as tiravam do convívio em sociedade.

O cuidado que trataremos aqui é o explorado pelas autoras feministas da segunda geração do Modelo Social, o cuidado como trabalho, tentando desvencilhar a categoria renegada à esfera privada para a esfera pública. Book, Gomes e Beche (2020) afirmam que a questão do cuidado não é abordada pensando políticas públicas, pois ele não é considerado uma responsabilidade do Estado. Desse modo, as famílias e os próprios sujeitos que vivenciam a experiência da deficiência passam a ser responsáveis pela promoção da sua saúde e da sua participação social.

Se voltarmos nesse processo histórico, podemos encontrar algumas pistas que nos permitem entender o porquê da questão de o cuidado estar reduzido à esfera privada. Engels (2019) aponta que antes do desenvolvimento do modo de produção capitalista, ainda no nomadismo, as pessoas se organizavam por bandos e o trabalho era dividido entre todos os membros do bando, sem a divisão sexual do trabalho, não existia poder entre as tarefas. Lessa (2012) afirma que o controle entre homens e mulheres de cada bando era regulado pelas pessoas

e apenas eram poupadas as mulheres de atividades mais perigosas por serem as únicas capazes de gerar crianças.

Desse modo, o domínio da agricultura foi fundamental para a noção de excedente, gerando um fenômeno novo entre os grupos que, posteriormente, se transformaria na exploração. Esse acontecimento provocou mudanças nas relações humanas que levaram ao surgimento de uma nova forma de relações e vida social, que é a sociedade de classes. Embora a sociedade de classes tenha suas peculiaridades nas diferentes partes do mundo, tem como característica comum o surgimento da propriedade privada, das classes sociais, exploração do homem pelo homem e a criação do Estado, como já nos apontava Engels (2019).

Essa nova forma de relação, que retira a sobrevivência do homem do campo da coletividade e coloca no campo da individualidade, gera um problema para os que detém a propriedade. No terreno do individualismo, eles querem gerar excedente, produzir riquezas pessoais, não precisam se preocupar com a subsistência dos explorados, é preciso agora que se tenha um responsável pelas atividades de alimentação, educação e sobretudo, **o cuidado**.

Ao mesmo tempo, os membros da classe dominante perseguem as suas sobrevivências com o individualismo que caracteriza a propriedade privada; e, mesmo quando articulam ações conjuntas para a defesa de seus interesses de classe, cada um almeja apenas o enriquecimento pessoal. Ninguém quer pagar os custos da alimentação, da educação, da criação dos filhos dos outros. Por isso, quando a exploração do homem pelo homem se instaura e a concorrência passa a predominar na vida social, não mais é possível que a criação e a educação das crianças, que a preparação dos alimentos e da moradia, etc. permaneçam como atividades coletivas. Terão de ser, agora, atividades privadas, que se destacam da vida social (tal como o indivíduo, agora, também passa a ter uma vida privada que se destaca de sua vida coletiva). É assim que a família se descola do coletivo e se constitui em núcleo privado: essa nova forma de organização de família é a família monogâmica ou família nuclear (FEDERICI, 2017, p. 315).

Federici (2017) aponta que, com o desaparecimento da economia de subsistência e a unidade entre trabalho produtivo e reprodutivo, que era comum até então, outras relações sociais sexualmente diferenciadas surgiram e tais mudanças históricas redefiniram o lugar das mulheres na sociedade em relação aos homens. A divisão sexual do trabalho, que surge a partir do desenvolvimento da economia política, sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, aumentando sua dependência e permitindo que o Estado e seus empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comentar o trabalho das mulheres.

Em relação ao cuidado e a deficiência temos, portanto, mulheres que historicamente foram colocadas no lugar de responsabilidade pelo cuidado e, no que tange à deficiência mais especificamente, esse cuidado possui suas particularidades. Eva Kittay (1999) afirma que a

dependência é uma condição inelutável na história de vida de cada um, pois, em algum momento da vida, as pessoas demandam cuidados, portanto, o cuidado é uma condição humana.

Dessa forma, é preciso considerar o cuidado como uma prática necessária para promover justiça social. E para compreender efetivamente as relações sociais que se dão nesse aspecto não se pode negligenciar as relações de desigualdade, especialmente de gênero, que envolvem a tarefa de cuidar. É preciso desconstruir a naturalização do cuidado como uma tarefa feminina e compreender essa experiência na vida de quem vivencia a deficiência, seja a partir do corpo, seja a partir do cuidado.

É, eu sei que eu preciso ter alguém vinte e quatro horas e sei que minha mãe e meu pai não vão estar aqui pra todo sempre. Inclusive eu tenho um grupo de pessoas que são cadeirantes e a gente conversa muito isso, do medo que a gente tem da hora que os pais se ausentarem, porque ninguém vai cuidar igual. (FRIDA)

Não há previsão por parte do Estado de cuidadores para pessoas com deficiências primárias mais severas. O Projeto de Lei nº 76, de 2020, que cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara está tramitando no Senado Federal, porém, possui um caráter apenas regulador, garantindo a contratação sob o amparo da legislação trabalhista e suas atribuições.

A situação da Frida em relação ao cuidador apresenta uma dupla complexidade no sentido do empobrecimento, visto que é preciso a contratação por parte da própria trabalhadora caso contrário não consegue trabalhar, e como não possui remuneração suficiente para contratar um trabalhador que irá desempenhar essa função, um membro da família, na maioria dos casos as mães, acabam por se responsabilizar por esse trabalho dispendendo do seu tempo e força de trabalho para que a filha consiga trabalhar. Isso coloca dois membros que participam da economia familiar para ganharem um único salário.

E eu estou agora a procura de uma cuidadora pra eu ficar já o dia inteiro, nem que seja só um treinamento por enquanto, mas pra que ela fique o máximo de tempo possível comigo até porque o pai e a mãe, eu digo pra eles, eles têm que viajar e se livrar um pouco de mim (risos). E eu teria que ter alguém pra ficar assim direto, alguém que já tivesse uma experiência. (FRIDA)



#### 6.4 RESIGNAÇÃO E CULBILIZAÇÃO – O CONVENCIMENTO E A INDIVIDUALIZAÇÃO DO ADOECIMENTO

Neste núcleo, procurei trabalhar com falas cujos significados remetiam à individualização das questões por parte dos participantes, sejam trabalhistas, sejam de adoecimento, sejam de capacitismo. No que tange ao âmbito do trabalho, observou-se que há uma tendência entre os trabalhadores entrevistados em minimizarem as limitações impostas pela deficiência primária no intuito de demonstrarem que são iguais aos demais trabalhadores sem deficiência. Nesse sentido, pode haver uma tentativa de maior pertencimento, assim como de merecimento em relação ao seu posto.

No que se refere à individualização em relação ao adoecimento, percebe-se uma naturalização da deficiência secundária como consequência orgânica da deficiência primária, descartando nas falas o processo de adoecimento provocado nas relações de trabalho.

Eu sempre lembrava da escada e do banheiro, mas sempre encontrava pessoas pra me ajudar, né? Na [local de trabalho] o banheiro tinha um degrau. Aí o que eu fazia? Claro que era errado né. Eu não bebia nada de líquido, nada, nem café, pra não pedir pra me ajudarem. Eu sei que é coisa da minha cabeça né? E eu dizia assim... às vezes entrava às 07:30 e saía às 4h da tarde. Aí imagina todo esse tempo, né? Aí com o tempo eu fui fazendo mais amizades, mas aí no momento assim de chegar era difícil, aí pedi pras pessoas serventes ali que me ajudavam né. “Eu quero ir no banheiro. Será que poderiam dá pra me ajudar a ir no banheiro?” Mas aí eu depois eu conseguia descer o degrau. Subir... muito esforço, né? Mas eu consegui descer o degrau, graças a Deus. (MAUD)

A fala mencionada da trabalhadora reforça o caráter adoecedor que um ambiente sem as condições mínimas de acessibilidade produz nos sujeitos. Maud comentar de ter passado mais de dez anos evitando beber qualquer coisa no ambiente de trabalho para não precisar solicitar ajuda dos colegas diz muito de um trabalhador que quer ser reconhecido naquele lugar como uma pessoa merecedora de estar ali, capaz de desempenhar as funções desempenhada pelos demais, esse traço aparece em outras entrevistas que serão comentadas posteriormente.

Também é possível verificar na fala anterior o quanto Maud transformou a questão do ambiente sem acessibilidade necessária para ela em uma questão individual, colocando em risco a própria saúde durante muitos anos. Não há ao longo da entrevista reivindicação por parte dela em relação a essas condições mínimas de acessibilidade, muito pelo contrário, ela toma como decisões individuais ou recorre a estratégias pessoais para driblar essas questões.

Esse pensamento é fruto de toda uma lógica social, discurso midiático, convencimento através dos processos de educação, etc. de uma ideia de uma pseudoigualdade. A igualdade pela

igualdade, desconsiderando as particularidades do corpo acaba por ser muito aproveitada pelo mercado, visto que convencidos da perversidade de que para ser igual é necessário abdicar das próprias fragilidades diante de um contexto pensado para um corpo que se locomove, ouve, enxerga o trabalhador se coloca em situações que lhe provoca o adoecimento, como exemplifica a fala da Maud.

Entretanto, percebe-se que uma adaptação básica, como uma rampa no banheiro, teria evitado que a trabalhadora vivenciasse essas experiências. A invisibilidade e o isolamento que os relatos da Maud trazem sobre suas necessidades diante dos locais de trabalho é comum aos outros trabalhadores, o que nos permite pensar quais as articulações possíveis e estratégias de resistência esses trabalhadores podem construir nos espaços de trabalho com seus pares? Nenhuma, pois se trata de outra experiência, uma experiência que como ponto comum possui a exploração, mas que de forma cotidiana apresenta nuances e precarizações que extrapolam as dos demais trabalhadores do mesmo local de trabalho.

Falar de uma acessibilidade mínima não pode estar descolada do discurso do constrangimento provocado pelo reconhecimento dos próprios limites do corpo, provocado também pelas políticas neoliberais e propagam a ideia de um trabalhador polivalente, capaz de dar conta de inúmeras tarefas no seu cotidiano laboral e que conseqüentemente é constrangido ou impelido diante da lógica da eficiência em reconhecer seus limites.

Há, portanto, uma dupla complexidade, um ambiente que não está estruturado considerando diferentes formas de existir e viver no mundo, e o trabalhador já imbuído nessa lógica perversa da eficiência e produtividade. Ambos os fatores são a fórmula do adoecimento, adoecimento este que também precisará ser resolvido de forma individual pelo trabalhador, considerando as baixas remunerações já mencionadas, provocando, assim, o empobrecimento.

E no meu trabalho atualmente, por exemplo, eu não sei que eu não dependo... eu tenho o meu computador e eu sou extremamente independente eu tendo o meu computador de trabalho, que é o computador de todo mundo assim, eu faço tudo que eu preciso sabe, assim pra fazer a minha atividade. (VANESSA)

Eu fiz as provas de igual pra igual, e a única coisa que eu precisaria né, durante o percurso, que eu precisei bater na tecla desde o início do semestre, era a questão das legendas nos vídeos. (ANNIE)

O contrato tudo correto, não houve diferenciação de nada e minha carga horária era 22 horas semanais, das 07:30 às 13:30. Mas como eu fazia o trabalho de supervisora junto com as demais, eu dava aulas também pros professores, formação pros professores. (MAUD)

Rey (2012), ao discutir a produção subjetiva na perspectiva Histórico-Cultural, critica o campo da psicologia que atribui o social como algo externo às pessoas. Para o autor:

O caráter simbólico dos processos sociais nas condições da cultura representou um momento novo e diferenciado no funcionamento psíquico humano, que permitiu que a psique humana transcendesse aos sinais do ambiente e se tornasse um sistema gerador das próprias realidades em que ela se configura e desenvolve (REY, 2012, p. 170).

Em outras palavras, o social não é algo externo, uma vez que o caráter simbólico possibilita que, dentro da cultura que se está inserido, aconteça um movimento de fazer parte e ser transformado por ela, ao passo que também a cria e constrói.

Para Rey (2012), o social se desenvolve de forma permanente através de complexas configurações que envolvem tanto processos subjetivos, como diferentes formas de organização sociais que formam esse sistema, assim como das pessoas que são parte desses espaços, desse modo, o social se organiza nos sistemas de práticas humanas e é perpetuado por elas.

Para Vigotski, a deficiência secundária engloba as consequências psicossociais da deficiência. Para o autor (VIGOTSKI, 1997, p. 93), "las consecuencias sociales del defecto acentúan, alimentan y consolidan el propio defecto. En este problema no existe aspecto alguno donde lo biológico pueda ser separado de lo social<sup>10</sup>".

Desse modo, as limitações secundárias são mediadas socialmente, remetendo ao fato de o universo cultural está constituído e organizado a partir de um padrão de normalidade que cria barreiras físicas, educacionais e atitudinais para a participação social e cultural da pessoa com deficiência (NUERNBERG, 2008).

Assim, é possível refletir como, nas falas dos participantes, há uma tentativa de reforçar o caráter da eficiência nos locais de trabalho em que estão inseridos, assim como é possível perceber como houve uma naturalização da individualização dos problemas por eles enfrentados no trabalho, seja a falta de rampa para ir no banheiro, seja as tarefas de trabalho como um todo, que são colocadas na fala com um certo orgulho de "não haver diferença" entre os demais colegas de trabalho.

Os problemas enfrentados, também, em grande parte foram "resolvidos" de forma individual, através de estratégias dos próprios entrevistados, evidenciando a falta de coletividade nos espaços de trabalho. Não há nem o pensamento da possibilidade de recorrer a colegas, à solidariedade de classe, há estratégias individuais, como, por exemplo, não beber água durante horas, sair do trabalho, etc.

---

<sup>10</sup> "As conseqüências sociais do defeito acentuam, alimentam e consolidam o próprio defeito. Neste problema não há aspecto em que o biológico possa ser separado do social". Tradução própria.

Para Linhart (2011), a subjetividade, para classe dominante, se tornou uma fonte indispensável para novas formas de organização do trabalho e para a ruptura com as formas anteriores. Para a autora, pensar a subjetividade a partir das relações de trabalho demanda compreender o que caracteriza a pessoa a partir das suas dimensões cognitivas, seu registro emocional, afetivo e moral, em relação também com sua trajetória particular. Linhart (2011, p. 158) afirma que “Não se poderia conceber uma mobilização cognitiva sem implicação subjetiva, sem uma contribuição da inteligência da pessoa, de seus afetos e de sua relação com o mundo.”

Parece que o importante no trabalho é essa existência da força do comanditário que exige a contribuição de cada um e que a distingue com sua marca. O que cada um faz no trabalho tem a ver com a finalidade de todo trabalho, isto é, ser da sociedade, fazendo parte dela e a fazendo existir, mas também tem a ver com a maneira de fazê-lo. Cada um deve e quer fazer validar o que faz por meio de uma série de cumprimentos de regras, de condicionamentos de si mesmo, segundo uma lógica que lhe é exterior enquanto indivíduo, mesmo que ela não lhe seja estranha enquanto membro da sociedade (LINHART, 2011, p. 158).

Desse modo, considerando as diversas experiências educacionais, de trabalho, familiares, de vida como um todo, manifestadas nas falas dos entrevistados, destacamos como essas trajetórias de vida, pautadas por um ideal de normalidade, os coloca em uma condição de individualização das barreiras enfrentadas, uma vez que as relações sociais dentro da sociabilidade do capital contribuem para essa individualização.

[...] A ideia de que a gente combate todas a questão do capacitismo, a questão de que eu não sou um super-herói, eu não sou né... de superação... Mas ao mesmo tempo a todo momento estou tentando me superar porque aí eu tenho que mostrar pras pessoas que eu sou capaz de certa maneira, porque elas já estão olhando pra mim não me vendo capaz. É ainda nesse primeiro momento eu me senti muito assim “preciso mostrar às pessoas que eu sou capaz, que eu preciso mostrar que eu tenho capacidade pra estar aqui, que eu não estou aqui só cumprindo uma cota e que me contrataram só por pena ou para cumprir, eu posso estar aqui tendo essa função. (VANESSA)

Na fala da Vanessa, é possível visualizar o quanto esse esforço, que muitas vezes aparece de forma velada em outras falas se materializa nas expressões da participante, em suas palavras, ela sentia a necessidade de mostrar para os demais colegas de trabalho, que estão submetidos à mesma lógica de trabalho assalariado, que era capaz de estar ali e desempenhar As funções que foram deliberadas para ela, então, além da relação própria do trabalho, há essa carga mental de necessidade de demonstrar merecimento e necessidade aprovação e pertencimento, vivenciada por ela.

Houve uma homenagem para todos os professores no salão nobre da prefeitura e aí eu estava na secretaria, e convidaram todos pra irem lá, aí como a secretaria né, tu sabe, tem toda aquela quadra, depois subir mais as escadas. Aí foi que eu não pude ir. Eu fiquei na secretaria. **Fiquei sozinha, aí bateu uma tristeza**, mas tem outras coisas que eu posso fazer também. É isso, o que mais me marcava era quando tinha que fazer ou alguma palestra na [nome da instituição], aquelas escadas também me prejudicavam bastante. O primeiro encontro foi ali na [nome da instituição], foi instalado ali, no andar de baixo. Sempre tinha alguma formação, alguma coisa, aí eu não conseguia subir. Tinha uma cadeira que adaptavam mas eu sentia que, ah, não sei... o sentimento eu não sei como te descrever. Parece que estão sentindo pena de ti. **Era uma cadeira de rodas?** Era uma cadeira de rodas adaptável pra subir as escadas, aí eu vi que eles passavam um esforço pra me subir, porque a cadeira já é pesada, e eu sou meio pesadinha. **Então eu evitava de ir, ficava na biblioteca ali.** (MAUD)

O trecho, retirado da entrevista da Maud, conta a única experiência, que ela descreveu como desagradável, embora elementos não manifestos na fala apontem outros relatos como situações que foram difíceis para Maud. A homenagem recebida no salão nobre da prefeitura, destinada a ela no qual ela não pode comparecer, ficando sozinha no seu local de trabalho, enquanto os outros desfrutavam da cerimônia. Maud relata ter se sentido triste na ocasião. Logo ela dá sequência, lembrando suas experiências em outro local, que mesmo organizado arquitetonicamente uma forma que ela participasse, ela constrangia-se e evitava gerar incômodo.

Essas experiências da fala da Maud se organizam no tempo de sua trajetória profissional após ela ter sido professora na zona rural de sua cidade, ter trabalhado em diferentes escolas e área administrativa da secretaria da Educação, esses fatos estão próximos da sua aposentadoria.

É impossível descartar os impactos que as demais experiências profissionais tenham sobre a forma com que se relaciona com o mundo e se responsabiliza pelas questões de acessibilidade. A subordinação e individualização, próprias das novas organizações do trabalho, como aponta Linhart (2011) opera como meio de fragilização da subjetividade do trabalhador, para a autora, “a precarização do trabalho constrange o assalariado a se pôr à prova sozinho” (p. 158), ela ainda destaca que características como “a mobilidade, a avaliação sistemática e o isolamento são trunfos para sustentar a dominação cada vez maior sobre os assalariados”, reforçado ainda, no caso da Maud, por uma vida de constrangimentos e isolamento em relação a sua deficiência.

Então tenho sim uma militância político partidária pra levantar essas questões porque elas importantes e eu sou só um recorte. (MAYSOON)

Que a nossa voz e a nossa fala precisam ser levadas a diante, pessoas com deficiência serem candidatas, disputar tanto o executivo como o legislativo. Aqui ninguém é

laranja, ninguém é cota, enfim, ninguém deve ter o seu orçamento, fundo partidário reduzido por causa de deficiência. (MAYSOON)

Eu tô numa escola que arquitetonicamente não é um lugar pra mim, e querendo me convencer porque pra gente também é um desafio, **a sociedade nos coloca nesse lugar de “você merece pouco”** e inconscientemente a gente acredita, porque a sociedade é capacitista, a sociedade é preconceituosa. (MAYSOON)

Nas palavras da Maysoon, participante que ao longo de suas falas demonstra uma consciência política em relação às suas experiências de vida e profissionais, ainda afirma que há uma contradição que extrapola os limites da consciência, pois, embora ela saiba e suas experiências estão mediadas socialmente também pelo viés da deficiência, também afirma vivenciar o desafio de romper com a lógica instituída do que está destinado para uma mulher com deficiência na sociedade capitalista.

Agora experiências boas? O bom que eu vejo é que tem bastante gente com deficiência tendo oportunidade de se inserir nos espaços profissionais e acadêmicos, hoje em dia a gente consegue falar mais sobre isso, falar mais sobre essas experiências que a gente tem sendo uma pessoa com deficiência. Esses meus colegas que já passaram por situações que não foram muito legais, e a gente acaba conversando entre nós, nós que temos alguma deficiência, a gente compartilha essas situações boas ou ruins para a gente perceber se é uma coisa da nossa cabeça ou se e realmente foi uma situação capacitista que a gente passou. Se tem alguma coisa para melhorar, como que a gente vai colocar isso para instituição, e também os pontos que a gente acha que são bons, então eu acho que quanto mais a gente coloca a questão da deficiência e dá visibilidade para isso, faz com que as pessoas falem abertamente sobre isso, e a gente tem resultados positivos. (MAYSOON)

Por fim, menciono o único relato que destaca a experiência positiva resultante da coletividade, se a individualização constrange, a coletividade na organização do trabalho é capaz de construir outras possibilidades de se colocar diante dos enfrentamentos cotidianos. Antunes (2020) menciona que a flexibilização e a terceirização produzem o isolamento dos trabalhadores, rompendo com os laços de solidariedade, no sentido de pertencimento de classe. A experiência da deficiência está mais isolada ainda do que os demais trabalhadores que já vivenciam esse contexto no cotidiano do trabalho, pois sua experiência difere ainda dos demais colegas assalariados, além de provocar uma constante busca por aceitação e merecimento. Para Antunes (2020), é preciso conjugar as ações dos trabalhadores e suas entidades representativas, pois só assim será possível demolir o sistema de metabolismo societal do capital e sua lógica destrutiva e começar a desenhar um *novo modo de vida*.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é fácil finalizar uma pesquisa, mas é preciso colocar um ponto final. Durante meu doutoramento, tive uma questão que me mobilizou: **diante de um sistema que exclui em massa e inclui por meio de processos seletivos e precarizados, como se caracteriza o processo de acesso de pessoas com deficiência, egressas de cursos da Educação Superior, ao mercado de trabalho**, com o objetivo de compreender esse processo, houve o desdobramento no qual inicialmente busquei compreender as rotas de acesso ao mercado de trabalho de pessoas com deficiência, analisar as barreiras em relação ao ingresso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e, por fim, conhecer e compreender os enfrentamentos de pessoas com deficiência em suas atividades laborais;

As entrevistas, realizadas com pessoas com diferentes deficiências, formadas em diferentes cursos e instituições e trabalhadoras de diversos setores me levaram à desafiadora tarefa de compreender, diante de tantas histórias de vidas, os significados e sentidos presentes nas falas. O materialismo histórico dialético e a teoria histórico cultural foram a fundamentação que me permitiram, com um olho no microscópio e um no telescópio, transitar entre as particularidades e totalidades que cada zona de sentido construída nas constantes leituras e releituras da minha materialidade.

Não há papel que comporte tudo o que um pesquisador vivencia durante esse processo, mas há a necessidade de afirmar, com um compromisso ético o que é possível nesse momento, mesmo sendo pequena e fazendo o pouco que me cabe.

Pensemos então no recorte realizado: pessoas com deficiência formadas na Educação Superior. Há de se considerar que muitas pessoas com deficiência nem acessam as instituições de Ensino Superior, considerando os processos históricos de segregação desse grupo e a mudança no mundo do trabalho que conseqüentemente provoca a iniciativa de políticas públicas de inclusão mediadas pelo Estado.

A perspectiva teórica utilizada para observar minha questão de pesquisa possibilita compreender o capacitismo como uma questão estrutural, pois é um pilar que organiza a sociedade com a premissa do corpo útil e saudável que se alastra nas relações de trabalho assalariado reforçando os elementos que são fundamentais para reorganização do capital: a coisificação, a flexibilização do trabalho, a desregulamentação, a polivalência do trabalhador, a individualização, etc.

As experiências relacionadas à educação relatadas **demonstram que pessoas com deficiências vivenciam uma formação mais limitada no acesso ao conhecimento em decorrência da falta de acessibilidade estrutural e do capacitismo presente na institucionalidade burguesa.** Ou seja, na lógica do capital, as instituições atuam no sentido de perpetuação da exploração, portanto, não há um acesso emancipador do conhecimento para toda a classe trabalhadora, seja pessoa com deficiência ou não, o que se observa ainda, em um sistema configurado para autorreprodução do capital, é que o grupo pesquisado ainda enfrenta maior limitação no acesso ao conhecimento, uma vez que as instituições são pensadas para o corpo dentro do padrão normalidade.

A forma com que as instituições se organizam e a educação é colocada não se dá de maneira direta instituição-pessoa com deficiência, há uma sociabilidade capacitista produzida nas relações sociais, que interfere tanto a forma com que professores e colegas sem deficiência se relacionam com a pessoa com deficiência, quanto a própria forma que a pessoa com deficiência se relaciona com o mundo.

Desse modo, é possível pensar que, a partir das entrevistas dos participantes e da teoria que nos ampara, observa-se que **as instituições possuem um papel de promover tanto quanto for possível a resignação e convencimento das pessoas com deficiência em relação à individualização e culpabilização da deficiência secundária.**

Portanto, partindo do pressuposto que as pessoas acessam ao mercado de trabalho após anos de uma sociabilidade que molda os corpos para lógica produtiva (reforçando através da educação, valores como a eficiência, a agilidade competitividade), o acesso ao mercado de trabalho caracteriza-se da seguinte maneira:

- A forma que mais amplamente possibilitou o acesso ao mercado de trabalho do grupo pesquisado foi mediada pelo Estado, através da política de reserva de vagas;

- O Estado desempenha um papel de formalização da inclusão forçada e, através das políticas inclusivas legitima as violências institucionais sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras com deficiência;

- As vagas ofertadas para pessoas com deficiência a partir da reserva de vaga compreendem cargos mais precarizados em áreas que possuem os menores salários;

- Há uma significativa barreira enfrentada pelos trabalhadores em decorrência da necessidade de adaptações básicas estruturais. Nesse sentido, diante das inaptidões dos locais de trabalho, corre-se o risco de reforçar a ideia de que pessoas com deficiência são menos capazes ou menos produtivas que pessoas sem deficiência;



- Além disso, em decorrência de uma sociabilidade capacitista e uma educação precarizada no acesso ao conhecimento e produtora de resignação e convencimento, acontece um processo de culpabilização do trabalhador e individualização em relação ao adoecimento vivenciado em decorrência de um ambiente de trabalho inacessível;

- Os trabalhadores sem deficiência não escapam dos processos de adoecimento nessa configuração atual do trabalho, em que impera a terceirização e flexibilização, entretanto, o adoecimento de trabalhadores com deficiência constrói a deficiência secundária, ou seja, se ampliam as consequências psicossociais da deficiência.

- Por fim, o adoecimento vivenciado pelos trabalhadores com deficiência se mostra como a face mais perversa dos dados encontrados neste estudo. Em relação com todos os temas já mencionados, o adoecimento se configura como a construção da deficiência secundária e o trabalhador, vivenciando o trabalho sem as condições básicas que respeitem as limitações do seu corpo, acaba adoecido, e dentro dessa lógica de individualização, responsável por destinar parte do seu salário para cuidar da saúde, assim, reduzindo ainda mais suas possibilidades de vida, em uma sociedade mediada pelo capital.

**Assim defendo: diante de um sistema que exclui em massa e inclui por meio de processos capacitistas, o acesso de pessoas com deficiência no mercado de trabalho acontece dentro dos limites da lógica utilitarista do capital, construindo a deficiência secundária, contribuindo para o adoecimento dessa população e ampliando o empobrecimento desse grupo.**

É preciso encerrar.

Mas, antes do fim, é preciso pensar novas formas de vida que caibam todos os trabalhadores. Esse sistema é irreformável, não há ilusão, mas a última fala demonstra a importância da união desses trabalhadores, tanto no processo de entender as particularidades enfrentadas no ambiente de trabalho entre pessoas com deficiência, como também a partir dessas trocas, a construção de alternativas que tornem o cotidiano laboral menos adoecedor e capacitista.

Entendendo a deficiência como algo inerente à vida humana, é preciso que, para além de trocas apenas entre os trabalhadores com deficiência, se mobilizem esforços entre trabalhadores sem deficiência para construção de uma sociabilidade anticapacitista, em que o corpo não seja valorado a partir da sua utilidade e onde os espaços comportem diferentes formas de existir no mundo.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, W. M. J de, SOARES, J.R. e MACHADO, V. M. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de Pesquisa** v.45 n.155 p.56-75 jan./mar. 2015
- ANTUNES, R. **Coronavírus o trabalho sob fogo cruzado**. 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, R. DURK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O Social em Questão**, vol. 18, núm. 34, pp. 19-40, 2015 Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- ANTUNES, R. e PRAUN, L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015.
- ARAGÃO, L. G. de; FORTES, R. V. Corpo Útil – Um debate acerca das repercussões capitalistas sobre os corpos humanos. **Vazantes**, v.2 n.2, 2019.
- ARAÚJO, T. B. de. **Avaliação da lei de cotas como instrumento de inserção de jovens com deficiência no mercado de trabalho no Ceará**. 2018. 186 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) -Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- ASSIS, S. T. G. **In/exclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho no estado do Pará**. 2017. 313 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Educação.
- AUGUSTO, M. A. M. **Experiências de pessoas com deficiência no trabalho: o papel e a importância da família**. 2020. 75f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, 2020.
- BARNES, C. Un chiste “malo”: ¿rehabilitar a las personas con discapacidad en una sociedade que discapacita? In: BROGNA, P. (Org.). **Visiones e revisiones de la discapacidad**. (pp. 101- 122). México: FCE, 2009.
- BECKER, K. L. Deficiência, Emprego e Salário no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Estud. Econ.**, São Paulo, vol.49 n.1, p.39-64, jan.-mar. 2019
- BÖCK, G. L. K; GOMES, D. M. BECHE, R. C. E. A experiência da deficiência em tempos de pandemia: acessibilidade e ética do cuidado. **Criar Educação, Criciúma**, v. 9, nº2, Edição Especial 2020.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452
- BÖCK, G. L. K.; SILVA, S. C. da; GOMES, D. M. BECHE, R. C. E. Estudos da deficiência na educação: reflexões sobre o capacitismo no ensino superior. p. 211-227 In. GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Orgs.) **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

BORGES, K. J. de M. **Estudo sobre acesso e permanência no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual**. 2019. 139f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Centro de Educação e Ciências Humanas, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências, 1999.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, 1991.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 76, de 2020**. Cria e regulamenta as profissões de Cuidador de Pessoa Idosa, Cuidador Infantil, Cuidador de Pessoa com Deficiência e Cuidador de Pessoa com Doença Rara e dá outras providências, 2020.

BREITENBACH, F. **A aprendizagem do estudante com deficiência intelectual na educação superior: obstáculos e possibilidades**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, 2018.

BRETON, David le. **A antropologia do corpo e modernidade**. Tradução: Fábio Santos Creder Lopes. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CARDOSO, L. M. G. **Pessoas com deficiência e inclusão no mercado de trabalho: um estudo sobre lei de cotas, conflitos e cont(r)atos**. 2016. 94 f., il. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CENSI, A. e COSTAS, F. A. T. Desenvolvimento da fala e das ferramentas de apropriação do mundo. In. SILUK, A. C. P.(org). **Atendimento Educacional Especializado: Processos de aprendizagem na universidade**. UFSM 1ª Edição:2013; 1ª reimpressão:2014. Santa Maria – RS.

CUNHA, A. C. C. P. Deficiência como expressão da questão social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 141, p. 303-321, maio/ago. 2021

DANIEZ, D.; SMOLKA, A. L. B. O conceito de compensação no diálogo de Vigotski com Adler: desenvolvimento humano, educação e deficiência. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1093-1108, out./dez. 2014

DINIZ, D.; SQUINCA, F.; MEDEIROS, M. Qual deficiência? Perícia médica e assistência social no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, p. 2589 - 2596 Rio de Janeiro, nov., 2007.

ELSNER, L. de O. **A discriminação do trabalhador com deficiência e a lei de cotas: um estudo à luz da (des)colonialidade**. 2020. 195f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2020.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERECI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERRAZ, A. P. dos S. **O projeto de Educação especial na Educação Superior: pedagogias em disputa**. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2022.

FIETZ, H. M. e MELLO, A. G. de A Multiplicidade do Cuidado na Experiência da Deficiência. **Revista Antropológicas**, Ano 22, 29(2):114-141, 2018.

FONTES, V. Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, 1996, p. 34-58.

FORTES, L. G. Corpo Útil – Um debate acerca das repercussões capitalistas sobre os corpos humanos. **Vazantes**, volume 2 n.2, 2019.

FRANCO, D. S. e FERRAZ, D. L. da S. Franco. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cad. EBAPE.BR**, v. 17, Edição Especial, Rio de Janeiro, Nov. 2019.

GALVAO, M. F. G. **O sentido do trabalho para pessoas com deficiência adquirida**. 2017.102f. Dissertação (Mestrado em Administração de empresas) – PUC-Rio, 2017.

GARCIA, R. M. C.; MICHELS, M. H. Educação e Inclusão: equidade e aprendizagem como estratégias do capital. **Educação e Realidade**, v. 46, n. 3, 2021.

GESSER, M. **Gênero, corpo e sexualidade**: processos de significação e suas implicações na constituição de mulheres com deficiência física. Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. 2010.

GESSER, M.; NUERNBERG, A. H.; TONELI, M. J. F. A contribuição do Modelo Social da Deficiência à Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**. 24(3), 557-566. 2012.

GESSER, M.; BLOCK, P. e MELLO, A. G. de. Estudos da deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social p. 17-37. *In*: GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P.H. (Orgs.). **Estudos da deficiência**: anticapacitismo e emancipação social. Curitiba: Editora CRV, 2020.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

GONZALEZ REY, F. As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. **Psicol. educ. [online]** n.24, pp. 155-179, 2007.

GOOFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GREGIO, L. A. **A pessoa com deficiência no mundo do trabalho**: discurso e atividade. 2016. 81 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) -

Programa de Estudos Pós-Graduados em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

HEIDRICH, L. **Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: relendo a desigualdade e a busca da isonomia.** 2016. 113f. Dissertação( Programa de Pos-Graduacao em Politica Social) - Universidade Catolica de Pelotas, Pelotas.

HOOKS, B. **Mulheres negras, moldando a teoria feminista.** Título original do capítulo 1 de *Feminist theory: from margin to center*. 2ª edição. Direitos autorais concedidos pela Cambridge, MA: South End Press. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Revisão da tradução por Flávia Biroli. 2000.

IBGE, Pessoas com Deficiência e as Desigualdades Sociais no Brasil. Estudos e Pesquisas. **Informação Demográfica e Socioeconômica.** n.47, 364-056.26(81)-P475p, Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KONDER, L. **O que é dialética?** 28ª ed. 13ª reimpressão. São Paulo: Editora Brasiliense, 2011.

KITTAY, Eva F. **Love's Labor: Essays on Women, Equality and Dependency.** New York: Routledge, 1999.

LAMONIER, E. L. **Perspectivas de futuro profissional das pessoas com deficiência e com necessidades educacionais específicas.** 2018. 201 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2018.

LEOPOLDINO, Claudio Bezerra. Inclusão de autistas no mercado de trabalho: uma nova questão de pesquisa. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, v.9, n.22, p. 853-868, Janeiro/Abril – 2015.

LESSA, S. **Abaixo a família monogâmica.** 1a edição Instituto Lukács São Paulo, 2012

LIMA, E. B. de; FERREIRA, S. de M. LOPES, P. H. Influências da eugenia na legislação educacional brasileira: as produções capacitistas na Educação Especial. p. 165-189. *In:* GESSER, M.; BÖCK, G. L. K.; LOPES, P. H. (Orgs.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social.** Curitiba: Editora CRV, 2020.

LIMA, M. de L. B. dos. **Tirando certas limitações, eu me vejo uma pessoa normal: o exercício da classificação social e o mercado de trabalho.** 2018. 203 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2018.

LINHART, D. Entrevista: Danièle Linhart. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9 n. 1, p. 149-160, mar. /jun., 2011.

LOPES, S. M. **A pessoa com deficiência e o mercado de trabalho: um estudo na microrregião de Itajubá-MG.** 2019. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2019.

LUZ, Madel. **As instituições médicas no Brasil**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2014. p. 31-90.

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna** / Mario Alighi e ro Manacorda; [tradução Newton Ramos de Oliveira] Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política - livro I. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O capital**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2011

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista** (1848). Porto Alegre: L&PM, 2001.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. 1ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

MELO LOPES, F. A. S. de. **Mulheres com deficiência no ensino superior**: tendências a partir de trajetórias no contexto da universidade pública. 2018. 278f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal da Pernambuco, 2018.

MESSIAS, E. P. **Pessoa com deficiência e mercado de trabalho**: um olhar sobre as empresas de Viçosa-MG. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2018.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, M. C. de S. O desafio da pesquisa Social. *In*: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (org.). **Pesquisa Social**: teoria método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

MIRANDA, B. da S. F. **Da educação superior para o mundo do trabalho**: perspectivas de pessoas com deficiência. 2019. 156 f. Tese (Doutorado em Humanidades, Culturas e Artes) - Universidade do Grande Rio, 2019.

NAVAS, P. M. G. **Desafios da inclusão das pessoas com deficiência no trabalho**: contribuições de uma experiência. 2019. 105f. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional) – Universidade Federal de São Carlos, 2019.

NETTO, J. P. **Introdução ao método de Marx**, 1ªed. Expressão Popular. 2011.

NETTO, J, P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7ª edição. Cortez editora. 2011.

NUERNBERG, A. H. Contribuições de vigotski para a educação de pessoas com deficiência visual. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 2, p. 307-316, abr./jun. 2008.

NUSSBAUM, **Las fronteras de la justicia, Consideraciones sobre la exclusion**. Barcelona: Editora Paidós, 2012.

OLIVEIRA, A. da S. **Educação e exclusão**: uma abordagem ancorada no pensamento de Karl Marx. 2002. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2002.

OLIVEIRA, F. C. de. **Educação profissional de pessoas com deficiência**: política e produção acadêmica, no Brasil, pós lei 8.213/1991. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2018.

PANTANO, L. Nuevas miradas en relación con la conceptualización de la discapacidad. Condición y situación de discapacidad. *In*: P. Brogna (Org.). **Visiones e revisiones de la discapacidad**. (pp. 101-122). México: FCE, 2009.

PEREIRA, A. C. C. **Processos de inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**: a apropriação da solução assistiva no contexto das organizações Brasil-Espanha. 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

PEREIRA, C. V. **A inclusão de pessoas com deficiência em empresas de São Luís-MA**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, CE, 2018.

PEREIRA, M. M. G. D. P. N. **Deficiência, raça e gênero**: análise de indicadores educacionais brasileiros. 2016. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

PERES, A. G. da L. **Sentidos e significados do trabalho para servidores públicos com deficiência**: um olhar a partir de trajetórias de vida e trabalho. 2016. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

PINHEIRO, M. D. **Egressos universitários com deficiência e inserção no mercado de trabalho competitivo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2019.

PLATT, A. D. Uma contribuição histórico filosófica para análise do conceito de deficiência. **Revista Ponto de vista**, v.1, n.1, julho/dezembro, 1999.

REY, F. G. O social como produção subjetiva: superando a dicotomia indivíduo– sociedade numa perspectiva cultural– histórica. **ECOS Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, V. 2, N. 2, 2012.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Letramento: Justificando. Belo Horizonte. Minas Gerais. 2017.

SILVA, O. M. **A Epopéia Ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: Cedas, 1987.



SILVA, L. C. da. **Processo de inclusão de servidores públicos com deficiência e sua repercussão na saúde educacional**: um estudo sobre a UFSM. 2019. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2019.

SILVA, M. M. da; MARCASSA, L. P. O estado contemporâneo sob as lanternas de Lenin: definindo o grande leviatã. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v.12, n.2, p.205-221, out. 2020.

STEVANATO, D. **Indicadores de estresse, depressão e qualidade de vida em pessoas com deficiência sem vínculo de trabalho**. 2019. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem) – Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2019.

SZYMANSKI, H. **A Entrevista na Educação**: a prática reflexiva. 4ª ed. Brasília: Liber Livroeditora, 2011.

TORRES, N. **Trajetórias de mulheres com deficiência na Educação Superior**: barreiras e possibilidades. Dissertação (Mestrado em Educação) -Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.

TORRES, N.; COSTAS, F. A. T. Mulheres com deficiência na Educação Superior: afirmação de direitos e processos de autonomia. **Rev. Diálogo Educ.**, v. 21, n. 68, p. 210-234, jan./mar., 2021.

VIGOTSKI, Lev S. **Teoria e método em Psicologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2004

VIGOTSKI, L. S. Sobre los sistemas psicológicos. *In*: VIGOSKI, L. S. **Obras Escogidas**: problemas teóricos y metodológicos de la Psicología. Madrid: Visor, 1997.

VIGOTSKI, L. S. Fundamentos de defectologia. *In*: VIGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**. Traducción Julio Guillermo Blank. Moscú: Editorial Pedagógica, 1983.

VYGOTSKY, L. S. Fundamentos de defectologia. *In*: VIGOSKI, L. S. **Obras Escogidas**. Madrid: Visor, (2012).

VITÓRIO, J. D. **Trajetórias de mulheres com deficiência: do ensino superior ao mercado de trabalho sob o olhar do gênero**. 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, SC, 2017.

VOSGERAU, D. S. R; ROMANDOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr., 2014.

WALBER, V. B.; SILVA, R. N. As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? **Estudos de Psicologia**, 23(1), 29-37, 2006.

WENSING, G. B. **A inclusão socioeconômica das pessoas com deficiência no mercado de trabalho**: políticas públicas desenvolvidas no estado de Santa Catarina. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade do Extremo Sul Catarinense), Criciúma, SC, 2019.



O marxismo trará saúde aos doentes, Frida Khalo, 1954.